



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

Campus
João Pessoa

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ROSEJANE CRISTINA DE ALMEIDA COSTA

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS
PARA OS PROCESSOS FORMATIVOS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS**

**JOÃO PESSOA
2021**

ROSEJANE CRISTINA DE ALMEIDA COSTA

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS
PARA OS PROCESSOS FORMATIVOS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Monteiro Cavalcanti

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Girlene MarquesFormiga

**JOÃO PESSOA
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *campus* João Pessoa.

C837e Costa, Rosejane Cristina de Almeida.

Educação a distância : Perspectivas pedagógicas para os processos formativos na educação profissional de jovens e adultos / Rosejane Cristina de Almeida Costa. – 2021.

106 f. : il.

Dissertação (Mestrado - Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2021.

Orientadora : Prof^a D.ra Maria da Conceição Monteiro.

Coorientadora : Prof^a D.ra Girlene Marques Formiga

1. Ensino de educação de jovens e adultos. 2. Curso técnico em evento – PROEJA. 3. Educação profissional e tecnológica. 4. Educação a distância. I. Título.

CDU 374.7(043)

Lucrecia Camilo de Lima
Bibliotecária – CRB 15/132

ROSEJANE CRISTINA DE ALMEIDA COSTA

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: PERSPECTIVAS PEDAGÓGICAS PARA OS PROCESSOS
FORMATIVOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de Julho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



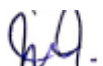
Profa. Dra. Maria da Conceição Monteiro Cavalcanti (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB



Profa. Dra. Girlene Marques Formiga (Coorientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB



Profa. Dra. Alexsandra Cristina Chaves (Examinadora Interna)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB



Profa. Dra. Joseli Maria da Silva (Examinadora Externa)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB



Profa. Dra. Danilma de Medeiros Silva (Examinadora Externa)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

ROSEJANE CRISTINA DE ALMEIDA COSTA

MANUAL DE AMBIENTAÇÃO – PROEJA EAD

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de Julho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria da Conceição Monteiro Cavalcanti (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB



Profa. Dra. Girlene Marques Formiga (Coorientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB



Profa. Dra. Aleksandra Cristina Chaves (Examinadora Interna)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB



Profa. Dra. Joseli Maria da Silva (Examinadora Externa)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB



Profa. Dra. Danilma de Medeiros Silva (Examinadora Externa)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

Dedico este trabalho à minha avó Rita Maria da Conceição que sempre acreditou que a educação transforma vidas.

Aos meus pais, Osenival dos Santos Costa e Roseana de Fátima de Almeida que me mostraram cotidianamente como enfrentar as batalhas diárias para alcançarmos nossos sonhos e que trilharam o caminho da educação por meio do ensino noturno e supletivos. E, ao chegar a universidade cursaram respectivamente Ciências e nutrição, Direito e Psicologia e não mediram esforços em alcançar sucesso profissional com competência, ética, honra e solidariedade.

Aos meus filhos Isabelle e Gabriel fonte inesgotável de inspiração força, amor e torcida.

Agradecimentos

A Deus por seu amor misericordioso que nos envolve e fortalece a cada dia. Tudo é graça do Senhor na minha vida.

Aos meus amigos do mestrado, companheiros magníficos em uma jornada por vezes espinhosa, mais acalentado por risadas, sorrisos, solidariedade e amizade. Ao dividirmos o pão partilhamos em nossos lanches inesquecíveis o coração.

Aos meus irmãos, sobrinhos, sobrinha, cunhada e cunhado por todo afeto e incentivo.

Ao Padre Alcebiades Filho, um irmão que Deus colocou na minha vida, que um dia me disse nunca desista da caminhada, se te cansares te sentas um pouco na estrada e descansa mas, mantenha seu olhar sempre a frente é lá que teu sonho está.

A sala 12 da UEPB, professoras Adalgisa Rasia, Divanira Arcoverde, Fátima Coutinho, Terezinha Medeiros, Elsa Rolim (*in memoriam*) mestras na academia e na vida. Socorro Barros, Giovana Barbosa, Carolina Cavalcanti amigas irmãs representam juntas alegria, coragem e força.

Tia Rosa Almeida Santana aqui representa todas as educadoras e educadores da família Almeida. Inspiração, dedicação e compromisso.

Aos anjos – amigos: Virgínia, Márcio e Kiarelli, vocês são inestimáveis.

Lays amiga recém chegada, mas que com carinho e compreensão conquistou meu respeito e amizade.

A todos os meus professores minha eterna gratidão.

Educação não transforma o mundo. Educação
muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.
(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo trata da Educação de Jovens e Adultos e sua integração com a Educação Profissional, por meio do Programa de Integração Nacional da Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – Proeja, política de atendimento à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A abordagem do tema traz novos desdobramentos, e, em seu contexto, foram encontrados velhos e novos desafios a serem superados para uma educação inclusiva e de qualidade. O Proeja foi idealizado para superar dificuldades no processo educacional que apresenta condições diferenciadas em sua oferta, advindas das relações de poder, as quais acabam por aprofundar a segmentação e o dualismo entre o Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica. Face à rigidez das estruturas curriculares dos cursos ofertados em modalidade presencial, esta pesquisa discute possibilidades de implantação de uma carga horária na modalidade a distância, como forma de favorecer, aos alunos do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino na modalidade PROEJA, do IFPB, *campus* João Pessoa, maior acesso ao conhecimento propedêutico e/ou técnico. Como objetivo geral propõem-se a inserção da EaD através da plataforma *moodle* em componentes curriculares no Proeja, de modo a evidenciar caminhos que viabilizem a implantação de ambientes virtuais de aprendizagem nessa modalidade, conforme legislação vigente no país, e o desenvolvimento de um Produto Educacional (PE) alinhado à metodologia de estudo a distância. Para o desenvolvimento deste estudo, adotamos um enfoque qualitativo com base descritivo-exploratória, para conhecer, analisar e interpretar os fenômenos relativos à educação de jovens e adultos e à implantação de programas voltados a esse grupo, assim como aqueles voltados às políticas públicas que dão suporte para atuação na educação profissional em plataformas de EaD. A fim de respaldar a pesquisa e o desenvolvimento do PE que atenda à flexibilização do ensino presencial, utilizamos referências como Freire (2018), Saviani (2007), Ramos (2007), Arroyo (2017), Belloni (2019). Neste sentido, espera-se envolver a organização e o planejamento do curso Técnico em Eventos Integrado ao ensino Médio do IFPB e as suas interlocuções com o mundo do trabalho por meio da Educação a Distância. Os resultados apontam para possibilidades de flexibilização e adequações necessárias ao processo de ensino e aprendizagem do Proeja.

Palavras-chave: Ensino de Educação de Jovens e Adultos. Curso Técnico em Evento - PROEJA. Educação Profissional e Tecnológica. Educação a Distância.

ABSTRACT

This research is concerned with Youth and Adult Education and its integration with Professional Education, through the National Integration Program of Basic Education in the Youth and Adult Education Modality, known as Proeja, a policy of service concerning Technical Professional Education at Secondary Level. As to the themes, the approach brings some new developments, and, in this perspective, old and new challenges were found to be overcome, aiming at conquering an inclusive and qualified education. Proeja was designed, therefore, to overcome difficulties in the educational process, presenting differentiated conditions in its offer, arising from power relations, which ends up deepening the segmentation and dualism between High School and Professional and Technological Education. Given the rigidity of the curricular structures, as related to the offered courses in the face-to-face modality, this research discusses some possibilities related to the implementation of a distance learning modality workload, as a way of favoring a greater access to propaedeutic or technical knowledge to the students of the Events Technical Course, in the PROEJA modality, at IFPB, João Pessoa campus. For doing so, our general objective focused on the inclusion of distance education in Proeja curricular components, in order to enable the implementation of virtual learning environments in this modality, according both to our country current legislation, as well as to the development of an aligned Educational Product (EP) the distance study methodology. As to our methodology, we adopted a qualitative approach following a descriptive-exploratory basis, so as to know, analyze and interpret the phenomena related to youth and adult education and the implementation of programs aimed at this group, as well as those aimed at public policies that give support for acting in professional education, in distance education platforms. As to our theoretical basis, in order to support the research and development of the NP that meets the flexibility of classroom teaching, we are aligned to Freire (2018), Saviani (2007), Ramos (2007), Arroyo (2017) and Belloni (2019). In this sense, the organization and planning of the Technical Course in Events, Integrated with High School at IFPB, as well as its dialogues with the working world through Distance Education, are expected. The results show that there are possibilities concerning flexibility and necessary adjustments to the teaching and learning process of Proeja.

Keywords: Youth and Adult Education Teaching. Events Technical Course - PROEJA. Professional and Technological Education. Distance Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Identificação do gênero do corpo docente.....	39
Gráfico 02: Graduação – Formação Inicial.....	39
Gráfico 03: Identificação de formação em Pós-Graduação	40
Gráfico 04: Vínculo empregatício dos docentes com o IFPB.....	40
Gráfico 05: Ano de ingresso no IFPB.....	41
Gráfico 06: Ano de início de atuação no Proeja – IFPB.....	41
Gráfico 07: Experiências dos docentes com a Educação a Distância no IFPB	42
Gráfico 08: Identificação do gênero dos discentes da turma 2019.2.....	40
Gráfico 09: Idade dos discentes da turma 2019.2.....	40
Gráfico 10: Ano de conclusão do Ensino Fundamental dos discentes da turma 2019.2	45
Gráfico 11: Vínculo empregatício dos discentes da turma 2019.2	46
Gráfico 12: Renda familiar dos discentes da turma 2019.2.....	47
Gráfico 13: Autoidentificação docente diante dos recursos tecnológicos	52
Gráfico 14: Recursos tecnológicos utilizados pelos docentes do PROEJA-Eventos.....	56
Gráfico 15: O perfil do aluno PROEJA-Eventos segundo o docente: migrante digital ou nativo digital?	57
Gráfico 16: Percentual de alunos que faz uso (ou não) de aparelho celular	58
Gráfico 17: Percentual de alunos que faz uso (ou não) de e-mail	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Faixa Etária de Porcentagem de Pessoas Analfabetas no Brasil	31
Tabela 02 – Matriz Curricular – 1º Período.....	34
Tabela 03 – Matriz Curricular – 2º Período.....	35
Tabela 04 – Matriz Curricular – 3º Período.....	35
Tabela 05 – Matriz Curricular – 4º Período.....	36
Tabela 06 – Matriz Curricular – 5º Período.....	36
Tabela 07 – Matriz Curricular – 6º Período.....	37
Tabela 08 – Matriz Curricular – 7º Período.....	37
Tabela 09 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 1º Período – 25% EAD	79
Tabela 10 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 2º Período – 25% EAD	80
Tabela 11 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 3º Período – 25% EAD	81
Tabela 12 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 4º Período – 25% EAD	82
Tabela 13 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 5º Período – 25% EAD	82
Tabela 14 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 6º Período – 25% EAD.....	80
Tabela 15 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 7º Período – 25% EAD	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Respostas dos discentes sobre o que representa para eles estudar no IFPB	47
Quadro 02 – Diferenciação entre Ensino Remoto e Educação a Distância.....	68
Quadro 03 – Componentes Curriculares	77
Quadro 04 – Distribuição da carga horária.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EAD	Educação a Distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
NTIC	Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2. O CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	23
2.1 Trabalho e educação: possibilidades de uma construção social para jovens e adultos	25
2.2 Legislação Educacional: consolidação de Educação de jovens e Adultos	26
2.3 Plano Nacional de Educação (PNE): Reflexões em torno da Meta 10 voltada à Educação de Jovens e adultos.....	30
2.4 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA	32
2.4.1 Curso técnico de eventos Proeja do IFPB: análise do modelo educacional proposto pelo campus João Pessoa.....	33
2.5 Docentes: a formação no Proeja no âmbito do IFPB	38
2.6 Discentes: Perfil do ingresso para o curso técnico em Eventos - Proeja	42
3 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA JOVENS E ADULTOS: FLEXIBILIZAÇÃO DE MODALIDADE DE ENSINO NO CONTEXTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALE TECNOLÓGICA NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA	49
3.1 As tecnologias digitais no universo do IFPB: cenários de possibilidades para implementação de EaD no curso de Eventos – Proeja IFPB	53
3.1.1 Instrumento de coleta de dados: verificação de domínio dos recursos tecnológicos.....	55
3.2 Ensino em tempos de pandemia	64
4 PRODUTO EDUCACIONAL	72
4.1 O Produto Educacional e o Locus de Aplicação	73
4.2 Análise da Matriz Curricular do PPC Curso Técnico em Eventos em função do conhecimento e desenvoltura na utilização da EaD	74
4.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem: um projeto piloto para a adoção de EaD no curso Eventos na modalidade PROEJA	85
4.4 Análise do Ambiente Virtual – A EaD no curso de Eventos- Proeja	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

No contexto social brasileiro, políticas públicas têm sido implementadas com vistas a contribuir para a inclusão de homens e mulheres que se encontram desvinculados da articulação entre educação formal, mundo do trabalho e participação social em diferentes esferas da sociedade, condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) constitui-se de uma ação inserida na Educação Profissional e Tecnológica Brasileira (EPT), uma das modalidades de ensino previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, que se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 1996). De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2019) do IFPB, está prevista a oferta de cursos de proeja na modalidade presencial, a exemplo do curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio, no IFPB – Campus João Pessoa, que oferta anualmente 40 vagas por semestre.

Nesse contexto, esta pesquisa promove uma discussão sobre possibilidades de implantação de 25% da carga horária no formato a distância, no curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio, do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), do IFPB – Campus João Pessoa, como preconiza o artigo 17 da Resolução nº 3 do CNE/CEB de 2018, em seu parágrafo 4º, o qual especifica que a modalidade Educação de Jovens e Adultos deve ter uma organização curricular e metodológica diferenciada que considere suas particularidades geracionais e preferencialmente, integrada à formação técnica e profissional. Em sendo fato que existe previsão legal de adoção de EaD, por que não utilizar tal procedimento no curso Técnico em Eventos- Proeja como caminho para ampliar o acesso à educação e à formação profissional?

Para fins de conceituação de Educação a Distância, tomamos como referência o definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005):

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A presente pesquisa encontra respaldo no Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), voltado para o ensino no contexto da EPT, cujo princípio é respaldado na oferta de cursos, currículos e programas direcionados ao mundo do trabalho, no qual se inclui o PROEJA. Centrada na área que

compreende os processos educativos em espaços formais vinculados ao mundo do trabalho e à produção de conhecimento, esta investigação pretende ampliar as discussões em torno da linha de pesquisa voltada aos processos de concepção e organização do espaço pedagógico em EPT em busca de alternativas para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Ademais, por meio dos resultados obtidos, esperamos proporcionar aos alunos uma formação integral que englobe as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura e, assim, possibilitar sua inserção política, social, econômica e tecnológica.

O interesse quanto ao objeto desta investigação parte de uma experiência como professora de Geografia, atuando na rede municipal de ensino de Campina Grande-PB e na rede estadual de Ensino Médio no Estado da Paraíba, tendo ministrado aulas para turmas de jovens e adultos por seis anos. Por conhecer um pouco dessa realidade, percebi a necessidade de realização de ações pedagógicas que pudessem oferecer soluções adequadas às dificuldades dos educandos dessa modalidade em contexto atual.

A problemática envolvendo este estudo parte da compreensão de que a organização da sociedade em classes sociais também se reflete na organização do ambiente escolar, destinando diferentes processos formativos para diferentes segmentos classistas. Dito de outro modo, a dualidade (formação acadêmica *versus* formação técnica) presente no ensino constitui um reflexo direto da que está estabelecida na sociedade. Desse modo, defender um processo educacional integral que seja incluyente e não fragmentado parece-nos uma forma de contestação do sistema ora vigente, e, de fato é, haja vista que, o romper com o paradigma imposto por tal sistema é romper com a ordem estabelecida pelo modo de produção capitalista com tendência a classificar tudo sempre quantitativamente, para aferir a melhor maneira de produzir lucro para aqueles que detêm o poder. A esse respeito, Ramos (2007, p.3) defende que

[...] a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo. Por isso a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e riqueza da sociedade usando a força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos segmentados que dão orientação e direção à sociedade. Então a marca da dualidade educacional no Brasil, na verdade é, marca da educação moderna nas sociedades ocidentais sob o modo de produção capitalista. A luta contra isso é uma luta contra hegemônica.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil só enfatiza essa realidade descrita por Ramos (2007), por constituir um segmento educacional mais complexo em suas múltiplas diferenças de idade, gênero e etnia, embora quase sempre semelhantes em suas condições socioeconômicas. Sobre o tema, o Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007, p. 11) expõe que:

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente.

Isto posto, acrescenta-se que a integração da educação básica com o ensino profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos foi regulamentada, desde o ano de 2005, pelo Decreto nº 5.478/2005. Recebendo a denominação inicial Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2007), o Proeja prevê, em seus documentos, a utilização da modalidade a distância na sua operacionalização a partir do Decreto 5.840/2006, que revogou o Decreto o anterior.

O Proeja contempla cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores no ensino fundamental e cursos de educação profissional técnica de nível médio, de forma integrada ou concomitante. O Decreto 5.840/2006 amplia e abre possibilidade para inclusão dos estudantes do Ensino Fundamental antes restrita ao Ensino Médio. Assim, os cursos do PROEJA passaram a ser ofertados nos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais vinculadas aos Sistemas S (Sesc, Senac e Senai), não ficando limitado apenas aos Institutos Federais de Educação Tecnológicas, como meio de alcançar o maior número de estudantes. Com o Decreto 5.840/2006, possibilitando a abrangência dos princípios pedagógicos, o programa passou a ser denominado Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos.

Melhorar os índices da educação deve ser objetivo de qualquer país. No caso do Brasil, o direito à educação é garantido pela Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu Art. 205, “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é uma ação planejada do Estado brasileiro que compreende um período entre 2014 e 2024, com o objetivo de nortear o nosso sistema educacional. Visando aprimorar as políticas públicas para a educação em todo o território nacional, o PNE estabeleceu 20 metas a serem atingidas no curso de uma década.

No que concerne à Educação Profissional Tecnológica, foi criada a Meta 10, a qual estabelece que devem ser ofertados, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional (BRASIL, 2014).

O acompanhamento do Plano é feito a cada 2 (dois) anos, com base em um mapa de Monitoramento, pelo MEC e Inep. O primeiro relatório com os resultados para cada meta foi divulgado em 2016 e o segundo, em 2018.

Os dados contidos no Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE 2014 - 2024 são relevantes para a presente pesquisa, haja vista as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional estarem distantes da meta estipulada. Por essa razão, torna-se imperioso rever propostas pedagógicas voltadas para este segmento educacional, tendo em vista a ampliação das possibilidades de seu desenvolvimento integral. Paratanto, há de se considerar, em cursos nessa modalidade, a utilização de carga horária a distância, estabelecida pela Resolução N° 3, de 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Em seu artigo 17, parágrafo 5º, a Resolução dispõe que, na modalidade de educação de jovens e adultos, “é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado”.

O viés legal constitui fundamentação para nossa proposição de um Produto Educacional (PE) a ser aplicado em contexto de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), procedimento solicitado em pesquisas desenvolvidas no ProfEPT. Atendendo a essa condição, o disposto nas vigentes Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio será associado à Estratégia 6 da Meta 10 do PNE, que assim estabelece:

10.6 estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas (BRASIL, 2014, p. 02).

Com base nos documentos legais e considerando a inexistência no IFPB de ofertas de cursos proeja na modalidade EaD, como implementar carga horária de Educação a Distância em cursos da Educação de Jovens e Adultos integrados à Educação Profissional?

Face ao problema desta pesquisa que inclui a análise dos marcos legais, operacionais e políticos dessa modalidade educacional, delineou-se, como objetivo geral, propor a inserção da EaD através da plataforma *moodle* em componentes curriculares no Curso Técnico em Eventos Proeja – IFPB, Campus João Pessoa.

Como objetivos específicos, inicialmente, proceder à análise de documentos referentes à legislação educacional vigente para Educação de Jovens e Adultos (Constituição Federal de

1988, Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e suas atualizações, Resolução CNE/CEB nº 1/2000, Parecer nº11/2004 Decreto nº 5.478/2005, Decreto nº 5.840/2006, PNE 2014-2024, Resolução nº3/2018); em seguida, analisar o contexto do curso Técnico em Eventos Proeja do IFPB *Campus* João Pessoa, por meio de documentos relacionados ao Curso, conhecimento dos perfis e aspectos formativos dos discentes e docentes, utilizando Formulário *Google*. Tais procedimentos favoreceram a proposição de um projeto piloto, por meio de uma sala virtual de aprendizagem, em AVA institucionalizado pelo IFPB. Tal esforço possibilitará evidenciar caminhos que viabilizem a implantação de ambientes virtuais de aprendizagem nessa modalidade, conforme orienta a legislação vigente no país.

Com base na legislação educacional atual, esta proposta não constitui uma ideia isolada, haja vista outros estudos desenvolvidos nessa perspectiva, a exemplo dos trabalhos de Sousa et al (2014), e de Oliveira e Moreira (2015). A fim de respaldar a pesquisa e o desenvolvimento de um Produto Educacional (PE) que atenda à flexibilização do ensino presencial, utilizamos referências como Freire (2018), Saviani (2007), Ramos (2007), Arroyo (2017), Belloni (2019).

Para o desenvolvimento deste estudo, optamos pela pesquisa descritivo-exploratória de enfoque qualitativo, com base documental, cujas fontes foram o arcabouço legal da educação brasileira e dados coletados diretamente dos documentos oficiais ligados à Educação de Jovens e Adultos bem como dos que compõem a modalidade de Educação a Distância do IFPB. Para alcançar os objetivos propostos pelo estudo foi preciso realizar uma pesquisa exploratória “cuja finalidade é descortinar o tema, reunir informações gerais a respeito do objeto” (RODRIGUES, 2007, p. 28).

Nesse sentido, por estarmos ligadas à linha de pesquisa Gestão e Organização de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, fomos impulsionadas a realizar um estudo “minucioso, detalhado que busca a inter-relações entre o objeto de estudo com outros estudos e objeto a ele relacionados” (RODRIGUES, 2007, p. 28), ou seja, investigar a organização e planejamento do curso do PROEJA com a EPT no espaço do IFPB e as suas interlocuções com o mundo do trabalho.

A escolha por uma abordagem qualitativa resulta da necessidade de conhecer, analisar e interpretar os fenômenos relativos à Educação de Jovens e Adultos e o impacto da implantação de programas voltados a esse grupo, assim como das políticas públicas que dão suporte para atuação na Educação Profissional. Gerhard e Silveira (2009, p. 31) destacam que esse tipo de abordagem da pesquisa “não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”.

Dessa forma, mediante mecanismos formais de pesquisa citados, para fins de coleta de dados, esta pesquisa consistiu das seguintes fases: a primeira compreendeu um levantamento bibliográfico sobre a legislação educacional vigente para Educação de Jovens e Adultos, PROEJA, Educação a distância, LDB 9.394/1996, PNE 2014-2024, Relatório Bienal do Plano Nacional de Educação e documentos referentes ao Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio, do IFPB, *campus* João Pessoa, tais como PDI, PPC. A escolha de tal procedimento é respaldada em Fonseca (2012, p. 35) que defende como característica da pesquisa documental a fonte de dados estar “restrita a documentos escritos ou não. Estas podem ser feitas no momento em que o fenômeno ocorre, ou depois. São compiladas pelo autor”. Por isso, analisar as leis educacionais vigentes e os documentos referentes à organização dos cursos do PROEJA implantados no IFPB, com foco no curso Técnico em Eventos acima citado, constituirá uma análise de fenômenos que já ocorreram e outros que estão ocorrendo, como o PNE 2014-2024 e seus relatórios bienais.

Para iniciar nossa investigação, levamos em consideração que:

[...] o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados (GIL, 2008, p. 51).

Desse modo, realizadas as leituras que concorrem para compreendermos o contexto de oferta do curso do Proeja, partimos para a segunda fase, na qual foram aplicados os questionários aos docentes e aos discentes, por meio do formulário *Google Drive*¹, enviado por e-mail, constituíram o universo da pesquisa os docentes que atuam no Curso Técnico em Eventos Integrado ao EM – PROEJA *Campus* João Pessoa. Concebemos como universo ou população, o que dispõe Gil (2008, p. 89) como “um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”.

Essa fase se efetua concomitantemente à realização das leituras das referências que fundamentaram os aspectos teóricos e metodológicos em torno do tema pesquisado, sobretudo por parte dos especialistas elencados ao longo da apresentação deste projeto. Dessa forma,

¹ Trata-se de uma ferramenta útil para planejar eventos, realizar pesquisas, aplicar testes, tudo online. Nele, é possível criar um formulário vinculado a uma planilha do Google Drive, podendo ser disponibilizado por um link na internet, alocado em um site, um blog, em redes sociais ou mesmo enviado por e-mail. Deste modo, pode-se direcionar este link aos respondentes desejados, sendo toda a população ou uma amostra dessa população, escolhida por meio de métodos de amostragem. (SILVA; SCHIMIGUEL, 2014, p. 7).

considerando os aspectos mencionados, nesta pesquisa, buscamos analisar e discutir a possibilidade de implantação de 25% de carga horária na modalidade EaD como forma de ampliar a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica do Curso Técnico em Eventos Proeja IFPB – Campus João Pessoa.

Nessa perspectiva, ao observar a realidade e analisar a Meta proposta pelo PNE 2014-2024, no que tange à Estratégia 10.6, mostra-se imprescindível elaborar um Produto Educacional voltado à EPT, de onde surgiu a problemática desta pesquisa de fomentar uma ação pedagógica que amplie a flexibilização de oferta do Curso Técnico em Eventos e ao mesmo tempo oportunize outras formas de participação dos processos formativos de estudantes que já estão inseridos no mercado de trabalho e não dispõem de tempo suficiente para serem reinseridos no sistema educacional ditoregular. Sobre o Produto Educacional e sua relação com nosso tema, esclarecemos:

Segundo as regulamentações legais citadas, os mestrados profissionais na Área de Ensino necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, além de dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico dessas experiências. Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos (LEITE, 2018, p. 331).

A escolha por um produto educacional (PE) foi bastante complexa, dado o vasto campo de atuação e da diversidade de produtos possíveis. Para chegarmos a uma conclusão quanto ao que iríamos propor como tal, visualizamos uma lacuna na formação dos alunos do PROEJA: a possibilidade de aderência ao ensino a distância. Assim, a escolha em estudar o Curso Técnico em Eventos, se deu com o objetivo de incluir uma carga horária na modalidade de Educação a Distância, de modo a atender: às especificações do ProfEPT, quanto à pesquisa aplicada ao universo da EPT; a uma formulação de proposta de ensino que contemplasse as necessidades de contexto educacional (EaD) que demanda maior concentração em estudos; ao atendimento a processos formativos do Proeja composto por um grupo de alunos com muitas peculiaridades, grupo o qual pode estar excluído de um processo educacional eficaz, pois o que lhe é oferecido é, ainda, distante de uma perspectiva democrática e social. Entendemos, entretanto, que propor alternativas, quaisquer que sejam, como forma de mitigar a exclusão e, ao mesmo tempo, proporcionar um processo formativo incluyente, constitui um grande desafio.

A educação voltada a jovens e adultos pode buscar romper com os grilhões sociais que aprisionam o trabalhador em uma situação de desamparo social e econômico bem como mudar

aperspectiva de que a culpa de não ter tido acesso à escola, na suposta idade regular², é do aluno, retirando do poder público a responsabilidade por sua incapacidade de ofertar uma educação de qualidade e inclusiva a todos os seus cidadãos como preconiza o texto constitucional.

Acreditamos que a Educação a distância possibilitará a flexibilização necessária ao processo de ensino e aprendizagem desses alunos bem como a ampliação do número de vagas ofertadas. Esta não é uma ideia isolada, tendo sido inclusive regulamentada pela Resolução CNE/CEB nº 3/2010, como consta em seu caput:

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvidapor meio da Educação a Distância. (BRASIL, 2010, p. 1).

O Artigo 9º dessa Resolução estabelece como deverão ser organizados os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), definindo que somente o Ensino Fundamental (anos finais) e o Ensino Médio podem ter aulas na modalidade de Educação a Distância, estabelecendo, respectivamente, como carga horária mínima de 1.600 e 1.200 horas. Já o Inciso VI da referida Resolução destaca que, “para que a educação a distância possa ser implantada, deve-se desenvolver uma comunidade de aprendizagem em rede, com aplicação das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) na busca inteligente e na interatividade virtual” (BRASIL, 2010).

Além disso, é necessário garantir um ambiente presencial devidamente organizado para as práticas relativas à formação profissional de avaliação e gestão do trabalho. Dessa forma, o gradativo domínio na utilização das TDICs no processo de aprendizagem constitui uma das etapas para a inserção dos alunos no universo da cibercultura e, conseqüentemente, lhes conferir uma maior autonomia no seu processo formativo.

Lembramos que o Produto Educacional pensado para esta investigação tem como *locus* de atuação o Curso Técnico em Eventos – Proeja - IFPB Campus de João Pessoa. Considerando, portanto, as dificuldades desse público, antevemos que as limitações iniciais previstas são

² Sobre idade regular, a LDB 9.394/96 estabelece em seu Artigo 4º: O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). Quando se trata do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, esta última etapa pode ser realizada em até 4 anos. Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008).

necessidade de adequação do material para as aulas na modalidade de Educação a Distância e a dificuldade de acesso à internet por parte dos discentes.

Apresentado o panorama introdutório desta pesquisa, os capítulos a seguir estão esquematizados da seguinte forma: O segundo capítulo, intitulado *O contexto do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos*, apresenta um breve histórico da EJA no país e a análise do Plano Nacional de Educação voltado para este segmento. Além disso, buscamos conhecer o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) bem como o Plano Pedagógico do Curso, analisando o modelo educacional adotado pelo IFPB no Curso Técnico em Eventos-PROEJA, de modo a caracterizar os atores sociais que atuam nesse curso – docentes e discentes.

O terceiro capítulo – *Educação a Distância para Jovens e Adultos: Flexibilização de modalidade de ensino na EPT no Instituto Federal da Paraíba* – discorrerá sobre a Educação a Distância, com seus marcos legais, operacionais e políticos, recursos tecnológicos digitais da informação e comunicação voltados para o processo de ensino e aprendizagem, evidenciando a experiência institucional da Educação a Distância e do ensino remoto, de maneira a compreender como vem ocorrendo o ensino no período pandêmico, causado pelo Sars Cov-2, alterando, substancialmente a rotina mundial.

Por fim, o último capítulo versa sobre o Produto Educacional e o percurso metodológico de sua construção, no interesse de formular uma proposta que permitisse a flexibilização da oferta do Proeja, a fim de contemplar a sua realidade laboral, temporal e espacial. Todo o planejamento relacionado à pesquisa está direcionado à oferta de uma carga horária de 25% das aulas na modalidade EaD, fundamentado na legislação vigente para esse modelo educacional.

2. O CONTEXTO DO PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho e educação devem fazer parte do cotidiano dos indivíduos nas suas mais diversas culturas. A construção do ser humano enquanto ser social está ligada ao trabalho, quando “constatado o estreito vínculo ontológico-histórico próprio da relação entre trabalho e educação” (SAVIANI, 2007, p. 152).

A relação entre trabalho e educação, segundo Saviani (2007), é uma relação de identidade, por isso sua separação gerou duas classes sociais distintas: uma que passou a ser proprietária da terra (meio de produção) e outra não proprietária. Em decorrência desse vínculo, a divisão da sociedade em classes distintas promoveu mudanças no processo educacional e nas relações de trabalho.

Essa separação entre escola e produção reflete, por sua vez, a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual. Por esse ângulo, vê-se que a separação entre escola e produção não coincide exatamente com a separação entre trabalho e educação. Seria, portanto, mais preciso considerar que, após osurgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual (SAVIANI, 2007, p. 157).

A dualidade presente na estrutura social e geradora de uma formação dual (para o trabalho manual *versus* trabalho intelectual) de que trata Saviani (2007), ao destacar os fundamentos históricos e ontológicos da relação trabalho-educação, subordina aqueles que necessitam de vender sua força de trabalho aos interesses dos donos dos meios de produção, fragilizando ainda mais sua posição.

Nesse sentido, o processo evolutivo da sociedade e seus diversos meios de produção que antecederam o sistema capitalista divergiam em suas estruturas produtivas e econômicas, mas nunca superaram o sistema de classes, por isso o advento da revolução industrial continuou mantendo a separação entre trabalho manual e intelectual. As lutas sociais buscaram (e buscam) superar essas divergências:

No entanto, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requer mais ou menos uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos: e aquele das profissões intelectuais para as quais se requer domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes das classes dirigentes para atuar nos diferentes setores da sociedade (SAVIANI, 2007, p. 159).

Vemos que a estratificação social acentuou o processo de marginalização dos grupos de trabalhadores que atuam no chão de fábrica, gerando um capital humano excedente que poderia facilmente substituir a mão de obra que estava empregada. Sabendo que seriam (e são) facilmente substituídos, para não perderem o emprego, esses homens se submetiam a condições desumanas de trabalho. Como a estrutura capitalista cooptava homens, mulheres e crianças,

esse grupo foi ficando cada vez mais distante das escassas instituições escolares voltadas para os trabalhadores, as chamadas por Saviani de “escolas profissionais”.

Verificamos que as populações mais desfavorecidas no estamento social são as que menos têm acesso às instituições educacionais – geralmente habitando nas zonas urbanas e rurais – e, a cada dia, são cada vez mais segregadas socialmente, visto que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho concorrem para a exclusão.

2.1 Trabalho e educação: possibilidades de uma construção social para jovens e adultos

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino voltada para pessoas que não tiveram acesso ao processo educacional na dita idade regular. Este grupo de alunos é heterogêneo e está inserido no mercado de trabalho em diversos ramos, seja na zona urbana ou rural.

Para fins de atendimento a esses jovens e adultos, foram criados diversos programas que buscavam erradicar o analfabetismo no país. Conforme Jardelino e Araújo (2014, p. 49), “as políticas educacionais para alfabetização e educação de adultos precisam ser compreendidas num cenário mais amplo, em que são consideradas as transformações econômicas, políticas sociais nacionais e internacionais”. Os estudiosos complementam:

A década de 1950 foi marcada por processos de discussão sobre o analfabetismo e a situação de discriminação vivenciadas por homens e mulheres do campo e dos grandes centros urbanos. Existem poucos registros de ações nesse período, à exceção do Sistema de Rádio Educativo da Paraíba – SIREPA, criado no ano de 1958, como reforço para a Campanha de Alfabetização, a exemplo de outros serviços de radioeducação, mais tarde incorporados pelo Movimento de Educação Popular de Base-MEB. Assumido pela Secretaria Estadual de Educação da Paraíba (JARDELINO; ARAÚJO, 2014, p. 50).

Pelo dito, verifica-se que diversos movimentos surgiram em outros estados para superação do analfabetismo, como o Centro de Cultura Popular, localizado no Rio de Janeiro, Movimento de Cultura Popular (MCP), que surgiu no Recife-PE, de onde emerge a representatividade do educador Paulo Freire e seu reconhecido método de alfabetização.

As atividades do MCP expandiram-se e passaram a repercutir em todo o Estado de Pernambuco. Ao colocarem como bandeiras a conscientização política e a educação de base, trouxeram algumas questões essenciais para a sociedade e a história brasileira, como o confronto entre a educação elitizada e a cultura elitizada de um lado e a educação popular e cultura popular do outro (BATISTA NETO *apud* JARDELINO; ARAÚJO, 2014, p. 55).

Após a deposição do Presidente João Goulart e a instauração do Regime Militar em 1964, o movimento de educação popular promovido pelo MCP foi inibido, e a luta por condições dignas de trabalho silenciada. O regime ditatorial que governou o país entre 1965 – 1985 também apresentou políticas públicas voltadas para alfabetização de jovens e adultos. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), por exemplo, foi criado em 1967, mas suas atividades só chegaram a atuar em todo o território brasileiro na década de 1970.

Sob a presidência de Mário Henrique Simonsen, esse movimento tinha como objetivo acabar com o analfabetismo e oferecer condições a jovens e adultos para iniciar ou prosseguir seus estudos. Diferentemente do que vinha sendo apresentado em campanhas de alfabetização de adultos iniciadas por Lourenço Filho, o Mobral concentrava-se no ensino da leitura e da escrita e de alguns conhecimentos matemáticos (JARDELINO; ARAÚJO, 2014, p. 59).

Com a volta da democracia em 1985, o país começa pouco a pouco a retomada de suas lutas sociais. A constituição cidadã de 1988 traz em seu texto o embrião da nova lei de diretrizes e bases que viria a reger o sistema educacional. Inicia-se, então, na sociedade uma ampla discussão sobre os rumos da educação brasileira, que buscava alternativas pedagógicas para superar os níveis de evasão e ofertar uma educação ampla que promovesse uma formação integral voltada para formação de cidadãos e qualificação para o trabalho.

Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos volta a ser um dos grandes “gargalos” da educação no Brasil, pois as taxas de analfabetos, ou sem concluir a Educação Básica, apresentavam um índice ainda elevado. Surge então, em 1996, um programa voltado para a erradicação do analfabetismo: o Alfabetização Solidária – Alfasol, sob a coordenação da antropóloga Ruth Cardoso. As ações desse programa e de tantos outros desenvolvidos no contexto da Comunidade Solidária, conforme asseguram Jardelino e Araújo (2014, p. 63), “faziam parte da reforma educacional brasileira em curso, proposta pelo governo, que tinha, em suas diretrizes, orientações do Banco Mundial”.

2.2 Legislação Educacional: consolidação de Educação de jovens e Adultos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) é considerada por Machado (2009) como marco legal que reconfigura o campo da Educação de jovens e Adultos e os posteriores marcos operacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, homologada em 1996 na Seção V – Da Educação de Jovens e Adultos, enfatiza em seu art. 37

que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

O texto infraconstitucional³ não traz em seu corpo marca da exclusão, porém, ao conceituar o público alvo da Educação de Jovens e Adultos como “aqueles que não tiveram acesso na dita idade própria”, transferindo para o educando a responsabilidade sobre o seu processo formativo escolar e isentando o Estado de suas responsabilidades pelas graves desigualdades socioeconômicas da sociedade brasileira, revela sub-repticiamente essa exclusão. Mais adiante, trataremos com mais detalhes dessa exclusão. Por enquanto, continuemos o nosso argumento com base em Machado (2009) para nos esclarecer que a luta pelo direito à educação vai além do da produção do conhecimento no mundo da cultura e do trabalho e se difundem pelos diversos espaços de convívio social no qual jovens e adultos estão inseridos e os constituem como sujeitos.

Os parágrafos do artigo 37 buscam regulamentar as formas de acesso e organização do ensino nessa modalidade educacional.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996, p. 25).

Já o artigo 38, por sua vez, regulamenta a habilitação dos discentes egressos dos cursos supletivos a ingressarem nas turmas do ensino regular. O texto legal traz em seu corpo a marca da discriminação ao discente oriundo da Educação de Jovens e Adultos; sua intenção é mudar o paradigma e o preconceito que circundam essa modalidade educacional, mas, ao referir-se aos alunos dessa modalidade, os textos expressam o preconceito que busca combater.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996, p. 26).

³ É o exato texto infraconstitucional, que pode ser uma Lei Complementar, Lei Ordinária, Ato Normativo, enunciado de Súmula etc., que se pretende ajustar ao caso concreto.

As contradições entre o discurso e a execução de políticas públicas para a modalidade educacional de jovens e adultos revelam as divergências socioeconômicas na organização das classes, das quais em uma delas o trabalho e o trabalhador, bem como suas necessidades básicas e inerentes à cidadania estão obscurecidas. Quando faz menção ao “caráter regular” do ensino, o texto legal ativa um subentendido: o “caráter irregular” do ensino; tal caráter materializado na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Ao destacar que o conhecimento e as habilidades adquiridas por meios informais – na sua vivência cotidiana e laboral – serão reconhecidos mediante exames, o mesmo texto legal deixa claro que o saber adquirido não teria a relevância do saber formal que lhes foi negado.

O contraditório nesse processo de legalidade e legitimidade da EJA é que o governo que sanciona a LDB apresenta vetos à outra lei contemporânea que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), Lei nº 9.424/96 (Brasil, 1996b), os quais atingem diretamente a EJA. Os vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso a que as matrículas de EJA fossem consideradas na redistribuição dos recursos do Fundo vão na contramão da garantia do direito explicitado nos incisos do art. 4º da LDB (MACHADO, 2009, p. 20).

Ao longo do tempo, a LDB/1996 sofreu modificações em sua redação. A Lei 11.741/2008 que vincula a Educação de Jovens e Adultos à Educação Profissional assim inclui: “§ 3º a Educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente com a educação profissional na forma do regulamento” (BRASIL, 2008).

O artigo 37 da LDB/1996 sofre um acréscimo no texto de sua redação original dada pela Lei 13.632/2018, que decretou: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e constituirá um instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”.

Constatamos, pois, que a LDB/1996 e suas posteriores alterações vêm preparar o terreno para uma educação mais voltada para uma formação total do aluno e, assim, tentar garantir sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho. Embora inovadora em alguns aspectos, ela ainda se mostra bastante vaga para estabelecer a implantação das modificações que o seu texto preconiza e, em face disso, faz-se necessário formular uma legislação mais específica que discipline a execução de programas voltados para a modalidade educacional EJA.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2000 constitui um dos instrumentos de operacionalização e execução das diretrizes curriculares nacionais propostas pela LDB 9.394/1996 voltada para a Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental e médio, que deve ser desenvolvida “predominantemente por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização

da educação nacional à luz do caráter próprio desta modalidade”, como preconiza o artigo 1º dessa Resolução.

O artigo 5º da Resolução supracitada, em seu parágrafo único, estabelece que a Educação de Jovens e Adultos se constitui como modalidade integrante da Educação Básica, devendo considerar “as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios da equidade, diferença e proporcionalidade na operação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio”.

O artigo 10 desta Resolução discorre sobre os processos avaliativos destinados aos discentes que cursam as aulas da EJA em cursos semipresenciais e de Educação a Distância.

[...] os alunos só poderão ser avaliados, para fins de certificados de conclusão, em exames supletivos presenciais oferecidos por instituições especificamente autorizadas, credenciadas e avaliadas pelo poder público, dentro das competências dos respectivos sistemas, conforme a norma própria sobre o assunto e sob o princípio do regime de colaboração (BRASIL, 2000).

Ao estabelecer este ordenamento, busca-se evitar e ou diminuir as fraudes que se sabia ocorrerem nos processos avaliativos privados, sobre os quais diversas práticas irregulares foram noticiadas, mas não exclui a possibilidade da Educação a Distância

Ainda analisando os marcos operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, temos o ENCEJA – Exame Nacional de Certificação e de Competências de Jovens e Adultos, instituído pela portaria nº 111/2002, que começou a ser aplicado em 2003, cujos objetivos são preconizados no artigo 2º:

I - Construir uma referência nacional de autoavaliação para jovens e adultos por meio de avaliação de competências e habilidades, adquiridas no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais;

II - Estruturar uma avaliação direcionada a jovens e adultos que sirva às Secretarias da Educação para que procedam à aferição ao reconhecimento de conhecimentos e habilidades dos participantes no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos termos do art. 38, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/96 (LDB);

III - Oferecer uma avaliação para fins de classificação na correção do fluxo escolar, nos termos do art. 24, inciso I alínea c da Lei nº 9.394/96;

IV - Consolidar e divulgar um banco de dados com informações técnico-pedagógicas, metodológicas, operacionais, socioeconômicas e culturais que possa ser utilizado para melhoria da qualidade na oferta da educação de jovens e adultos e dos procedimentos relativos ao Enceja.

V - Construir um indicador qualitativo que possa ser incorporado à avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos.

A Lei 10.880/2004 institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para o Atendimento a Educação de

Jovens e Adultos, dispondo sobre os recursos financeiros destinados à EJA, como se pode perceber a partir do seu artigo 3º:

Fica instituído o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, no âmbito do Ministério da Educação, a ser executado pelo FNDE, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas na educação fundamental pública de jovens e adultos, em cursos presenciais com avaliação no processo, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal (BRASIL, 2012, p. 01).

A partir do seu artigo 3º, o referido programa passa a estruturar o orçamento destinado a financiar a EJA. Como a estrutura orçamentária depende da estrutura política estabelecida, este texto de lei sofre diversas mudanças na sua redação, não foram observadas as formas de financiamento prioritariamente, visto que elas são modificadas de acordo com a políticas públicas, ou seja, pelo marco político que esta lei possibilita, qual seja a inclusão da Educação de Jovens e Adultos na agenda educacional nacional com financiamento governamental nas esferas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

2.3 Plano Nacional de Educação (PNE): Reflexões em torno da Meta 10 voltada à Educação de Jovens e Adultos

A garantia do direito à educação não ampliou o acesso e permanência dos alunos nas salas de aulas, já que, passados 32 (trinta e dois) anos da promulgação da Constituição de 1988 e 24 (vinte e quatro) anos da homologação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9.394/1996, os índices de analfabetismo ainda são elevados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Segundo a última Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) divulgada pelo IBGE em junho de 2019, a taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,0%. Com base nos dados apresentados pelo PNAD, o panorama educacional da população do Brasil, no modo ampliado de educação, com referência no segundo trimestre de 2017, as taxas de analfabetismo por sexo, cor e faixa etária apresentam variações.

Com base na análise desses dados, a segregação a que são submetidos os alunos da EJA tem raízes na estratificação social e atinge em sua grande maioria as populações periféricas e rurais com menor poder aquisitivo. O indicativo Sexo (gênero) apresenta um pequeno percentual entre homens e mulheres considerados analfabetos: homens, 7,10% e mulheres, 6,3% (PNAD, 2018).

Os componentes cor e idade apresentam variações significativas, sendo que, no indicativo cor, 9,3% dos pretos e pardos são identificados como analfabetos em contraposição a 4,0% dos brancos nessa mesma condição.

O indicativo idade também apresenta uma variação crescente, proporcionalmente, com o aumento da idade.

Tabela 01 – Faixa Etária de Porcentagem de Pessoas Analfabetas no Brasil

15 ANOS OU MAIS	7,0%
18 ANOS OU MAIS	7,4%
25 ANOS OU MAIS	8,50%
40 ANOS OU MAIS	11,9%
60 ANOS OU MAIS	19,3%

Fonte: IBGE - PNAD Contínua 2018 - Educação

Assim, acrescenta-se a essa conjuntura, o “constrangimento” sentido por aqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade apropriada, dada a necessidade de promover sua manutenção e de suas famílias, geralmente em subempregos, os quais quase sempre apresentam jornadas exaustivas e irregulares, além de baixos salários. Ademais, há os que não tiveram acesso a escolas próximas ao local onde residem, dificultando a permanência e sucesso no ambiente formal de educação.

O PNE (2014-2024) constitui projeto para fins de minimizar os índices de analfabetismo e melhorar a educação no país. Esse Plano de Educação apresenta diretrizes que se articulam e são sistematizadas em Metas específicas a serem alcançadas a partir de estratégias previamente definidas. Entre essas Metas, chamamos a atenção para a Meta 10, direcionada à oferta de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional (BRASIL, 2014). Salvaguardadas as críticas necessárias para problematizar o tipo de educação ofertada, a ação possibilita uma formação que atenda, de fato, à educação de jovens e adultos mediante articulação com questões humanísticas e profissionais.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, tem buscado quebrar o paradigma de formação educacional que segrega em campos isolados o conhecimento intelectual e manual (voltado apenas para execução de tarefas). A diferenciação no processo formativo oferecido ao aluno trabalhador, cuja jornada diária exaustiva, ou sem perspectivas imediatas de melhoria, dificulta sua adaptação e sucesso nos processos formativos nos moldes estabelecidos, assim, “como PROEJA, busca-se resgatar e reinserir no sistema escolar brasileiro milhões de jovens e

adultos possibilitando-lhes acesso à educação e à formação profissional na perspectiva de uma formação integral” (RAMOS, 2014, p. 50).

O Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado pela lei 13.005/2014, estabeleceu, para a Meta 10, a oferta de 25% de alunos matriculados na Educação de Jovens e adultos na forma integrada do Ensino Médio Básico com a Educação Profissional Tecnológica. Os dados estatísticos apresentados no Relatório do 1º ciclo de Monitoramento de Metas do PNE: Biênio 2014-2016 apresenta dados do percentual de matrículas entre 2008 e 2013 os quais demonstram que, em 2008, o número de matrículas em âmbito nacional foi de 20.345(0,4%); em 2013, atingiu 106.008 (2,8%).

No Nordeste, o número de matriculados, em 2008, foi de 10.174(0,6%), mas em 2013 chega a 68,499(4,5%). Os dados referentes ao Estado da Paraíba apresentam números aproximados aos da região Nordeste, pois, em 2008, o número de matrículas foi de 463(0,3%) e, em 2013, foram 717(3,5%) matrículas (PNE 2014-2024). Os dados pareciam crescer numa perspectiva que, no decênio 2014-2024 delimitado pelo PNE, seria possível atingir um percentual aproximado aos números estipulados de matrículas, mas, em 2017 começam a apresentar uma queda e os números de matrículas regrediram em algumas regiões próximas aos dados apresentados em 2010, incluindo o nível nacional.

2.4 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA

O PROEJA, instituído pelo Decreto 5.478/2005 e posteriormente alterado pelo Decreto 5.840/2006, surgiu para atender a necessidades não previstas anteriormente nas políticas públicas direcionadas à educação de jovens e adultos. Com a integração da Educação Profissional e da EJA, busca-se uma contraposição ao dualismo educacional presente na sociedade brasileira, ou seja, se superar a separação entre trabalho intelectual e manual substituindo-se tal polarização por um processo formativo capaz de integrar social e economicamente os segmentos excluídos.

Dessa forma, não havendo tal integração, os cidadãos que não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica na “idade correta” sofrem duplamente o processo que os marginaliza, visto que as difíceis condições socioeconômicas impõem sua entrada precoce no mercado de trabalho. Sem uma formação educacional mais ampla, esse público se submete a postos de trabalhos estafantes e cada vez mais precarizados, que também não lhes permitam

avançar no estrato social. A fim de minimizar tal situação, Ramos (2014, p. 50) defende que “com o PROEJA [sic] busca-se resgatar e reinserir no sistema escolar brasileiro milhões de jovens e adultos[sic] possibilitando-lhes acesso à educação e à formação profissional na perspectiva de uma formação integral”.

Observa-se que a jornada de trabalho cotidiana imposta aos trabalhadores não lhes deixa muito tempo para ingressarem no ambiente escolar e, a partir daí, se apropriarem de conhecimentos que possam lhes garantir uma melhor qualificação e remuneração no mercado de trabalho. Os alunos do PROEJA, embora tenham uma oportunidade ao ingressarem nos cursos ofertados, nem sempre conseguem a sua permanência por questões diversas e pessoais, quando deveriam ter a escola como esperança de alcançar melhorias, encontrando na educação, uma espécie de travessia para uma vida mais digna do ponto de vista social e econômico.

2.4.1 Curso técnico de eventos Proeja do IFPB: análise do modelo educacional proposto pelo campus João Pessoa

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eventos (PPC-Eventos) demonstra, em seu texto, que se insere no contexto do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, cujo *lócus* de atuação é o IFPB-Campus João Pessoa, este localizado na Rua Primeiro de Maio, no Bairro de Jaguaribe, na capital paraibana. A escolha do referido curso foi feita considerando-se o mundo do trabalho e suas relações sociais, econômicas e políticas no processo de desenvolvimento sustentável, enfatizando-se a pertinência econômica e social do setor de eventos em cidades turísticas. A ampliação da indústria de eventos potencialmente gera novos postos de trabalho que necessitam de mão de obra qualificada, isto numa região marcada por vulnerabilidades sociais, inclusive no que se refere à escolarização de jovens e adultos, público alvo do Proeja. A forma de ingresso dos discentes no curso se dá mediante processo seletivo de natureza pública, com duas entradas anuais, conforme destaca o PPC do Curso Técnico do IFPB.

O ingresso nos cursos técnicos ou de qualificação do PROEJA será anual e/ou semestral com uma ou duas entradas por ano, por meio de processo seletivo de natureza pública, realizado anualmente, ou qualquer outra forma que o IFPB venha adotar, podendo, inclusive, ocorrer através de convênios com outras instituições ou sistemas de ensino (IFPB, 2015, p. 175).

A turma pioneira do Curso Técnico em eventos iniciou suas aulas em 2009. Os objetivos descritos no referido PPC enfatizam a formação profissional com habilidades com bases científicas, tecnológicas e humanísticas que atuem numa perspectiva crítica, proativa ética e

globalque considere os contextos sociais, econômicos e políticos inerentes ao mundo do trabalho. Esse projeto pedagógico foi redigido em conformidade com os marcos legais que norteiam a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, segundo o registro a seguir transcrito:

[...] os cursos técnicos de nível médio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) estão referenciados, especificamente, na Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada no Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004 (alterado pelo Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014); no Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, substitutivo do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005; na Lei 11.684/2008 e Respectiva Resolução CNE/CEB nº 1, de 15 de maio de 2009 (inclusão de Filosofia e Sociologia em todas as séries do Ensino Médio), na Resolução CNE/CEB nº 06/2012, de 06 de setembro de 2012, no Parecer nº 11 de 05 de maio de 2012, das DCN para Educação Profissional Técnica de Nível Médio; na Resolução CNE/CEB nº 01/2014 de atualização do CNCT e nas específicas expedidas pelos órgãos competentes (IFPB, 2015, p. 26).

A partir do arcabouço legal acima descrito, a organização curricular foi estabelecida de modo que a carga horária total do curso fosse de 2.475 horas distribuída em três eixos de formação curricular, a saber: disciplinas de Formação Geral, com uma carga horária de 1.412 horas; disciplinas Técnicas, com uma carga horária de 858 horas; e disciplinas de Formação Complementar com uma carga horária de 116 horas.

Os componentes curriculares foram divididos em sete semestres, distribuídos conforme períodos ilustrados:

1º Período: Carga horária total: **365 horas** Disciplinas de Formação Geral: **233 horas**
Disciplinas Técnicas: **67 horas**:

Tabela 02 – Matriz Curricular – 1º Período

Disciplina	Carga Horária Semanal	Carga Horária da Disciplina	Carga Horária Total a ser Registrada
Introdução a Eventos	2	33	40
Prática Profissional em Eventos I	2	33	40
Informática Básica I	2	33	40
Português e Literatura Brasileira I	3	50	60
Espanhol I	3	50	60
História I	3	50	60
Geografia I	3	50	60
Matemática I	3	50	60
Prática Integradora I – Profissão e Autonomia	2	33	40

Fonte: Adaptado do PPC do Curso Técnico em Eventos (IFPB, 2015, p. 33).

2º Período: Carga horária total: **364 horas**; Disciplinas de Formação Geral: **232 horas**;
Disciplina Técnicas: **67 horas**

Tabela 03 – Matriz Curricular – 2º Período

Disciplina	Carga Horária Semanal	Carga Horária da Disciplina	Carga Horária Total a ser Registrada
Planejamento e Organização de Eventos I	2	33	40
Prática Profissional em Eventos II	2	33	40
Informática Básica II	2	33	40
Português e Literatura Brasileira II	3	50	60
Espanhol II	2	33	40
História II	2	33	40
Biologia I	2	33	40
Geografia II	2	33	40
Matemática II	3	50	60
Prática Integradora II – Profissão e Autonomia	2	33	40

Fonte: Adaptado do PPC do Curso Técnico em Eventos (IFPB, 2015, p. 33-34).

3º Período: Carga horária total: **364 horas**; Disciplinas de Formação Geral: **216 horas**;
Disciplina Técnicas: **100 horas**.

Tabela 04 – Matriz Curricular – 3º Período

Disciplina	Carga Horária Semanal	Carga Horária da Disciplina	Carga Horária Total a ser Registrada
Planejamento e Organização de Eventos II	2	33	40
Prática Profissional em Eventos III	2	33	40
Protocolo e Cerimonial I	2	33	40
Português e Literatura Brasileira III	3	50	60
Física I	2	33	40
Química I	3	50	60
Biologia II	2	33	40
Filosofia	2	33	40
Matemática III	2	33	40
Prática Integradora III– Profissão e Autonomia	2	33	40

Fonte: Adaptado do PPC do Curso Técnico em Eventos (IFPB, 2015, p. 34).

4º Período: Carga horária total: 364 horas; Disciplinas de Formação Geral: 216 horas
;Disciplinas Técnicas: **117 horas**

Tabela 05 – Matriz Curricular – 4º Período
(continua)

Disciplina	Carga Horária Semanal	Carga Horária da Disciplina	Carga Horária Total a Ser Registrada
Planejamento e Organização de Eventos IV	2	33	40
Prática Profissional em Eventos IV	2	33	40
Protocolo e Cerimonial II	2	33	40
Português e Literatura Brasileira IV	2	33	40
Química II	2	33	40
Física II	2	33	40
Artes	3	50	60
Matemática IV	2	33	40
Sociologia	2	33	40
Informática Aplicada I	2	33	40
Prática Integradora IV – Profissão e Autonomia	2	33	40

Fonte: Adaptado do PPC do Curso Técnico em Eventos (IFPB, 2015, p. 34-35).

5º Período: Carga horária total: **364 horas** Disciplinas de Formação Geral: **199 horas**
Disciplinas Técnicas: **167 horas**

Tabela 06 – Matriz Curricular – 5º Período

Disciplina	Carga Horária Semanal	Carga Horária da Disciplina	Carga Horária Total a Ser Registrada
Gestão de Alimentos e Bebidas	3	50	60
Prática Profissional em Eventos V	2	33	40
Empreendedorismo em Eventos	3	50	60
Planejamento e Organização em Eventos IV	2	33	40
Português e Literatura Brasileira V	2	33	40
Química III	2	33	40
Física III	3	50	60
Inglês I	2	33	40
Matemática V	2	33	40
Prática Integradora V – Profissão e Autonomia	2	33	40

Fonte: Adaptado do PPC do Curso Técnico em Eventos (IFPB, 2015, p. 35-36).

6º Período: Carga horária total: 364 horas; Disciplinas de formação geral: 216 horas;
Disciplinas técnicas: **100 horas**

Tabela 07 – Matriz Curricular – 6º Período

Disciplina	Carga Horária Semanal	Carga Horária da Disciplina	Carga Horária Total aSer Registrada
Segurança em Eventos	3	50	60
Prática Profissional em Eventos VI	2	33	40
Inglês II	3	50	60
Português e Literatura Brasileira VI	2	33	40
Biologia III	2	33	40
Física IV	3	50	60
Metodologia do Trabalho Científico	3	50	60
Matemática VI	2	33	40
Marketing em Eventos	2	33	40
Prática Integradora VI – Profissão e Autonomia	2	33	40

Fonte: Adaptado do PPC do Curso Técnico em Eventos (IFPB, 2015, p. 36).

7º Período: Carga horária total: **290 horas**; Disciplinas de Formação Geral: **100 horas**;
Disciplinas Técnicas: **240 horas**

Tabela 08 – Matriz Curricular – 7º Período

Disciplina	Carga Horária Semanal	Carga Horária da Disciplina	Carga Horária Total aSer Registrada
Informática Aplicada II	3	50	60
TCC	6	120	120
Prática profissional em Eventos	6	120	120

Fonte: Adaptado do PPC do Curso Técnico em Eventos (IFPB, 2015, p. 36).

De acordo com a disposição da Matriz Curricular exposta, o Curso Técnico em Eventos foi estruturado de maneira a integrar os componentes curriculares da Formação Geral com os da Formação Profissional, obedecendo ao conjunto de elementos constitutivos da Educação de Jovens e Adultos. Essa ideia está expressa no documento, ao firmar o compromisso em formar posturas profissionais críticas, criativas e transformadoras, como também com o processo formativo da identidade dos estudantes. Espera-se um profissional interdisciplinar, disposto a interagir com outras áreas, especialmente as correlatas; capaz de selecionar e empregar os instrumentos de divulgação pertinentes a cada tipo de eventos e ao público-alvo desejado; atento

a importância das atividades complementares e/ou paralelas aos eventos principais; apto a gerir orçamentos com responsabilidade; entendedor dos procedimentos de recepção de participantes e, finalmente, dotado de habilidades comunicativas, que propiciem fluência e desenvoltura nas atividades realizadas, além de dominar a norma culta da língua portuguesa e alguma língua estrangeira. (IFPB, 2015, p. 21).

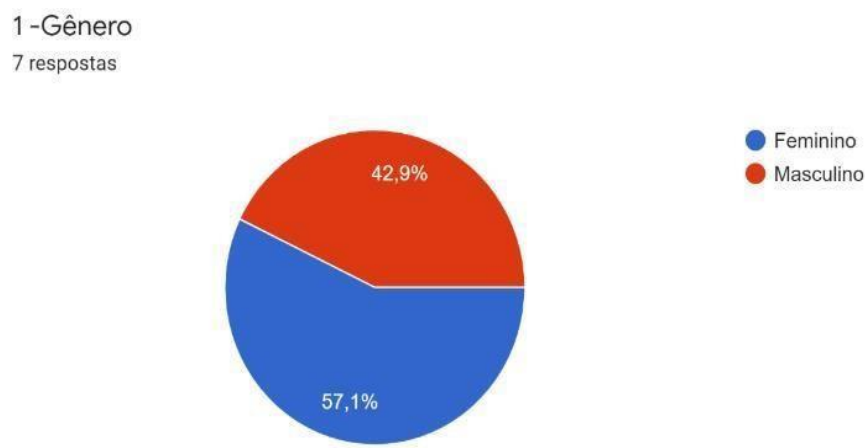
Após conhecermos a estrutura do Curso Técnico em Eventos, passaremos a conhecer os sujeitos que cotidianamente fazem o Proeja-IFPB, razão pela qual buscamos conhecer o corpo docente e discente.

2.5 Docentes: a formação no Proeja no âmbito do IFPB

O corpo docente do Curso Técnico em Eventos – PROEJA/IFPB é atualmente composto por 23 professores de diferentes áreas do conhecimento assim distribuídas: Formação Geral, Técnica e Complementar. Os docentes são o foco da nossa pesquisa e buscamos conhecer seus processos formativos, suas práticas e desafios cotidianos. Para isso, fizemos um convite, a fim de que pudessem responder a algumas questões alusivas ao curso, em formato de questionário. Nossa intenção, a princípio, era de realizar entrevistas, porém, diante do período pandêmico vivenciado no ano de 2020, essa metodologia tornou-se inviável e, portanto, optamos por enviar o link de um formulário elaborado na Plataforma *Google Drive* por e-mail, contendo um questionário com 20 (vinte) perguntas organizadas em três tópicos: 1) Identificação; 2) Discentes e; 3) Contexto atual da pandemia Covid_19: Educação a distância e ensino remoto.

Foram tomadas todas as precauções para manter a privacidade dos participantes. Dos 23 docentes do programa que aceitaram participar do estudo, apenas 30,43% responderam ao questionário da pesquisa no prazo de 7 (sete) dias corridos como foi estabelecido. Enviamos lembretes duas vezes ampliando o prazo para respostas, mas não obtivemos uma maior adesão à pesquisa. Para caracterizar o perfil dos docentes, analisaremos as questões de 1 a 8, as demais questões fundamentaram o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TIDCs. O tópico Identificação, composto por 10 questões referentes exclusivamente aos docentes, foi iniciada com a identificação do gênero dos participantes: 57,1% deles se identificaram como do gênero feminino e 42,9% do gênero masculino.

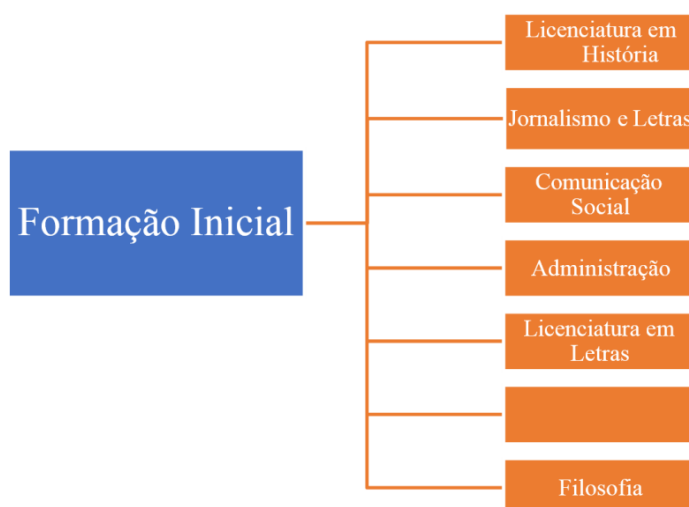
Gráfico 01: Identificação do gênero do corpo docente



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A segunda questão buscou conhecer o processo formativo dos docentes, ou seja, sua formação inicial:

Gráfico 02: Graduação – Formação Inicial

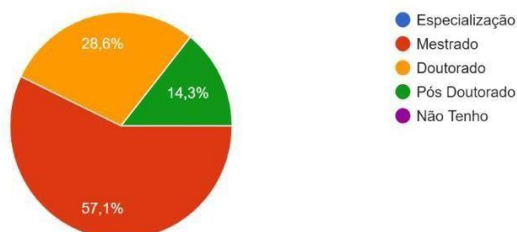


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A terceira questão indagou sobre se o docente tinha pós-graduação (Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-doutorado e Não tenho). Diante das respostas, obtivemos os seguintes percentuais:

Gráfico 03 – Identificação de formação em Pós-Graduação

3- Pós Graduação
7 respostas



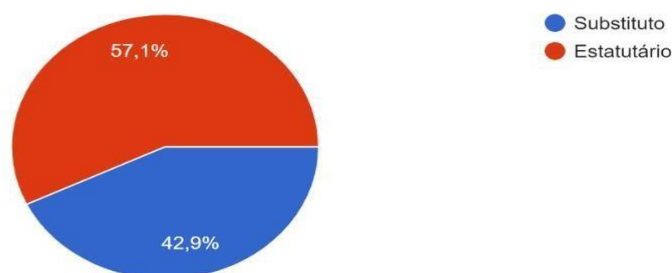
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As respostas obtidas nos mostram que 57,1% dos docentes são Mestres, 26,6% possuem Doutorado e 14,3% Pós-Doutorado.

A quarta questão perguntou sobre o vínculo empregatício dos docentes com o IFPB, as opções de respostas ofertadas foram: Substitutos; Estatutário e Outros.

Gráfico 04: Vínculo empregatício dos docentes com o IFPB

4- Vínculo Empregatício com o IFPB
7 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

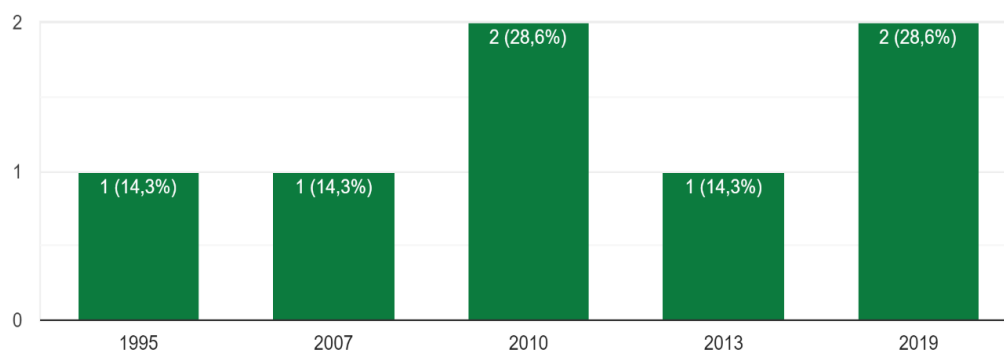
Com base no gráfico acima, obtivemos as seguintes respostas: 57,1% dos docentes responderam que são estatutários e 42,9% são substitutos.

A quinta questão analisou o ano de ingresso dos professores no IFPB, e obtivemos como respostas uma variação entre 1995 a 2019.

Gráfico 05: Ano de ingresso no IFPB

5 - Ano de Ingresso no IFPB

7 respostas



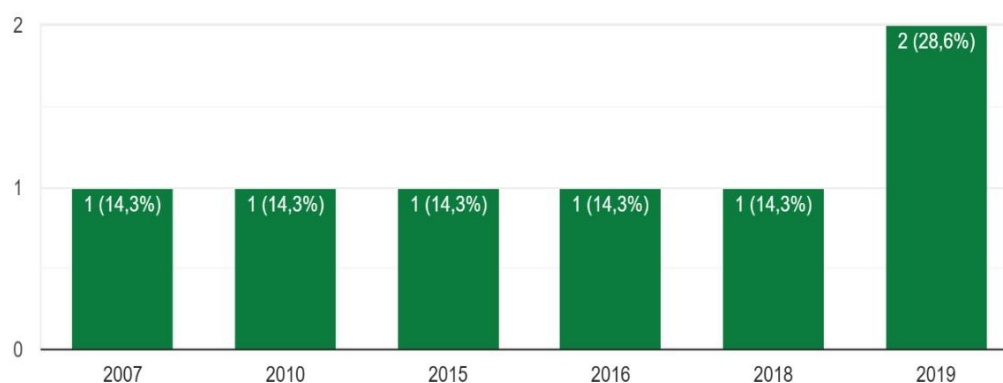
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A sexta questão indagou sobre o ano em que o professor começou a dar aulas no Curso Técnico em Eventos. As repostas obtidas variaram entre os anos de 2007 a 2019, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 06: Ano de início de atuação no Proeja – IFPB

6- Em que ano começou a ministrar aulas no PROEJA?

7 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O Curso Técnico em Eventos teve sua primeira turma no ano de 2009 (conforme consta no PPC atualizado em 2015). Um dos professores respondeu, porém, que iniciou em 2007, portanto uma possível conclusão seria que ele participou do processo de construção e elaboração dos trâmites para a implantação do referido curso no IFPB.

A sétima questão indagou sobre as disciplinas que os docentes ministram no Curso Técnico em Eventos. As respostas obtidas estão descritas a seguir, conforme respondidas no

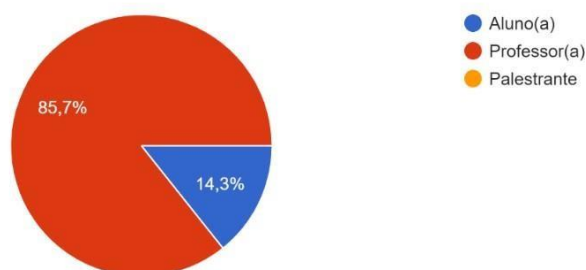
formulário *Google Drive*: História; Inglês instrumental; Disciplinas Técnicas; Marketing de Eventos; Língua portuguesa e Literatura Brasileira IV e VI; Artes e MPC e Filosofia.

A oitava questão perguntou sobre as experiências dos docentes com a Educação a Distância.

As opções de respostas foram as seguintes: Aluno; Professor; Palestrante e Outros: Qual?

Gráfico 07: Experiências dos docentes com a Educação a Distância no IFPB

8- Sobre a educação à distância, qual experiência você vivenciou?
7 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com base nas respostas, obtivemos os seguintes dados: 85,7% dos docentes já ministraram aulas na modalidade de Educação a Distância, e 14,3% dos docentes tiveram experiência como alunos na EAD.

Assim sendo, as respostas apontam que os docentes possuem habilidades para atuarem na educação a distância, o que se torna campo fértil à apropriação desses conhecimentos à proposta de inclusão da EaD no âmbito do Proeja do IFPB.

Descritos os dados atinentes ao corpo docente, passaremos, a seguir, para o corpo discente do curso de Eventos.

2.6 Discentes: Perfil do ingresso para o curso técnico em Eventos - Proeja

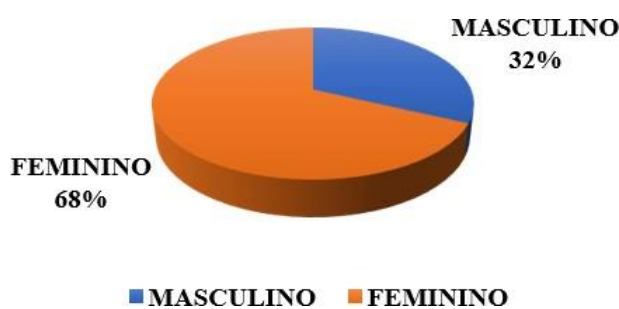
O corpo discente do PROEJA é composto por 173 alunos matriculados nos sete períodos que compõem a oferta do curso. Para conhecermos um pouco mais sobre o perfil de seus estudantes, escolhemos os que formam a turma 2019.2. Foram ofertadas 40 vagas, dos quais 28 candidatos foram considerados aptos para efetivarem a matrícula.

Durante o processo seletivo, cada candidato responde a um roteiro de entrevista, na qual se solicitam as seguintes informações: dados pessoais; estabelecimento de ensino onde concluiu o Ensino Fundamental; aspectos socioeconômicos (como trabalho, renda familiar); fatores que motivam o candidato à vaga a querer estudar no IFPB no Curso Técnico em Eventos. Todo material foi solicitado à Coordenação do referido curso que o cedeu prontamente.

Com base nas respostas dadas pelos alunos, destacamos alguns pontos para conhecer quem são os estudantes do PROEJA-IFPB. O Universo dessa análise compreende os 28 estudantes selecionados e regularmente matriculados no referido curso.

O primeiro item que selecionamos se refere ao gênero. Embora não exista esta pergunta no roteiro, identificamos, por meio dos nomes dos alunos matriculados o sexo de cada estudante. Dos vinte e oito estudantes matriculados, 9 (nove) são do sexo masculino e 19 (dezenove) do sexo feminino. O resultado pode sinalizar que o curso é mais procurado por mulheres. Boa parte delas é mãe e ou provedora da família.

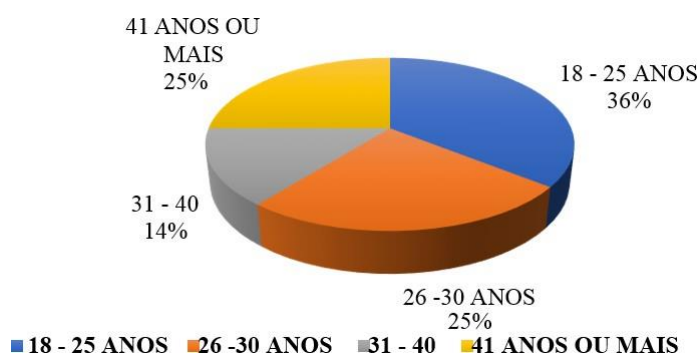
Gráfico 08: Identificação do gênero dos discentes da turma 2019.2



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O segundo item que avaliamos refere-se à faixa etária dos estudantes, que constitui um dos aspectos relevantes para nossa pesquisa, pois a idade mínima para ingressar no curso é de 18 (dezoito) anos, e como queremos identificar os que hoje são chamados de nativos digitais e imigrantes digitais, este dado passa a ter uma relevância na nossa pesquisa.

Gráfico 09: Idade dos discentes da turma 2019.2



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

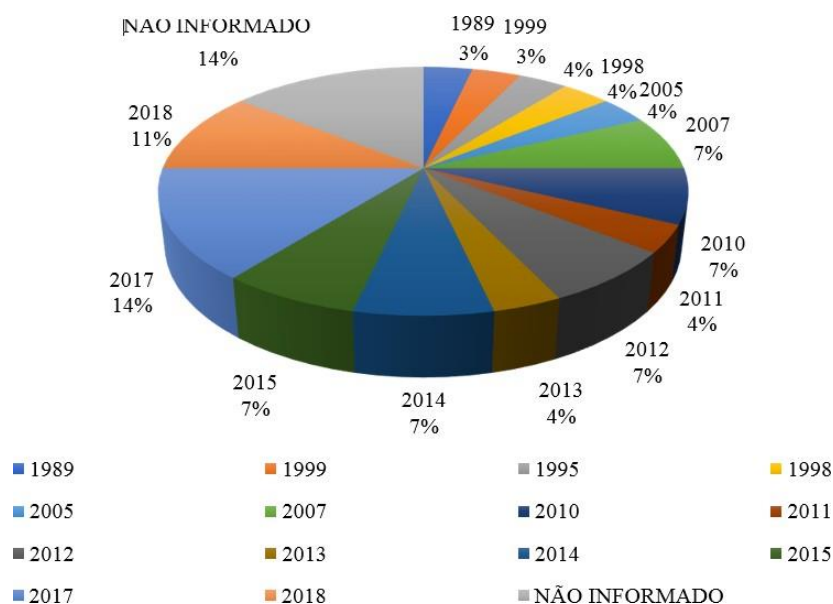
Com base nas repostas obtidas, organizamos quatro grupos em ordem crescente de idade. Dez alunos se enquadram na faixa etária de 18 – 25 anos, correspondente a 35, 71% do número de alunos matriculados no curso; a faixa seguinte considera dos 26 – 30 anos, com sete alunos representando 25% dos matriculados, indicando um percentual de 62,71% dos discentes incluídos na categoria chamada de nativos digitais. A faixa etária 31 – 40 anos e 41 anos, ou mais, juntos somam 39,29%, que podem ser incluídos no conceito de imigrantes digitais. Segundo Palfrey e Gasser (2011), os indivíduos que cresceram em um mundo apenas analógico, mas que aprenderam a estar *online* e utilizam as tecnologias digitais em seu cotidiano, continuam a se basear nas formas analógicas de interação.

Segundo Freire (1989, p. 59), “[...] não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”. Assim, a família em seus mais diversos formatos, constitui uma parte integrante dos sujeitos-alunos que pautam as razões de suas escolhas ou não, sejam elas pretéritas, presentes ou futuras.

O ano de conclusão do Ensino Fundamental também foi um dado considerado relevante para a pesquisa. O período transcorrido entre a conclusão do Ensino Fundamental e o ano de ingresso no Ensino Médio demonstra com clareza os percursos educacionais de adolescentes, jovens e adultos matriculados no PROEJA. Sobre estes, Arroyo faz algumas indagações:

Que identidades espaciais, sociais, raciais e de gênero chegam e que papel tem o sistema escolar como todo e a EJA especificamente, na sua reprodução? Com que subjetividades chegam e como são reforçadas? Quais possibilidades de a experiência como alunos/as superar subjetividades negativas e reconstruir subjetividades positivas? (ARROYO, 2017, p. 31).

Com base nas respostas dos alunos no Roteiro de Entrevista, procuraremos responder às indagações propostas por Arroyo.

Gráfico 10: Ano de conclusão do Ensino Fundamental dos discentes da turma 2019.2

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

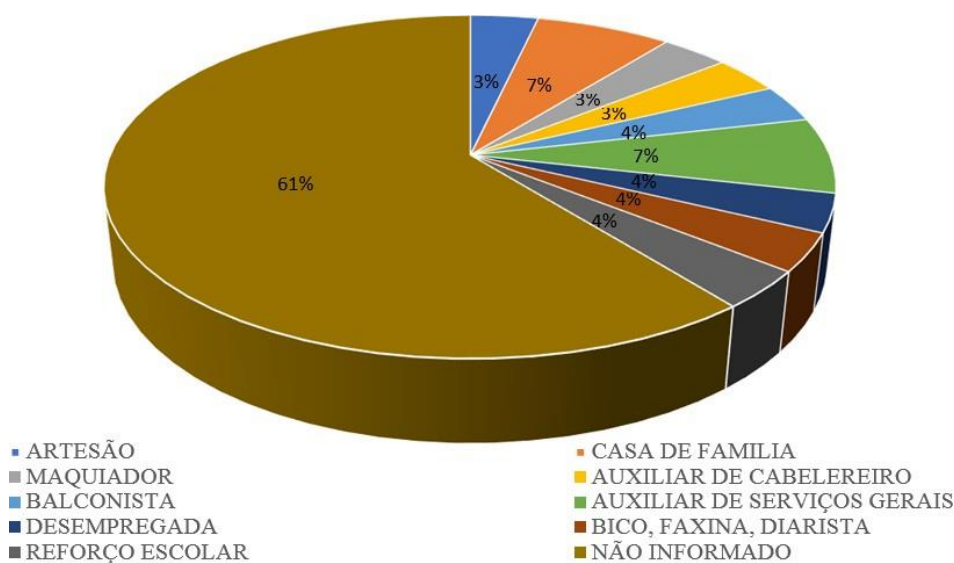
O período das respostas – de 1989 a 2018 – foi bastante amplo. Iniciamos a análise, a partir de 1989, ou seja, 30 (trinta anos) separamos o término do Ensino Fundamental e o ingresso no Ensino Médio – Curso Técnico em Eventos – PROEJA. Trinta anos de ausência dos bancos escolares. Na década de 1990, mais três alunos concluíram o Ensino Fundamental (1995, 1998 e 1999 - no gráfico acima cada ano da década de 1990 corresponde a um percentual de 3% respectivamente). As garantias constitucionais promulgadas em 1988 e a partir da LDB 9.394/96 não alcançaram o adolescente e o jovem que foram e, agora adultos, buscam uma nova inserção no sistema escolar, tentando superar as subjetividades negativas deste percurso e a exclusão a que foram e são, ainda, submetidos por conta de sua situação socioeconômica, de gênero e de cor.

Ainda na visão apresentada por Arroyo (que chama aos alunos da EJA de “passageiros” da noite), diante dos dados coletados, percebemos que a exclusão se perpetua na passagem do tempo. Chegamos ao século XXI, novo milênio, cheio de possibilidades e expectativas, mas repleto de velhos problemas educacionais. Os alunos que concluíram o Ensino fundamental nos anos 2005, 2007, 2010 continuam a ter um espaço de tempo longínquo do sistema escolar formal, e os adolescentes e jovens que concluíram essas etapas na segunda década dos anos 2000, ou seja, 2012, 2013, 2014, 2015, 2017 e 2018, enfrentam condições sociopolíticas semelhantes à de seus colegas adultos. As palavras de Paulo Freire ainda descrevem com clareza a situação atual.

[...] a opção por esse ontem, que significa uma sociedade sem povo, comandada por uma “elite” superposta a seu mundo, alienada[sic] em que o homem simples minimizado e sem consciência desta minimização era mais “coisa” que homem mesmo, ou opção pelo amanhã. Por uma sociedade que, sendo sujeito de si mesmo, tivesse no homem e no povo sujeitos de sua história (FREIRE, 1989, p. 35).

À análise dos aspectos socioeconômicos, realizada por meio dos itens “você trabalha”, podendo ser respondida pela forma *sim* ou *não*, 29% responderam que sim e 71% responderam que não. Na sequência, analisamos a pergunta “onde você trabalha?” e “que tipo de trabalho desenvolve?”. O Gráfico 11 a seguir ilustra bem essas respostas.

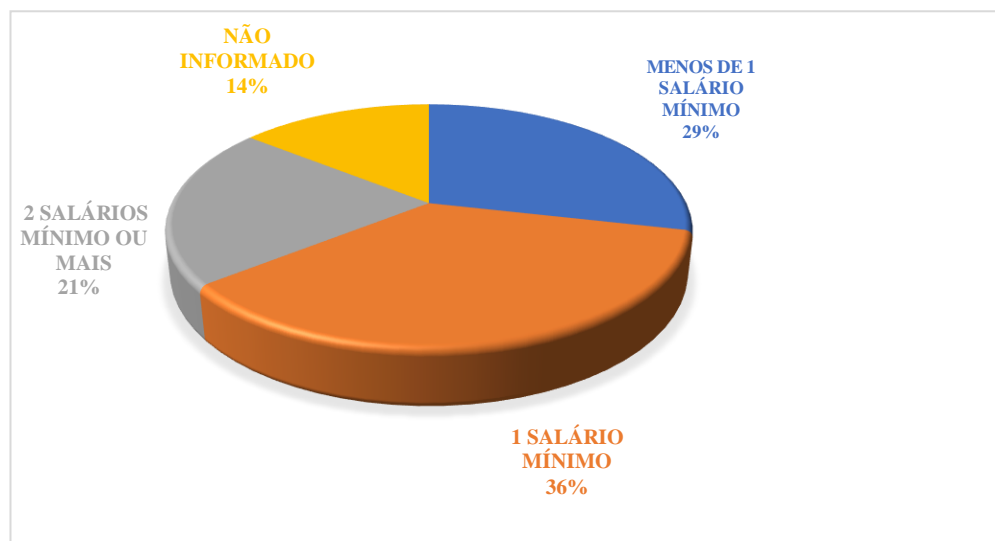
Gráfico 11: Vínculo empregatício dos discentes da turma 2019.2



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Obtivemos uma variedade de resposta tais como: artesão, maquiador, empregado(a) em casa de família, auxiliar de cabeleireiro, auxiliar de serviço gerais, “bico” – faxina – diarista, reforço escolar, desempregada. Dos participantes, 61% dos candidatos não informaram nenhum tipo de trabalho.

O item seguinte analisou a renda familiar dos candidatos-alunos, e as opções de respostas foram: Menos de um salário mínimo, 1 salário mínimo e 2 salários mínimos ou mais.

Gráfico 12: Renda familiar dos discentes da turma 2019.2

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A renda familiar declarada durante a seleção expõe a vulnerabilidade social daqueles que ingressaram no curso. Os sujeitos-alunos do PROEJA são trabalhadores e trabalhadoras, desempregados e desempregadas, que enxergam, na volta à escola, uma alternativa de superação para superar as dificuldades impostas por uma sociedade excludente, que os deixa à margem do sistema, como podemos observar na fala de alguns alunos ao responderem ao item “o que representa para você estudar no IFPB?”, do roteiro da entrevista.

Quadro 01 – Respostas dos discentes sobre o que representa para eles estudar no IFPB⁴

1. “Uma grande oportunidade de concluir o ensino médio em uma instituição de grande ensino.”
2. “Uma grande oportunidade para concluir o ensino médio em uma”
3. “ Representa a conclusão dos meus estudos e uma capacitação a mais em meu currículo”
4. “Uma grande oportunidade, pois é um estudo completo de grande importância, além de me especializar em uma área tão expressiva como a de eventos”
5. Terminar meus estudos para ter mais oportunidades de trabalho”
6. “O que eu represento aprender ter o conhecimento novo da aprendizagem pretendo terminar o meu proeja de eventos junto com o curso ter um futuro melhor pretendo me formar ter um futuro ativo na minha vida pretendo estar na escola técnica aprender muito mais bom pretendo estudar aqui me ajude sou muito humilde: me ajude pelo amor de Deus amém”.
7. Quero uma profissão digna

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

⁴ As respostas foram transcritas *ipsis litteris*, ou seja, exatamente como foram produzidas pelos alunos, logo não fizemos quaisquer correções de ordem gramatical, a fim de manter sua originalidade.

O anseio por melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida pode ser contemplado nas falas dos alunos-sujeitos destacados acima. Dos 28 roteiros analisados, estes nos pareceram os que melhores sintetizam os desejos dos demais por uma capacitação profissional digna, maior qualificação e oportunidade no mercado de trabalho.

Os que deixaram os bancos escolares há muito tempo, voltaram porque sentiram necessidade de uma formação escolar que lhes proporcionasse uma vida com mais dignidade e melhores oportunidades. No dizer de Amélia Hamze, professora da FEB/CETEC, “especialmente no século XX, as principais características das ações do governo, em relação à Educação de Jovens e Adultos foram políticas assistencialistas, populistas e compensatórias” (HAMZE, 2009 *apud* GEVAERD; OLIVEIRA, 2009, p. 72).

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas por esse público desarticulado do ensino seja pela condição social, seja pela idade, gênero podemos destacar as palavras de Arroyo:

Os adolescentes, jovens e adultos não fazem percursos individuais. Nem percursos de agora. Sabem-se passageiros de longos itinerários coletivos que vêm de longe. Voltando como passageiros da noite nas filas, nos ônibus, reinventando, a cada fim de tarde e a cada início e fim de noite, velhos percursos feitos até na infância. Como trabalhar nos currículos essas tensões entre o futuro prometido, se refizerem o percurso escolar, e esse passado-presente de classe, raça, trabalho e sobrevivência que levam à EJA? (ARROYO, 20017, p. 35).

Oliveira (2015) ressalta que a psicologia do adulto e sua condição cognitiva estão fortemente atreladas aos fatores culturais que fazem parte do mundo do trabalho onde estão inseridos, suas vivências e experiências – todo um potencial de conhecimento adquirido que não pode ser deixado à margem em seu processo formativo escolar. Eles/elas dominam diferentes habilidades e requerem do educador/educadora a mediação dos desafios cotidianos do trabalho e estudos e que os estimulem a desenvolver seus próprios processos de aprendizagem.

3 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA JOVENS E ADULTOS: FLEXIBILIZAÇÃO DE MODADE DE ENSINO NO CONTEXTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA.

Falamos no capítulo anterior sobre as disparidades de ensino ofertado aos jovens que frequentam a escola desde a infância, logo mantendo o que se entende por “idade regular”, ou seja, compatível com o ano/série de formação e outro ofertado a quem não conseguiu manter esse equilíbrio idade/série escolar. A educação de jovens e adultos continuar sendo um grande desafio social, político e cultural em nosso País. Isso se imaginarmos apenas o ensino presencial. E quando esse desafio se estende à modalidade de ensino a distância? Seria possível pensar em uma prática educativa que facilitasse a vida acadêmica daqueles que não têm condições geográficas e econômicas, de forma efetiva e, de fato, emancipadora?

Para tentarmos responder a essa questão, antes é necessário discutirmos um pouco sobre a educação a distância, suas vantagens e empecilhos.

A Educação a Distância (EAD) não constitui uma novidade no âmbito educacional. Houve até mesmo cursos profissionalizantes anunciados em jornais e revistas, tais como: desenho industrial, corte e costura, de alfabetização. As mudanças que ocorreram foram em relação aos mecanismos de ofertas desses cursos, pois, conforme as necessidades do mercado, utilizavam-se recursos diferenciados no tempo e espaço. Houve cursos por correspondência, radiofônicos, telecursos; de comum entre eles, havia apenas o fato de que suas aulas eram ministradas em espaço-tempo diferenciados.

Em relação ao conceito de Educação a Distância, Belloni (2015) apresenta, em seu livro *Educação a Distância*, alguns conceitos, dos quais destacamos os que esse mesmo autor cita de Moore (1973).

EAD pode ser definida como a família de métodos instrucionais nos quais os comportamentos de ensino são executados em separado dos comportamentos de aprendizagem, incluindo aqueles que numa situação presencial (contígua) seriam desempenhados na presença do aprendente, de modo que a comunicação entre professor e aprendente deve ser mediada por dispositivos impressos, eletrônicos, mecânicos e outros (MOORE, 1973 *apud* BELLONI, 2015, p. 25).

O conceito de Moore nos remete à organização de materiais e métodos que, independentemente do fator espaço-tempo, colaboram no processo de aprendizagem que ocorre mediado pelo professor, e destaca os dispositivos que possibilitam a interação nesse processo. O conceito apresentado por Cropley & Kahl (1983) descreve Educação a Distância como uma

espécie de educação baseada em procedimentos que permitem o estabelecimento de processos de ensino e aprendizagem mesmo quando não existe contato face a face entre professores e aprendentes – ela permite um alto grau de aprendizagem individualizada (CROPLEY; KAHL, 1983 *apud* BELLONI, 2015, p. 26).

A utilização dos meios de comunicação constitui um elo de importância no processo de mediação na interação docentes e discentes, logo, com a evolução das Tecnologias Digitais de informação e comunicação, uma interação mais assertiva e ampla. Moore explicita alguns dos principais parâmetros necessários à definição de EAD (CROPLEY; KAHL, 1983 *apud* BELLONI, 2015, p. 27): Separação professor/aluno; uso de meios de comunicação tecnicamente disponíveis e; preparação e desempenho em sala de aula.

A educação a distância no Brasil foi implementada oficialmente pelo Ministério da Educação, a partir do Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005, criando a Universidade Aberta do Brasil (UAB), um sistema que se integrou as universidades públicas, ofertando cursos de nível superior de ensino no formato a distância.

Assim, “[...] o surgimento dos cursos EAD no Brasil, nos últimos anos, abriu portas para possibilitar que as pessoas que não tinham condições de realizar um curso presencial, realizassem seus sonhos” (BASTOS, 2017, p. 01).

Regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.394/96) como uma modalidade do ensino superior, o art. 80 da Lei afirma que a EaD gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

- I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;
- II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais de educação (BRASIL, 1996).

Desse modo, percebemos que a principal contribuição da EaD é a promoção do acesso ao saber para um maior número de pessoas, impedidas por condições geográficas, sociais, econômicas e culturais de cursar o ensino superior de forma presencial em uma universidade Pública.

De acordo com Bastos (2017, p. 07):

Os cursos EAD ainda apontam outra vantagem relativa ao desenvolvimento que é a necessidade do [sic] sujeito adquirir conhecimento suficiente na área da informática para o domínio das ferramentas tecnológicas que lhes são exigidas. Dessa forma, o educando EAD estaria potencializando, ainda mais, os seus conhecimentos, tendo em vista que a imensurabilidade de sua importância nos dias atuais. Tudo isso são formas

de lidar com a construção e a efetivação do conhecimento e seus impulsos, que exigem estratégias, ações inovadoras e inéditas para os sujeitos.

Já no que diz respeito à implementação da EaD no ensino técnico de ensino, esta se deu através do decreto n. 6.301, de 12 de dezembro de 2007, ao instituir o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil, com vistas ao desenvolvimento da educação profissional técnica na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no País.

Parágrafo único. São objetivos do e-Tec Brasil:

I - expandir e democratizar a oferta de cursos técnicos de nível médio, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas;

II - permitir a capacitação profissional inicial e continuada para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos;

III - contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio pelos jovens e adultos;

IV - permitir às instituições públicas de ensino profissional o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias educacionais em educação a distância na área de formação inicial e continuada de professores para a educação profissional técnica de nível médio;

A teoria e prática tão debatidas no contexto da sala de aula também devem se fazer presentes na modalidade de Educação a Distância, de modo que a relação docente/discente se estabeleça com coerência no fazer pedagógico – tal perspectiva, seja no ensino presencial ou distância, não constitui, ainda, uma realidade.

A relação entre a realidade dos sujeitos aprendentes com o contexto estudado está proporcionalmente ligada à reflexão sobre a sua teoria e prática cotidiana. Apesar da nova realidade tecnológica e dos velhos problemas educacionais, se faz necessário estar atento à mudança da realidade dos sujeitos aprendentes e das novas demandas educacionais criadas na dita sociedade digital e tecnológica, para, assim, se combater mais um processo excludente social e laboral.

Diante das premissas educacionais que envolvem a Educação a Distância, passamos a analisar a legislação vigente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, no seu artigo 80, destaca que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

O Decreto nº 5.622/2005 regulamenta o artigo 80 da LDB 9.394/96 estabelecendo Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Caracterizando em artigo 1º a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didática pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2005).

O Decreto supracitado foi revogado pelo Decreto nº 9.057/2017, cujo texto em seu artigo 1º, embora pareça quase idêntico, é mais abrangente:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

O artigo 8º do referido Decreto destaca que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância, destacando, no seu inciso IV, a Educação de Jovens e Adultos.

A Resolução nº 3 de 2018 atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em seu artigo 17. O texto destaca que “o ensino médio, etapa final da educação básica, concebida como conjunto orgânico, sequencial e articulado, deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes, sejam adolescentes, jovens ou adultos, mediante diferentes formas de oferta e organização” (BRASIL, 2018).

A Resolução CNE/CEB nº 3/2018 especifica no parágrafo 4º estabelece a que deve haver:

[...] uma organização curricular e metodológica diferenciada para os jovens e adultos, considerando as particularidades geracionais, preferencialmente integrada com a formação técnica e profissional, podendo ampliar seus tempos de organização escolar, com menor carga horária diária e anual, garantida a carga horária mínima da parte comum de 1.200 (um mil e duzentas) horas e observadas as diretrizes específicas (BRASIL, 2018).

O parágrafo 5º estabelece: “na modalidade de educação de jovens e adultos, é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado” (BRASIL, 2018). Diante do arcabouço legal vigente,

vê-se que a Educação a Distância constitui hoje uma metodologia que deve ser incluída no processo educacional brasileiro.

3.1 As tecnologias digitais no universo do IFPB: cenários de possibilidades para implementação de EaD no curso de Eventos – Proeja IFPB

Muito se fala, se escreve sobre tecnologias, por isso vale tentarmos reduzir um pouco essa gama de informações que subsidiam tal expressão. Para Ferrarini *et al.* (2019), [...] “as tecnologias são os diferentes equipamentos, instrumentos, recursos, produtos, processos e ferramentas, frutos da crescente criação da mente humana, transformando as relações de produção e de vida em sociedade ao longo da história da humanidade, diferenciando-nos dos demais seres vivos”.

O cenário da educação não é diferente e neste são consideradas tecnologias educacionais. Pelo conceito exposto por Ferrarini *et al.* (2019), as tecnologias podem ser representadas pelo quadro-negro, pelos livros, pelos lápis, pelas canetas, pelos cadernos, pelas máquinas de projeção, pelas lousas digitais, pelos tablets, pelos computadores, entre outros artefatos”, os quais, ao longo dos anos, sofreram processos de aprimoramento tecnológico. Desse modo, houve também transformação em paradigmas que, por vezes, exigem nos atualizarmos e fazermos parte desta sociedade da informação.

Seguindo esse raciocínio, muitos dos educadores são chamados de *imigrantes digitais*, pois experienciam uma nova realidade difusa daquela da qual era agente ativo; seu trabalho e sua pedagogia vistos ou aplicados de uma forma a que chamamos de analógica tiveram de ser atualizados para acompanhar um mundo completamente digital.

Atualmente o nosso fazer cotidiano, nossas relações pessoais, laborais, financeiras e de lazer são hoje perpassadas pelo mundo dito digital. Esse mundo se oferece generosamente, porém, para nos servirmos dele, precisamos entender que “[...] assim que penetramos no universo da Web, descobrimos que ele constitui não apenas um imenso “território” em expansão acelerada, mas que também oferece inúmeros “mapas”, filtros, seleções para ajudar o navegante a orientar-se” (LEVY, 1999, p. 85).

Parte dos docentes pertencem a uma geração limítrofe, ou seja, no limiar entre o mundo analógico e o digital. A sociedade da informação foi se inserindo no nosso cotidiano paulatinamente (telefones móveis pouco apouco foram ocupando espaços de relógios, despertadores, câmeras fotográficas, filmadoras). O mundo passou a estar literalmente em

nossas mãos, mas o que fazer com ele ou como fazer e compreender esse universo? Ainda segundo Lévy, “[...] O melhor guia para Web é a própria Web. Ainda que seja preciso ter paciência de explorá-la. Ainda que seja preciso arriscar-se a ficar perdido, aceitar a “perda” de tempo para familiarizar-se com esta terra estranha” (LEVY, 1999, p. 85). Em outras palavras, cabe ao novo professor aventurar-se no mundo virtual, para desbravá-lo, em nome de seus alunos, em especial aqueles que estão mais distantes do que quaisquer outros dessa nova expedição: os alunos PROEJA.

Quando nos referimos ao mundo virtual, estamos tratando de aspectos da chamada cibercultura⁵ termo que está intimamente ligada a outro que também nos assusta um pouco: ciberespaço⁶. O reconhecimento do espaço virtual quase sempre é associado a aspectos de irrealidade, algo não concreto: “Contudo, a rigor, em filosofia o virtual não se opõe ao real[sic] mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes de realidade” (LEVY, 1999, p. 47).

A utilização de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) constitui hoje uma necessidade, muito embora, em alguns (e não poucos) casos, os docentes não tenham condições de utilizar as TDICs, pois as escolas não dispõem dos recursos necessários ou ofertam cursos de formação continuada nas áreas das TDICs. Felizmente não é uma situação generalizada – pela força da própria conjuntura social e da pressão das empresas, da própria globalização, a resistência a esses obstáculos vem sendo vencida.

A exemplo dessa necessidade de acompanhar a evolução mundial, em 2009, o Instituto Federal da Paraíba inaugura o seu primeiro projeto que daria suporte para a inserção na modalidade de educação a distância. Trata-se de uma proposta de inclusão dessa metodologia no currículo dos cursos superiores, como atendimento ao Edital nº 15/2011 das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), que especificava a utilização dessa ferramenta modalidade de EaD num percentual de 20% da carga horária das disciplinas ofertadas nos cursos presenciais já reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A partir de então, o IFPB desenvolveu ações que possibilitaram atuar com competência na modalidade de Educação a Distância (EaD), iniciando com investimentos em capacitação docente e de técnicos administrativos para atuar nessa modalidade, além de ter criado uma

5 Especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o ciberespaço (LÉVY, 1999, p.17).

6 O ciberespaço, também conhecido como “rede”, é um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo faz referência não apenas à infraestrutura material da comunicação digital mas também ao universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p.17).

estrutura administrativa, como é o caso da Diretoria da Educação a Distância. Esse envolvimento e investimento do IFPB com as novas ferramentas de ensino também foi provocador de pesquisas realizadas por seu corpo docente, alinhando os desafios institucionais às práticas de pesquisas docentes. Podemos confirmar tal contexto, nas palavras de Cavalcanti.

Em âmbito institucional, percebeu-se reciprocidade de interesse na pesquisa, posto que essa era uma modalidade nova, era um espaço de transformação de saberes envolvendo o novo sistema educacional proposto para a Rede Federal de Educação Profissional, e o IFPB tinha interesse em investigar aspectos da implantação e avaliação do curso que viesse a subsidiar ações futuras na instituição (CAVALCANTI, 2016, p. 25).

A experiência apresentada com as TICs, em 2009, pelo IFPB, envolvendo duas unidades acadêmicas – a de Formação Geral e a de Gestão e Negócios –, certamente subsidiou conhecimentos pedagógicos e metodológicos para a adoção de ferramentas inerentes à educação a distância a terem desdobramentos nos cursos técnicos do IFPB.

Desse projeto, resultou um laboratório de informática, onde funciona até hoje o Polo de Apoio Presencial que atende a toda a comunidade vinculada a cursos ou projetos na modalidade a distância do IFPB, como o Curso de Licenciatura em Letras EaD, do Campus João Pessoa, por exemplo. O espaço é compartilhado com outros cursos, mesmo presenciais, a exemplo do Técnico em Eventos-Proeja, que utiliza a estrutura para realização de aulas presenciais, como as de Informática Básica.

Além da observância dos ambientes utilizados pela educação a distância e da análise de documentos que tratam da modalidade, fizemos uso de instrumentos de coleta de dados que subsidiaram o conhecimento dos perfis e aspectos formativos dos envolvidos no processo, conforme se verifica a seguir.

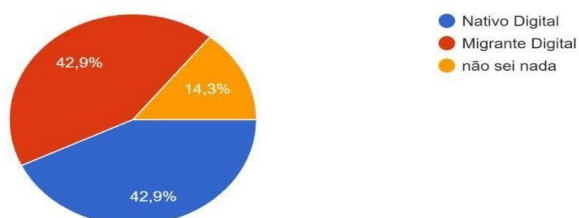
3.1.1 Instrumento de coleta de dados: verificação de domínio dos recursos tecnológicos

A fim de verificar o conhecimento dos perfis e aspectos formativos dos docentes sobre a modalidade de educação a distância, utilizamos um questionário *Google Forms*. Os docentes, ao serem indagados sobre os recursos tecnológicos necessários ou relacionados à EaD, apresentaram as seguintes respostas: Computador; Celular; Tablet, Quadros interativos e outros.

A nona questão do questionário *Google forms* respondida pelos professores versava sobre o uso de recursos da Tecnologia Digital da Informação e Comunicação (TDIC) e indagava como o docente se considera com relação aos termos “Nativo digital”, “Migrante Digital”, “Outros”.

Gráfico 13: Autoidentificação docente diante dos recursos tecnológicos

9- Sobre o uso de recursos tecnológicos digitais, como você se considera?
7 respostas



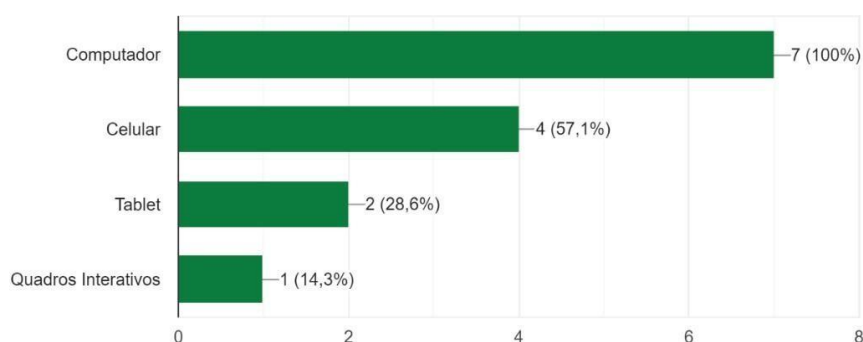
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com base no Gráfico 13 acima apresentado, obtivemos as seguintes respostas, 42,9% se declararam Nativos digitais, 42,9% como Imigrantes digitais e 14,3% responderam Outros, especificando “*não sei nada*”. Ao responder com essa expressão, percebe-se, na fala do docente, a ausência de um processo formativo continuado para a utilização das TDICs no seu cotidiano laboral, embora esse profissional utilize computador, e-mail e celular.

A décima questão buscou conhecer os recursos tecnológicos digitais utilizados pelos docentes para o planejamento e ao ministrar as aulas. Foram dispostas as seguintes possibilidades de respostas: Computador; Celular; Tablet, Quadros interativos e outros.

Gráfico 14: Recursos tecnológicos utilizados pelos docentes do PROEJA-Eventos

10- Quais dos recursos tecnológicos digitais da informação e comunicação abaixo, você utiliza ou já utilizou no planejamento e execução das aulas ministradas no curso Técnico em Eventos?
7 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As respostas obtidas destacam que 100% dos docentes utilizam o computador no planejamento e, ao ministrar aulas, 57,1% utilizam o celular; 28,6% utilizam o tablet e 14,3% utilizam quadros interativos. A utilização de TDIC é recorrente. Mesmo tendo respondido “*não*

sei nada”, alguns participantes não deram resposta diferente da dos demais sobre os recursos tecnológicos utilizados no seu cotidiano profissional.

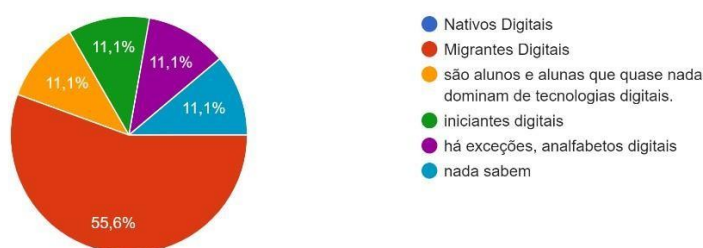
As tecnologias digitais no cenário educacional são uma realidade cotidiana nas nossas salas de aulas presenciais ou virtuais. Quer a utilizemos ou não, essa realidade virtual faz parte da vida dos discentes, portanto é necessário prepará-los para um processo de autoaprendizagem que auxilie na resolução de problemas reais, a fim de que as aulas tenham um sentido prático na vida dos sujeitos aprendentes.

Ao serem indagados como classificaria os discentes considerando os perfis *imigrantes digitais* ou *nativos digitais*, recebemos dos docentes uma variedade maior de respostas, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 15: O perfil do aluno PROEJA-Eventos segundo o docente: migrante digital ou nativo digital?

11- Como você classifica os discentes do curso técnico em eventos - ProEja /IFPB?

9 respostas



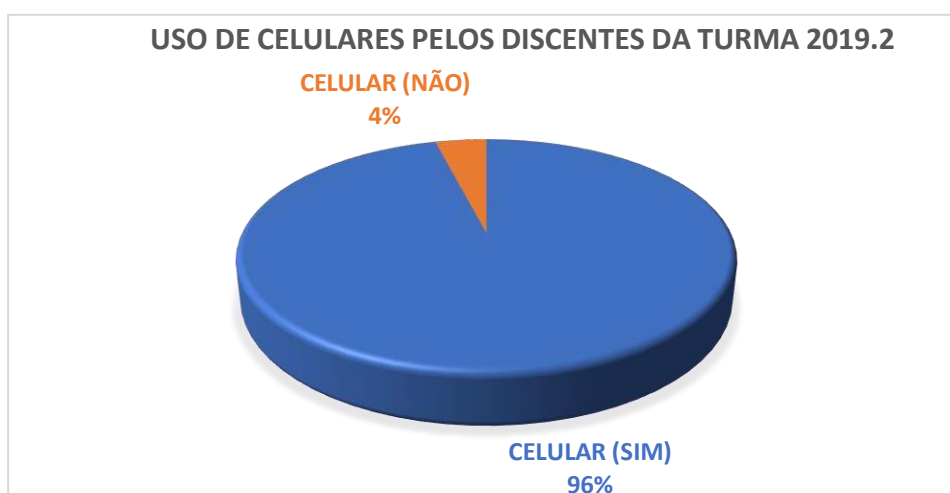
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao analisarmos as respostas dos docentes, verificamos que os profissionais designam 55,6% dos alunos como Migrantes digitais. Essa resposta denuncia quão distantes da realidade estão os alunos do curso em análise. Confrontamos as faixas etárias desses discentes e verificamos que, por esse dado, a maioria deveria estar, segundo conceito apresentado por Palfrey e Gasser (2011), entre os Nativos digitais, terminologia utilizada por esses autores para caracterizar os indivíduos nascidos após 1980, período no qual as tecnologias digitais começam a ser difundidas e massificadas. Os nativos digitais passam grande parte do seu tempo online e para eles a vida online e offline não se separam, gerando duas identidades, a digital e a do espaço real; apresentam tendências multitarefas; se expressam e se relacionam utilizando a tecnologia para obter informações, criar novos conhecimentos e novas formas de arte e interações sociais.

Vemos a contradição nos dados obtidos em relação ao conceito de Palfrey e Gasser (2011), que afirmam serem os discentes até 41 (quarenta e um) anos classificados como nativos digitais. Somos levados a concluir, portanto, que, por conta da grande desigualdade social e da dificuldade de acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação no Brasil, percebemos um maior domínio das TDIC por pessoas que estão na faixa etária de até 30 anos.

Ainda com base no roteiro de entrevistas realizadas no processo seletivo, identificamos alguns dados interessantes que contrastam com a visão apresentada pelos docentes: 96% dos alunos colocaram números de celulares e apenas 4% informaram não possuir tal equipamento.

Gráfico 16: Percentual de alunos que faz uso (ou não) de aparelho celular



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Identificamos no Roteiro de Entrevista que, ao solicitar o endereço de e-mail, 57% dos discentes possuem e-mail privados e 43% não apresentaram e-mails, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 17: percentual de alunos que faz uso (ou não) de e-mail



Dados da pesquisa (2019).

No item 12 do Questionário, buscamos conhecer as dificuldades que os docentes percebem nos discentes ao ministrarem aulas remotas. Perguntamos: Quais as maiores dificuldades você percebe nos discentes ao ministrar aulas remotas? As respostas⁷ foram as seguintes:

- *Falta de equipamentos, celulares, computadores para o processo;*
- *Dificuldades no uso dos equipamentos;*
- *Ausência de uma cultura de aprendizagem diferente da presencial;*
- *Falta de equipamento adequado e não familiaridade com o formato das aulas;*
- *Letramento digital, falta de acesso à tecnologia;*
- *Falta de familiaridade com a tecnologia;*
- *As condições de rede de internet e condições sociais;*
- *A exclusão digital e vulnerabilidade diante da crise sanitária/econômica;*
- *A presença dos alunos e a falta de acesso ao computador por parte de alguns;*
- *Absenteísmo⁸;*
- *Não temos computador.*

As respostas revelam que a problemática reside nas condições sociais, ausência de familiaridade com a tecnologia, exclusão e vulnerabilidade; quanto à ausência de equipamentos

⁷ Reiteramos aqui a informação de que todos os textos foram transcritos conforme produzidos pelos participantes, sem nenhuma alteração ou correção de desvios gramaticais.

⁸ O absenteísmo escolar é a ausência repetida ou prolongada das atividades escolares. A taxa de absenteísmo corresponde à percentagem obtida a partir da relação entre o número de ausências e o número de presenças, num determinado tempo. Disponível em: <https://www.significados.com.br/absenteismo/>. Acesso em: nov./2020.

adequados, os docentes se referem a condições materiais para a execução das atividades e não à rejeição à modalidade de educação a distância.

Dando sequência ao questionário, a 14ª questão indaga: Como você descreveria o desempenho dos alunos no processo de ensino e aprendizagem durante as aulas remotas?

- *O desempenho de poucos que acompanham o processo (pois muitos simplesmente “desapareceram”) é no máximo regular.*
- *O processo só foi possível por que abri a possibilidade de mandar e receber atividades por e-mail, visto que muitos estava com problemas de acesso a sala de aula virtual (Google Classroom)*
- *Insuficiente*
- *Os que participam conseguem um bom desempenho*
- *Uma maximização de esforço para uma minimização de perdas.*
- *Baixíssimo*
- *Arrazoado⁹*
- *Satisfatório*
- *Esforço super-humano*

As respostas apresentadas vão de encontro ao processo pedagógico sistematizado pela educação a distância, haja vista que as respostas deixam, nas entrelinhas, que o pensar e fazer pedagógicos ao qual foram lançados no ano de 2020, por conta do quadro pandêmico da Covid-19, não atenderam às expectativas ou corresponderam ao mínimo necessário para que houvesse um aprendizado satisfatório. Podemos dizer, de nosso lugar de observadores, que a situação posta equivale a ser jogado numa arena sem nenhum preparo para enfrentar o(s) adversário(s).

Neste contexto, a 15ª questão busca conhecer o que os docentes pensam sobre a modalidade de Educação a Distância: Qual a sua opinião sobre aulas na modalidade a Distância?

- *EAD mesmo, estruturada! gosto muito da modalidade*
- *Como suporte em momentos emergenciais tais quais os que estamos vivendo, devido à pandemia Covid-19, é uma alternativa, mas está longe de ser o ideal. Um equívoco*

⁹ Argumentação em defesa de alguma causa, ideia etc.; demonstração dos motivos ou razões para a realização de alguma coisa. [Jurídico] Reunião das informações, dos motivos, das alegações que motivaram o início de um processo, sendo feitas por escrito ou oralmente. Razoável; que se encontra de acordo com a razão. Arrazoados é sinônimo de: arengas, parlengas, razoáveis, acertados, alegações, defesas, exposições, justos, sensatos. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/arrazoados/>. Acesso em: nov. 2020.

se for implementada como modelo vigente, especialmente em uma modalidade como proeja, uma modalidade permeada por carências e ausências de muitas ordens.

- *São viáveis, desde que os alunos tenham o conhecimento necessário para o uso das TICs*
- *Acredito que seja necessária até termos uma vacinação em massa*
- *Item da resposta da pergunta 14¹⁰*
- *Minhas aulas são muito práticas, nas AENPs me sinto palestrando, a maioria não interage*
- *Gosto bastante, apesar das dificuldades surgidas.*
- *Mediana¹¹*
- *Só para ricos*

As respostas obtidas nesta questão nos permitem uma leitura da realidade dos profissionais que conhecem a EAD, logo enxergam suas possibilidades, ressaltando-se a estrutura que essa modalidade de ensino oferece para os docentes e discentes. Outras duas respostas nos remetem às dificuldades que podem ser encontradas – uma delas deixa clara a necessidade de preparação dos alunos para utilização das TICs no processo de aprendizagem. Obtivemos também resposta de que seria uma alternativa no período da pandemia, mas não se acredita nela como modalidade adotada de modo permanente, destacando as carências do sujeito aprendente do Proeja. A resposta “*Só para ricos*” a princípio nos parece fora do contexto, contudo ela demonstra uma preocupação com as condições socioeconômicas dos discentes e nos parece uma visão determinista, como se os sujeitos aprendentes do PROEJA não pudessem superar as barreiras.

Quando comparamos as respostas docentes com as características socioeconômicas e condições familiares dos sujeitos aprendentes, deparamo-nos com inúmeras dificuldades no acesso e permanência no curso. Diante deste quadro, os educadores que se comprometem tentam encontrar soluções viáveis para este seguimento educacional. Daí, acreditarmos que a EaD pode, sim, oferecer condições de acesso e permanência nos cursos PROEJA.

¹⁰ Uma maximização de esforço para uma minimização de perdas.

¹¹ Substantivo feminino. Geometria. Segmento de reta que, num triângulo retângulo, faz a união entre o vértice e o ponto médio situado no lado oposto. Estatística. Valor médio obtido num grupo de números ordenados pela ordem de grandeza. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mediana/>. Consulta em: nov. 2020.

Esse modelo [EAD]¹² apresenta maior flexibilidade quanto às condições de acesso, currículos e metodologias; portanto, mais coerente com as transformações sociais e econômicas da contemporaneidade, que buscam cada vez mais indivíduos capacitados para os desafios impostos pela globalização. Já o termo educação a distância (EaD), é uma modalidade educativa que privilegia a utilização de recursos tecnológicos para aproximar alunos e professores, rompendo com a visão cartesiana de tempo e espaço. Para que a educação seja de fato “aberta”, é preciso respeitar alguns princípios básicos. O modelo aberto seria aquele no qual o processo de educação é flexível, atendendo a todos indistintamente, independentemente de faixa etária e da condição social, dos quais ninguém pode estar excluído (princípio da igualdade de acesso), sem limitações de espaço e/ou tempo (princípio do ensino permanente e ubíquo), com currículos e metodologias maleáveis, focados no ritmo e no interesse discente (princípio do estudo orientado), no qual os alunos são sujeitos da própria aprendizagem (princípio da autonomia), mediatizados pela tecnologia (ROCHA, 2017, p. 66)

Dando continuidade à análise do questionário respondido pelos docentes, indagamos na 16ª questão: Qual sua opinião sobre a utilização da modalidade de educação a distância no currículo do curso PROEJA?

- *“No contexto da Pandemia... então você considera que estamos fazendo EAD no PROEJA? Eu não... estamos executando atividades “não presenciais” em condições muito difíceis, sobretudo para os discentes. Entendo que um curso na modalidade EAD pressupõe um movimento estruturado e de planejamento de docentes e discentes.”*
 - *“No formato atual, mal planejado”*
 - *“Como suporte em momentos emergenciais tais quais os que estamos vivendo, devido a pandemia Covid-19, é uma alternativa, mas está longe de ser o ideal. Um equívoco se for implementada como modelo vigente, especialmente em uma modalidade como proeja, uma modalidade permeada por carências e ausências de muitas ordens”.*
 - *“Eu acho difícil considerando o perfil do aluno (muitos sem computador, internete algumas vezes sem saber manusear os recursos tecnológicos).*
 - *“Falta de respeito”*
 - *“Sou contrário, esse público estar sendo resgatado, sua vulnerabilidade social e a falta de domínio digital irá excluí-los ainda mais”.*
 - *“Acho uma maneira interessante de familiarização com as ferramentas.”*

¹² Entre colchetes, [EAD] Educação Aberta e a Distância, segundo Rocha (2017) a primeira sigla faz referência a “educação aberta” no contexto europeu, o que a diferencia da Educação a Distância desenvolvida no Brasil.

- *“Baixa aprendizagem, porem algumas tiveram um avanço no domínio das plataformas”*
- *“Não aplicável”.*

Obtivemos respostas diversas. Em uma delas o docente indaga aos pesquisadores se consideramos as aulas remotas como EAD? Respondendo a esta indagação: não consideramos. A pergunta foi uma provocação para que houvesse uma complementação da decima quinta questão e, assim, conhecermos se os docentes têm um conceito formado sobre EAD. Primeiro perguntamos sua opinião sobre as aulas na modalidade EAD, na sequência buscamos saber sua aplicabilidade nas turmas do Curso Técnico em Eventos- PROEJA-IFPB. E concordamos que *“atividades não presenciais”* não se enquadram na modalidade de Educação a Distância.

Outros veem essa modalidade como alternativa ao período de emergência sanitária que estamos vivenciando, mas consideram difíceis/equívoco em períodos de “normalidade”. Tivemos os que se opõem à educação a distância por considerarem a vulnerabilidade social dos discentes como mais um elemento de exclusão. Alguns levaram em conta a possibilidade de ampliar o domínio sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação. Um deles considera que há baixa aprendizagem, mas destaca que alguns obtiveram avanços; duas das respostas foram negativas veementes: *“falta de respeito”* e *“Não aplicável”*. Por serem respostas curtas, quando havia espaço para um parágrafo, não temos como compreender as respostas de uma forma diferente que o preconceito com esta modalidade educacional. Houve ainda uma duplicidade de respostas nas questões 15ª e 16ª: *“Como suporte em momentos emergenciais tais quais os que estamos vivendo, devido a pandemia Covid-19, é uma alternativa, mas está longe de ser o ideal. Um equívoco se for implementada como modelo vigente, especialmente em uma modalidade como proeja, uma modalidade permeada por carências e ausências de muitas ordens”*.

O contexto de crise sanitária provocado pela Covid-19 abriu espaço para um debate que vem ocorrendo há anos e vem nos impulsionando a rever conceitos e preconceitos, com possibilidades de averiguarmos o que funciona ou não no contexto do Proeja e demais seguimentos educacionais. Um fato, entretanto, ficou claro: é impossível uma retomada de nossa vida social para o que chamávamos de “normalidade” e não será diferente na esfera educacional em todos os níveis de ensino.

3.2 Ensino em tempos de pandemia

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), “pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser utilizado quando uma epidemia ou surto que afeta uma região se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa”. A Covid-19 foi rapidamente considerada como pandemia, devido a sua rápida expansão e letalidade num curto espaço de tempo.

A pandemia da Covid-19 abalou profundamente a comunidade global e a brasileira, exigindo políticas emergenciais das várias esferas do governo: Federal, Estadual e Municipal, os quais não chegaram a um denominador comum sobre a gravidade e letalidade da pandemia em curso no território brasileiro. O Governo Federal assumiu uma postura negacionista, com as demais esferas de poder e com integrantes do seu próprio núcleo político, exonerando dois Ministros da Saúde em plena pandemia – ambos médicos. Num primeiro momento, a população, assustada, tentava manter o chamado isolamento social, mas informações desencontradas, as *Fake News* e a necessidade de buscar seu sustento nos colocou em uma situação caótica.

A pandemia afeta a saúde pública de forma agressiva, tirando a vida não apenas dos idosos, considerados inicialmente como o principal grupo de risco, mas crianças, jovens e adultos, também têm sido afetados pela doença. As medidas de isolamento e distanciamento social adotadas por todos países, por meio do confinamento com regras nem sempre rígidas, para manter a população em casa, tencionam a economia dos países, refletindo na paralisação de distintos serviços e atividades, dentre eles o processo de ensino-aprendizagem (ALVES, 2020, p. 350).

O processo educacional no período pandêmico da Covid-19 começa a ser regulamentado com a Medida Provisória nº 934/2020, que estabeleceu normas excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública (BRASIL, 2020).

Art. 1º O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino (BRASIL, 2020).

O inciso I do caput e no parágrafo primeiro do artigo da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 estabelece a carga mínima de 75% do cumprimento da carga horária de modo excepcional no período de duração do período pandêmico. O Parecer CNE/CP nº 5/2020, disciplina a “Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades

não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19”. O Parecer nº 6/2020 regulamenta parcialmente o seu antecessor fazendo um reexame no “que versa sobre avaliações e exames no contexto da pandemia de modo que não prejudique a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos órgãos e entidades educacionais competentes” (BRASIL, 2020).

O ensino remoto surgiu como uma alternativa para substituir as aulas presenciais suspensas. Num primeiro momento, as férias de julho foram antecipadas e posteriormente reordenadas para aulas em plataformas digitais. É importante ressaltar que tal estratégia diferida modalidade de Educação a Distância.

Na educação remota predomina uma adaptação temporária das metodologias utilizadas no regime presencial, com as aulas, [sic] sendo realizadas nos mesmos horários e com os professores responsáveis pelas disciplinas dos cursos presenciais, como dito anteriormente. Esses professores estão tendo que customizar os materiais para realização das atividades, criando slides, vídeos, entre outros recursos [sic] para ajudar os alunos na compreensão e participação das atividades. Contudo, nem sempre a qualidade destes materiais atende aos objetivos desejados (ALVES, 2020, p. 358).

Segundo Alves (2020), a modalidade de Educação a Distância tem todo um ordenamento legal regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, uma estrutura pedagógica “com autorização prévia do Ministério da Educação (MEC) e parte de projetos encaminhados e avaliados por todas as instâncias envolvidas, enquanto o Ensino remoto constitui uma alternativa temporária para o momento de pandemia”.

Voltando à análise das respostas do questionário aplicado, em sua 17ª questão, perguntamos: Quando teve início sua experiência com aulas remotas? As respostas obtidas foram:

- *Com aulas remotas, agora na pandemia*
- *Em 2007*
- *Setembro de 2020*
- *Faz cinco anos*
- *Em 2010*
- *Em 2016*
- *2019*
- *No proeja? em setembro*
- *Na pandemia*

Com base nas respostas, 4 (quatro) participantes afirmaram que iniciaram no ano de 2020, por conta da pandemia da Covid-19; as demais respostas referem-se, respectivamente, aos anos de “2007, 2010, faz cinco anos (2015), 2016, 2019”. Parece-nos que estas cinco respostas fazem

referência à educação a distância ou por se ter utilizado plataformas de ensino nas escolas privadas. Machado (2020) ressalta que “[...] ensino remoto não é o mesmo que educação a distância, visto que, apesar de também ser mediado pela tecnologia, continua seguindo os mesmos princípios da modalidade presencial”. Enfatiza ainda que:

Ensino remoto, aprendizagem remota, educação remota. Remoto significa longínquo, distante. Assim, ensino remoto é o uso da tecnologia para ministrar, à[sic] distância, aulas síncronas. É o que muitas escolas públicas e privadas têm adotado como alternativa durante a pandemia, de modo a garantir o acesso à educação no período de isolamento social. As aulas são transmitidas ao vivo, pelos professores da turma/escola, que ministram os conteúdos de acordo com a grade curricular (MACHADO, 2020, p. 68).

A 18ª questão indaga: Como você diferencia educação a distância de ensino remoto?

- *“Entendo EAD como uma modalidade de ensino estruturada, planejada, com professores especialistas, metodologias e materiais específicos, etc. Os discentes também são preparados para tais atividades. "Ensino remoto" tal como executado no contexto da pandemia é algo que ficou (fica) limitado ao ato docente de ministrar aulas através do computador (internet) sem (talvez sem!) o planejamento devido, uso de metodologias e de materiais mais adequados. Em síntese, não entendo "ensino remoto" como modalidade de ensino. É apenas um arranjo para resolver um problema temporário”.*
- *“A proposta da educação a distância se diferencia pela construção da matriz curricular, pela quantidade de horas e pelo preparo docente. O ER prescinde tudo isso!!!”*
- *“Educação a distância tem toda uma propositura previamente organizada, planejamento e estrutura que viabilizam e preparam os atores envolvidos no processo. O ensino remoto é a adoção de algumas propostas da Educação a Distância para um momento em que a aula presencial se torna inviável.”*
- *“O ensino a distância, ou simplesmente EAD, é uma modalidade de ensino que possui uma estrutura política e didática-pedagógica completa, procurando englobar de maneira flexível toda uma gama de conteúdos e atividades para cada disciplina, de acordo com objetivos e características dos conhecimentos e das habilidades gerais, específicas e socioemocionais orientadas pelos órgãos diretivos da Educação no país, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diferentemente do EAD, o ensino remoto preconiza a transmissão em tempo real das aulas. A ideia*

é que professor e alunos de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas da disciplina ocorreriam no modelo presencial. Grosso modo, isso significa manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um de diferentes localidades. A instituição de ensino pode, por exemplo, criar turmas específicas com atividades remotas, desde que seja respeitado todo o planejamento de conteúdo e carga horária contratado. Adaptações podem e devem ser feitas para adequar a forma de apresentação das disciplinas, mas de maneira geral é seguido o que foi pensado para o ensino presencial." Fonte: sae. digital".

- *“EaD tem regras próprias e momentos presenciais inclusive avaliações são presenciais. Ensino remoto: num passado remoto perdi meu controle. Atividades não presenciais podem utilizar múltiplos procedimentos inclusive TIC`s, mas não necessariamente.”*
- *“não sei.”*
- *“São opostos, pois a EAD já foi desenvolvida com esse propósito”.*
- *“na EAD existe um planejamento prévio”*
- *“Ensino remoto mantem os mesmos moldes das aulas presenciais, mas com o uso da tecnologia. Aulas geralmente no mesmo horário que seriam presencialmente. EAD já é uma forma de educação, que tem no seu planejamento a elaboração em larga escala de material, vídeos, presença de tutores.”*

De modo geral, os participantes da pesquisa diferenciaram ensino remoto da Educação a distância, enfatizando que a EAD é uma modalidade educacional estruturada pedagogicamente e que oferece aos docentes e discentes artefatos que mediam o processo de aprendizagem, inclusive podendo alternar as aulas síncronas e assíncronas. Joye e Moreira (2020) destacam que “[...] a EAD é uma área que vem há muito tempo sendo estudada e discutida por grupos de pesquisa, já estando consolidada na legislação, [sic] as atividades educacionais remotas emergenciais são um assunto pouco estudado e debatido no cenário brasileiro”.

Conhecer e diferenciar ensino remoto de Educação a Distância é muito importante no contexto atual vivenciado pela comunidade escolar em todos os níveis de ensino, haja vista que no “novo normal” o debate sobre a implementação de cargas horária nas turmas da EJAe do PROEJA já com previsão legal estabelecida pela Resolução nº 3/2018 deverá ser profícuo, para que assim possamos atender às necessidades educacionais dos nossos sujeitos aprendentes.

Joye e Moreira (2020) apresentam um quadro resumido com as principais diferenças entre a EAD, usada aqui no Brasil, e as atividades educacionais remotas emergenciais.

Quadro 02 – Diferenciação entre Ensino Remoto e Educação a Distância
(Continua...)

	Atividades Educacionais ou Educação Remota emergenciais	Educação a Distância no Brasil
Histórico no Brasil	Com a pandemia da COVID-19 e situações emergenciais específicas previstas em lei.	Não há consenso na literatura sobre sua origem. No Brasil, os primeiros cursos datam da década de 1930.
Uso da tecnologia educacional	Presente de forma efetiva. Adaptada com a realidade domiciliar.	Presente de forma efetiva de acordo com as necessidades discentes. Há um forte investimento tecnológico na estrutura física, nos polos, com acessos a computadores e Internet.
Papel do professor	Transmissor do conteúdo. O professor deve estar à disposição do aluno para tirar dúvidas.	Docência compartilhada com outros especialistas, como professores tutores a distância e professores formadores, a depender do modelo pedagógico adotado na instituição. Em alguns casos, há a figura do tutor presencial como parceiro.
Papel do aluno	Reprodutor do conteúdo. Baixa interação com professor	Aprendizagem colaborativa. Alta interação com seus pares (alunos-alunos) e professores.
Interação	Síncrona por meio de videoconferências. Unilateral: professor-aluno. Assíncrona: por meio de envio de tarefas, podendo ser adotado o meio impresso ou virtual.	Híbrida com momentos presenciais e não presenciais, com ferramentas síncronas (bate-papos) e assíncronas (fóruns, tarefas). Pode adotar o modelo interativo de ecossistema de aprendizagem, como junção de ambientes virtuais de aprendizagem e redes sociais.
Planejamento	Não há planejamento coletivo. Quando ocorre, é em um formato micro, ou seja, o professor planeja de forma solitária, com pouca orientação. Curadoria: seleção de conteúdo educacional produzido por outra pessoa. Elevada preocupação com a carga horária virtual de forma a haver a equiparação com a modalidade presencial.	Adota um modelo macro de planejamento pedagógico, Como capacitação prévia dos docentes e planejamento prévio das atividades com prazos. Participação do design educacional como profissional que contribui para o planejamento. A carga horária é adaptada ao modelo a distância, conforme previsto no projeto pedagógico.
Perfil do aluno	Situações emergenciais, como conflitos bélicos, calamidades e	Direcionado aos adultos, com viés andrológico ¹³ . No Brasil, é adotado no

¹³ Teoria, método e prática, para ensinar adultos que, criada pelo educador norte-americano, Malcom Knowles, tem em conta

	<p>peças com necessidades educativas especiais que não podem estar no ensino presencial.</p>	<p>ensino superior e técnico, podendo ser adotado no ensino fundamental e médio, em casos específicos previstos em lei.</p>
<p>Conteúdo educacional</p>	<p>Transposição do ensino presencial para a distância. Aulas expositivas em formato de videoaulas ou aulas ao vivo(lives), baseado em horas-aulas. Uso de televisão educativa. Uso de material impresso. Uso do rádio. Em alguns casos podem-se usar sites ou ambientes virtuais de aprendizagem, como Google Sala de Aula e o Moodle como repositórios de conteúdos e atividades.</p>	<p>Não se prende a modelos fixos de produção de conteúdo. Cada instituição cria o seu modelo pedagógico de criação de conteúdo e estratégias pedagógicas. No Brasil, os cursos nessa modalidade devem ter minimamente 20% de atividades presenciais, como estágios e avaliações. Participam da produção de conteúdo profissionais especializados como designers educacionais, ilustradores e revisores. Além de os professores produzirem conteúdos digitais, há a presença de profissionais que colaboram na gestão da aprendizagem, como tutores presenciais e a distância, podendo contribuir na sugestão de atividades. Adotam massivamente os AVAs como forma de controle acadêmico.</p>
<p>Avaliação</p>	<p>Igual ao modelo presencial, como provas e atividades ou também as avaliações que ocorreram, a apresentação das atividades propostas pós- pandemia.</p>	<p>Apresenta estratégias variadas, conforme o modelo pedagógico dos cursos, os quais podem adotar um modelo mais tradicional ou com uso de metodologias mais ativas, como ensino híbrido e aprendizagem baseada em problemas dentre outras</p>
<p>Formação docente</p>	<p>Não obrigatória, mas é recomendada. Ocorre de forma aligeirada.</p>	<p>Obrigatória na EaD pública (UAB), sendo altamente recomendada.</p>
<p>Foco</p>	<p>Educação básica e ensino superior em situações de complementação de aprendizagem. Em alguns casos substituição ou reposição de aulas presenciais. Caráter temporário, não é modalidade educativa. Não emite certificação.</p>	<p>Ensino superior e pós-graduação. Cursos livres e extensão. Ensino técnico e profissional. Educação continuada. Caráter permanente. Modalidade educativa prevista na LDBEN. Emite certificação ao final do processo.</p>
<p>Eficácia</p>	<p>Não há estudos suficientes sobre a sua eficiência no contexto brasileiro. Contudo, educação emergencial ocorre em países em conflito, como Afeganistão e Bósnia com muito sucesso.</p>	<p>Área com mais de 100 anos de atuação e pesquisa consolidada.</p>

Fonte: Adaptado de Joye e Moreira (2020, p. 15-16).

As questões finais do questionário de pesquisa buscam conhecer as experiências dos docentes neste período de pandemia. A 19ª indaga: Como você descreveria sua experiência ao ministrar aulas remotas durante a pandemia da Covid-19 em 2020?

- *“Uma experiência boa, apesar dos problemas. No PROEJA é difícil verificar que muitos estão ficando "pelo caminho" por conta da ausência de condições para acompanhar o processo. Por outro lado, também não é fácil perceber que o discente "aprende menos" pois não domina o "saber aprender" típico da era digital. A Pandemia escancarou alguns problemas e derrubou "mitos". Dizer que todos vivemos na era digital, com computadores e celulares, além de internet de qualidade é uma grande mentira. A era digital, como qualquer outro produto do mundo capitalista é para alguns.”*
- *“Dolorosa!!! É desgastante ver como os alunos sofrem em se enquadrando no novo formato.”*
- *“Sensação de distanciamento dos discentes e a clara sensação de achatamento das possibilidades da minha docência.”*
- *“Pedagógica, desafiadora e, sobretudo, encantadora.”*
- *“Enlouquecedor... adoecedor”*
- *“Minimização de perdas”.*
- *“Apesar da falta de alguns alunos estou gostando muito da experiência.”*
- *“péssima,”*
- *“satisfatória”*

De modo geral, as respostas refletem a angústia dos docentes em adaptar-se a ministrar aulas neste novo formato, pois exigem estratégias digitais, quando muitos no seu período formativo, viveu uma didática orientada num formato analógico. Palavras como: *dolorosa, desgastante, péssima, enlouquecedor, adoecedor* demonstram que muitos docentes estão pouco preparados para a utilização de tecnologias digitais da informação e comunicação. A discussão sobre a EAD não era muito produtiva, haja vista que a maioria dos docentes não demonstra(va) muito interesse nessa modalidade de ensino.

Schneider (2020, p. 6-7) destaca que a “pandemia de 2020 obrigou a todos, mesmo os que não queriam ensinar e aprender com tecnologias, a experimentar processos EaD”. A

mediação pedagógica utilizando as TDICs realizadas nesse período pandêmico deixou parte dos professores em índice de estresse elevado.

Preparar aula, organizar atividade, gravar aula, escolher plataforma, aplicativos, tornar a aula interativa com quase nenhum recurso tecnológico além de um celular e computador representaram uma maratona sem fim, de modo que as respostas à 20ª questão deixam clara a batalha docente para adaptar-se a diferentes formas de ministrarem aulas:

20 - Quais principais mudanças na sua prática docente no ano letivo de 2020 com o exercício das aulas remotas?

- *“Três mudanças principais: 1 - procurei melhorar o nível das explicações (mais objetivas); 2 - mudei os materiais (mais simples, com mais imagens, etc.) e 3 – adotei um sistema de avaliação mais flexível, com mais opções para o discente e com nível de exigência mais adequado.”*
- *“Nada muito inventivo ou plural, visto que, por meio de uma plataforma digital, à qual muitos discentes alegaram não conseguir acessar apropriadamente, muito pouco é viável. um sistema de avaliação mais flexível, com mais opções para o discente e com um nível de exigência mais adequado.”*
- *“Total!!! Minha prática se concentra em vivências em grupo!!! Com o distanciamento...”*
- *“A mudança mais evidente foi nas minhas possibilidades como docente. Não pude propor nada muito inventivo ou plural, visto que, por meio de uma plataforma digital à qual muitos discentes alegaram não conseguir acessar apropriadamente, pouco viável.”*
- *“Foram muitas, todavia, pontuo aqui uma que considero primordial: trazer a sala de aula para a minha residência. Isso foi, sem dúvida, meu maior desafio.”*
- *“Pirei”*
- *“Mudança total, o aluno não pergunta, pouco participa da aula.”*
- *“Foram muitas mudanças, pois tive que adaptar todo o conteúdo ao novo momento.”*
- *“Precisei reinventar todo o conteúdo e técnicas”*
- *“Busca de conhecimento de ferramentas de ensino voltadas para o ensino remoto”.*

As respostas deixam clara a adaptabilidade individual de cada docente e olhares diferentes para a mesma experiência. Para alguns, a adaptação foi gradualmente organizada e satisfatória, para outros envolveu sacrifícios pessoais e profissionais, criar e recriar práticas pedagógicas num ato reflexivo de sua *práxis*.

Diante da previsão legal e, hoje, da necessidade de adaptar-se ao novo normal, a modalidade Educação a Distância já não parece um monstro de sete cabeças a ser derrotado, mas uma possibilidade real nos processos formativos de jovens e adultos que enxergam na volta ao ambiente escolar oportunidades que lhes foram negadas. Como docentes, devemos encontrar soluções educacionais para novos e velhos desafios no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, sem ideias preconcebidas acerca das possibilidades de ofertar uma educação emancipadora, cuja prática reflexiva destaca que se ensina enquanto se aprende e aprende-se enquanto se ensina, palavras deixadas como legado do nosso patrono da educação, Paulo Freire.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

Após discorrermos sobre aspectos conceituais da Educação, Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância, vamos dialogar sobre algumas perspectivas pedagógicas que façam interface com os temas tratados. Trabalhem, agora, com a intenção de construirmos um Produto Educacional (PE) que possa auxiliar docentes e estudantes, em suas especificidades acadêmicas, de modo a influenciar positivamente sua formação acadêmica e cidadã.

O Produto Educacional (PE) é parte integrante de mestrados profissionais, em que se inclui o ProfEPT. De acordo com o Documento de Área 2013 da Capes, os Produtos Educacionais devem desenvolver um processo ou produto educativo e utilizá-lo, em condições reais, em sala de aula ou em espaços não formais ou informais de Ensino.

A escolha do PE se deu em razão da existência de uma propositura legal para a educação de jovens e adultos. Sendo, pois, o IFPB uma instituição credenciada e avaliada para oferta de cursos na modalidade a distância, como os já consolidados de Graduação ou de Pós-graduação, além de ter um setor sistêmico responsável por gerir os processos administrativos e formativos, compreendemos que estaria propício à adesão para a dinamização de suas práticas metodológicas em outros níveis de ensino, a exemplo do Proeja. Desse modo, o tema selecionado para o PE, a identificação da problemática e do *lócus* de aplicação foram promissores para a proposta em pauta.

O Produto Educacional resultou da pesquisa realizada e nos permite dar suporte ao público-alvo, se aprovado e adotado pelo IFPB, a fim de que, possa ser replicado por outras instituições, de modo que possam reproduzi-lo de forma autônoma. As etapas que nos conduziram à construção do Produto Educacional foram desenvolvidas investigando os aspectos conceituais, legais e pedagógicos, buscando embasamento teórico-metodológico para fundamentar a proposta de implementação de um percentual de 25% de carga horária modalidade de Educação a Distância. Como se tratou de um modelo experimental de sala de aula virtual, visando à receptividade dos docentes do curso do Proeja, os resultados poderão ser apresentados à Instituição, de modo a materializar a ideia no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eventos, do IFPB, Campus João Pessoa.

4.1 O Produto Educacional e o *Locus* de Aplicação

Ao analisarmos as diversas temáticas para desenvolvimento da pesquisa, optamos por estudar o Curso Técnico em Eventos – PROEJA-IFPB, e, ao pesquisarmos sobre os marcos legais da Educação de Jovens e Adultos, nos deparamos com a Resolução nº 3 de novembro de 2018, que atualiza as diretrizes curriculares do Ensino Médio e da EJA. Em seu artigo 17, o parágrafo 4º prevê a atualização da Educação de Jovens e Adultos e sua organização curricular e metodológica diferenciada, de modo a atender às particularidades geracionais e, preferencialmente, integrada com a formação técnica e profissional (BRASIL, 2018).

Ampliando a previsão legal, o parágrafo 5º da referida Resolução destaca que, na EJA, até 80% da carga horária pode ser ofertada na modalidade de Educação a Distância, desde que haja suporte tecnológico, digital ou não.

Isto posto, verificou-se que a ideia proposta nesta pesquisa encontra respaldo legal, o que justifica, a priori, a previsão de carga horária EaD no Projeto Pedagógico de Curso. Em sendo um PPC construído no ano de 2015, quando não havia tal legislação, há de se entender a necessidade de sua atualização, considerando-se, desse modo, a oferta de disciplinas via EaD, amparada legalmente na legislação vigente.

A escolha do *locus* desta pesquisa compreende o Curso Técnico em Eventos PROEJA – IFPB, Campus João Pessoa, e turma ingressante no período 2019.2. Para chegarmos à etapa da escolha do PE, passamos por várias etapas, entre elas a pesquisa bibliográfica e documental acerca do ordenamento legal educacional vigente; também buscamos conhecer os atores sociais que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, o corpo docente e discente.

Inicialmente, esta pesquisa foi planejada para incluir docentes e discentes como público-alvo; no entanto, a calamidade sanitária mundial provocada pela Covid-19 e a necessidade de distanciamento social nos obrigaram a delimitar a fase de aplicação apenas ao corpo docente que forma o curso em estudo.

Embora conhecer o corpo docente e seus processos formativos, sua vinculação à Educação a Distância ou à experiência advinda do ensino remoto seja significativo para concepção do PE, foi igualmente relevante conhecer o corpo discente em seus aspectos socioeconômicos, com base nos dados coletados para a efetivação da proposta ora apresentada.

Como se trata de um projeto inicial, a orientação é que a escolha da disciplina seja atrativa tanto do ponto de vista dos conteúdos ministrados no curso quanto do domínio por parte do professor para a modalidade EaD, motivo pelo qual a análise da matriz curricular do curso tornou-se pertinente, conforme segue.

4.2 Análise da Matriz Curricular do PPC Curso Técnico em Eventos em função do conhecimento e desenvoltura na utilização da EaD

Ao analisarmos a referida matriz curricular, nos deparamos com alguns pontos divergentes, na forma como foram distribuídas as horas aulas de cada semestre e a divisão entre disciplinas de Formação Geral (com 1.412 horas), disciplinas Técnicas (com 858 horas) e Formação Complementar (com 116 horas).

A carga horária total do curso é de 2.475 horas, mas observa-se que a soma das cargas horárias divididas entre Formação Geral, Técnica e Complementar totalizam apenas 2.386 horas, apresentando neste caso uma diferença de 89 horas a menos.

A totalização das cargas horárias a serem registradas também não corresponde ao total da carga horária do curso de 2.475 horas. Examinando mais cuidadosamente, vê-se que a soma das cargas horárias registradas corresponde 2.940h, o que se justifica parcialmente por um erro de digitação no 6º período, cuja carga total a ser registrada é de 40 horas, embora constem 20 horas (IFPB, 2015, p. 36). Ainda há mais problemas: a carga da disciplina é de 33 horas e 2 aulas semanais, portanto fica claro o erro de digitação. Analisando os períodos isoladamente, constatamos que:

No primeiro período, o total da carga horária do semestre de 365 horas e a soma das disciplinas das Formações Geral e Técnica totaliza 300 horas, sobrando 65 horas – esta sobra não corresponde, porém, à carga horária registrada:

- Carga Horária total do semestre: 365 horas
- Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral: 233 horas

- Carga Horária das Disciplinas Técnicas: 67 horas
- Carga Horária da Semana: 22 horas
- Carga Horária das disciplinas 365 horas
- Carga Horária Registrada: 440 horas

A divisão da carga horária total do segundo período é de 364 horas, e a soma entre as disciplinas de Formação Geral e Técnica 299 horas, ficando uma diferença de 65 horas; esta sobra também não corresponde à carga horária, sendo idêntica à do primeiro período.

- Carga Horária total do semestre: 364 horas
- Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral: 232 horas
- Carga Horária das Disciplinas Técnicas: 67 horas
- Carga Horária da Semana: 22 horas
- Carga Horária das disciplinas 364 horas
- Carga Horária Registrada: 440 horas

A carga horária total do terceiro período corresponde a 364 horas, mas a soma entre as disciplinas de Formação Geral e Técnica somam 316 horas, ficando uma diferença de 48 horas, esta sobra não correspondendo à carga horária registrada.

- Carga Horária total do semestre: 364 horas
- Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral: 216 horas
- Carga Horária das Disciplinas Técnicas: 100 horas
- Carga Horária da Semana: 22 horas
- Carga Horária das disciplinas 364 horas
- Carga Horária Registrada: 440 horas

A carga horária total do quarto período é de 364 horas. Assim como nos períodos anteriores, a soma das cargas horárias das disciplinas de Formação Geral e Técnica diferem, pois que somam 333 horas, ficando uma diferença de 31 horas. O que sobra não corresponde à carga horária registrada.

- Carga Horária total do semestre: 364 horas
- Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral: 216 horas
- Carga Horária das Disciplinas Técnicas: 117 horas
- Carga Horária da Semana: 22 horas
- Carga Horária das disciplinas 364 horas
- Carga Horária Registrada: 440 horas

A divisão da carga horária do quinto período entre Formação Geral e Técnica soma 366 horas, ultrapassando seu total em duas horas, não correspondendo à carga horária registrada.

- Carga Horária total do semestre: 364 horas
- Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral: 199 horas
- Carga Horária das Disciplinas Técnicas: 167 horas
- Carga Horária da Semana: 22 horas
- Carga Horária das disciplinas 364 horas

- Carga Horária Registrada: 440 horas

A carga horária total do 6º período é de 364 horas, porém a soma entre as disciplinas de Formação Geral e Técnica totaliza 333 horas, ficando uma diferença de 31 horas, valor que não corresponde à carga horária registrada.

- Carga Horária total do semestre: 364 horas
- Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral: 216 horas
- Carga Horária das Disciplinas Técnicas: 100 horas
- Carga Horária da Semana: 22 horas
- Carga Horária da Disciplina: 364 horas
- Carga Horária Registrada: 440 horas

No sétimo período, a divisão da carga horária entre Formação Geral e Técnica soma 333 horas, ficando uma diferença de 31 horas as quais não correspondem à carga horária registrada.

- Carga Horária total do semestre: 290 horas
- Carga Horária das disciplinas de Formação Geral: 100 horas
- Carga Horária das disciplinas Técnicas: 240 horas
- Carga Horária da Semana: 22 horas
- Carga Horária da Disciplina: 290 horas
- Carga Horária Registrada: 300 horas

Desse modo, como na organização da carga horária não deve haver vácuos ou não se devem ultrapassar as horas previstas na Matriz Curricular, e diante das inconsistências apontadas, apresentamos a coordenação do curso as seguintes indagações:

- O semestre é calculado em quantos dias letivos (semanas)?
- Como é calculado o percentual que divide as disciplinas de Formação Geral e Formação Técnica?
- Onde se encontram na Matriz Curricular as disciplinas de Formação Complementar?
- Como foram calculadas as horas aula a serem registradas?

A Coordenação prontamente nos esclareceu que o referido documento apresenta algumas inconsistências em relação à carga horária dos componentes curriculares, porém o cadastro no sistema de matrículas (SUAP -IFPB) atende as orientações do Catálogo de Cursos Técnicos do MEC, em relação a esse elemento.

Esclareceu ainda que o semestre é organizado em 100 (cem) dias letivos ou 20 (vinte) semanas; a divisão das disciplinas em Formação Geral, Técnica e Profissional segue o que está estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer

(2021). Segue a abaixo a Tabela com a divisão dos componentes curriculares destacando-os por período, carga horária, hora relógio e formação.

Quadro 03 – Componentes Curriculares

Período	Componente	Hora relógio	Total de aulas de 50 minutos	Aulas de 50 minutos por semana	Formação
1º Período	EJA.0008 - Geografia I - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Geral
1º Período	EJA.0007 - História I - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Geral
1º Período	EJA.0004 - Informática Básica I - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Profissional
1º Período	EJA.0002 - Introdução a Eventos - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
1º Período	EJA.0006 - Língua Estrangeira Moderna - Espanhol I - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
1º Período	EJA.0005 - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Geral
1º Período	EJA.0009 - Matemática I - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Geral
1º Período	EJA.0010 - Prática Integradora I - Profissão e Autonomia - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
1º Período	EJA.0003 - Prática Profissional em Eventos I - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
2º Período	EJA.0016 - Biologia I - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
2º Período	TIN.0371 - Geografia II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
2º Período	TIN.0370 - História II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
2º Período	EJA.0013 - Informática Básica II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Profissional
2º Período	EJA.0015 - Língua Estrangeira Moderna - Espanhol II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
2º Período	EJA.0014 - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Geral
2º Período	EJA.0017 - Matemática II - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Geral
2º Período	EJA.0011 - Planejamento e Organização de Eventos I - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
2º Período	EJA.0018 - Prática Integradora II - Profissão e Autonomia - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
2º Período	EJA.0012 - Prática Profissional em Eventos II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
3º Período	EJA.0025 - Biologia II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
3º Período	EJA.0026 - Filosofia - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
3º Período	EJA.0023 - Física I - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
3º Período	EJA.0022 - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Geral
3º Período	EJA.0027 - Matemática III - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
3º Período	EJA.0019 - Planejamento e Organização de Eventos II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
3º Período	EJA.0028 - Prática Integradora III - Profissão e Autonomia - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
3º Período	EJA.0020 - Prática Profissional em Eventos III - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
3º Período	EJA.0021 - Protocolo e Cerimonial I - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
3º Período	EJA.0024 - Química I - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Geral
4º Período	EJA.0034 - Artes - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
4º Período	EJA.0033 - Física II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
4º Período	EJA.0036 - Informática Aplicada I - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Profissional
4º Período	TIN.0207 - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
4º Período	TIN.0208 - Matemática IV - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
4º Período	EJA.0029 - Planejamento e Organização de Eventos III - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
4º Período	EJA.0037 - Prática Integradora IV - Profissão e Autonomia - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
4º Período	EJA.0030 - Prática Profissional em Eventos IV - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
4º Período	EJA.0031 - Protocolo e Cerimonial II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
4º Período	EJA.0032 - Química II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
4º Período	EJA.0035 - Sociologia - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
5º Período	EJA.0040 - Empreendedorismo em Eventos - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Técnica
5º Período	EJA.0044 - Física III - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
5º Período	EJA.0038 - Gestão de Alimentos e Bebidas - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Técnica
5º Período	EJA.0045 - Língua Estrangeira Moderna - Inglês I - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
5º Período	EJA.0042 - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira V - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
5º Período	EJA.0046 - Matemática V - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
5º Período	EJA.0041 - Planejamento e Organização de Eventos IV - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
5º Período	EJA.0047 - Prática Integradora V - Profissão e Autonomia - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
5º Período	EJA.0039 - Prática Profissional em Eventos V - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
5º Período	EJA.0043 - Química III - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
6º Período	EJA.0052 - Biologia III - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
6º Período	EJA.0053 - Física IV - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
6º Período	TIN.0374 - Língua Estrangeira Moderna - Inglês II - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
6º Período	EJA.0051 - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira VI - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Geral
6º Período	EJA.0056 - Marketing em Eventos - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
6º Período	EJA.0055 - Matemática VI - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Geral
6º Período	EJA.0054 - Metodologia do Trabalho Científico - Médio [50 h/60 Aulas]	25	30	3	Técnica
6º Período	EJA.0057 - Prática Integradora VI - Profissão e Autonomia - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
6º Período	EJA.0049 - Prática Profissional em Eventos VI - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
6º Período	EJA.0048 - Segurança em Eventos - Médio [33 h/40 Aulas]	33	40	2	Técnica
7º Período	EJA.0058 - Informática Aplicada II - Médio [50 h/60 Aulas]	50	60	3	Profissional
7º Período	EJA.0059 - Prática Profissional em Eventos VII - Médio [120 h/144 Aulas]	120	144	6	Técnica
7º Período	TCC	120			Técnica

Fonte: Coordenação do Curso Técnico em Eventos (2021)

Também nos foram disponibilizadas as informações sobre a estrutura com a qual organizaram as distorções e baseiam a distribuição de carga horária, salientando, ainda que o Projeto Pedagógico do Curso estava em revisão final, para ser submetido ao Colegiado do Curso até meados de abril/2020, sendo suspenso sem data prevista para ser retomado, devido à emergência sanitária provocada pela pandemia da Covid-19. A coordenação do supracitado curso nos repassou a Matriz Curricular com a qual trabalham provisoriamente até que seja possível realizar a atualização do referido PPC.

Quadro 04 – Distribuição da carga horária

Informação do PDF	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	TOTAL
• Carga Horária total do semestre:	265	364	364	364	364	364	290	2.375
• Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral:	233	232	216	216	199	216	100	1.412
• Carga Horária das Disciplinas Técnicas:	67	67	100	117	167	100	240	858
• Carga Horária da Semana:	22	22	22	22	22	22	22	154
• Carga Horária das disciplinas:	365	364	364	364	364	364	290	2.475
• Carga Horária Registrada:	440	440	440	440	440	440	300	2.940
CH por período								
Formação	1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	Total Geral
Geral	233	232	232	198	165	182		1.242
Técnica	99	99	132	132	199	157	240	1.058
Profissional	33	33		33			50	149
Total Geral	365	364	364	363	364	339	290	2.449
Aulas por semana por período								
Formação	1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	Total Geral
Geral	14	14	14	12	10	11		75
Técnica	6	6	8	8	12	11	6	57
Profissional	2	2		2			3	9
Total Geral	22	22	22	22	22	22	9	141

Fonte: Coordenação do Curso Técnico em Eventos com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2021).

De acordo com o Documento de Ensino 2013 da CAPES, o Produto Educacional a ser desenvolvido pode ser um processo ou produto, como já dissemos anteriormente. No presente trabalho, propomos a inserção, no Projeto Pedagógico do Curso, de um percentual de 25% de sua carga horária total na modalidade de educação a distância, para o que elaboramos o *Minicurso: Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem*. A formulação desta proposta foi fundamentada na legislação educacional vigente, no Projeto Pedagógico do Curso, caracterização do corpo docente e discente e a partir da realidade cotidiana dos alunos do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio.

A partir dos dados presentes no PPC (IFPB, 2015) e das atualizações provisórias repassadas pela Coordenação do Curso, elaboramos uma matriz curricular com a inserção do

percentual de 25% da carga horária do curso na modalidade de educação a distância, organizando-as semestralmente.

Tabela 09 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 1º Período – 25% EAD

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM EVENTOS									
1º PERÍODO									
Carga Horária total: 365h - Presencial: 273h - Educação à Distância: 92h									
Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral: 233h - Presencial 175h – Educação à Distância: 58h									
Carga Horária das Disciplinas de Formação Técnica: 99h Presencial: 75h - Educação à Distância: 24h									
Formação Profissional: 33h									
Disciplinas	Introdução A Eventos	Prática Profissional em Eventos I	Informática Básica I	Português e Literatura Brasileira I	Espanhol I	História I	Geografia I	Matemática I	Prática Integradora I - Profissão e Autonomia
Carga horária semanal	2	2	2	3	2	3	3	3	2
Carga Horária da Disciplina	33	33	33	50	33	50	50	50	33
Carga Horária Presencial	25	25	25	38	25	38	38	38	25
Carga Horária EAD	8	8	8	12	8	12	12	12	8
Carga Horária Total a Ser Registrada	40	40	40	60	40	60	60	60	40
Carga Horária total das disciplinas: 365 - Carga Horária total semanal: 22 - Carga Horária Total a Ser Registrada: 440									

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O primeiro período foi organizado contendo 9 disciplinas, sendo as de Formação Geral em maior número, 365 horas divididas numa proporção de 76% para 24%, respectivamente presencial a distância, embora na prática a divisão seja 75% - 25%, para que não haja quebras na quantidade de horas aulas. Dividindo-se as 365 horas por 20 semanas, o semestre terá 46 aulas presenciais e 14 aulas na modalidade de Educação a Distância. As disciplinas com a carga horária de 50 (cinquenta) horas, com três aulas semanais, e quantitativo total a ser registrado com 60 (sessenta) horas.

Para chegarmos aos números de aulas presenciais e a distância, aplicamos o percentual de 25%, resultando em 38 horas presenciais e 12 horas na modalidade a distância, o que corresponde respectivamente a 46 horas aulas presenciais e 12 a 14 horas aulas na modalidade de Educação a Distância.

As disciplinas com a carga horária de 33 horas foram divididas em 25 horas, que correspondem a 30 horas aulas e 8 horas a distância, correspondendo a 9,6 horas aulas, com carga horária semanal de 2 horas aulas e 40 horas a serem registradas.

O segundo e o terceiro períodos apresentam o mesmo quantitativo de horas a eles destinados 364 horas –, apresentando variação no número de disciplinas e quantidade de horas semanais.

No segundo semestre, foram disponibilizadas 10 disciplinas, embora o percentual destinado às disciplinas Técnicas seja idêntico ao do primeiro período.

Tabela 10 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 2º Período – 25% EAD)

2º PERÍODO										
Carga Horária total: 364 - Presencial: 274 - Educação à Distância: 90										
Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral: 232h presencial 174h- Educação à Distância: 58h										
Carga Horária das Disciplinas de Formação Técnica: 99h Presencial :75h - Educação à Distância: 24h										
Formação Profissional: 33h										
Disciplinas	Planejamento e Organização de Eventos I	Prática Profissional em Eventos II	Informática Básica II	Português e Literatura Brasileira II	Espanhol II	História II	Biologia I	Matemática II	Geografia II	Prática Integradora II- Profissão e Autonomia
Carga horária semanal	2	2	2	3	2	2	2	3	2	2
Carga Horária da Disciplina	33	33	33	50	33	33	33	50	33	33
Carga Horária Presencial	25	25	25	38	25	25	25	38	25	25
Carga Horária EAD	8	8	8	12	8	8	8	12	8	8
Carga Horária Total a Ser Registrada	40	40	40	60	40	40	40	60	40	40
Carga Horária total das disciplinas: 364h- Carga Horária total semanal: 22 h- Carga Horária Total a Ser Registrada: 440h										

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O terceiro semestre apresenta 10 disciplinas, tendo um aumento na carga horária das disciplinas Técnicas em relação aos dois primeiros períodos, embora as disciplinas de Formação Geral ainda sejam em maior número.

Tabela 11 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 3º Período – 25% EAD

3º PERÍODO										
Carga Horária total: 364 - Presencial: 274 - Educação à Distância: 90										
Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral: 232h - Presencial 174h – Educação à Distância: 58h										
Carga Horária das Disciplinas de Formação Técnica: 132h Presencial: 99h- Educação à Distância: 33h										
Disciplinas	Planejamento e Organização de Eventos II	Prática Profissional em Eventos III	Protocolo e Cerimonial I	Português e Literatura Brasileira III	Física I	Química I	Filosofia	Biologia II	Matemática III	Prática Integradora III Profissão e Autonomia
Carga horária semanal	2	2	2	3	2	3	2	2	2	2
Carga Horária da Disciplina	33	33	33	50	33	50	33	33	33	33
Carga Horária Presencial	25	25	25	38	25	38	25	25	25	25
Carga Horária EAD	8	8	8	12	8	12	8	8	8	8
Carga Horária Total a Ser Registrada	40	40	40	60	40	60	40	40	40	40
Carga Horária total das disciplinas: 364h Carga Horária total semanal: 22 - - Carga Horária Total a Ser Registrada: 440										

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O quarto período apresenta uma leve diminuição no quantitativo de horas tendo 363 horas, mas apresenta o aumento de uma disciplina, totalizando 11 disciplinas, todas com a mesma carga horária.

Tabela 12 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 4º Período – 25% EAD

4º PERÍODO											
Carga Horária total: 363h - Presencial: 274h- Educação à Distância: 90h											
Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral:198h- Presencial 148h– Educação à Distância: 50h											
Carga Horária das Disciplinas de Formação Técnica:132h - Presencial:99h - Educação à Distância: 33h											
Formação Profissional: 33h											
Disciplinas	Planejamento e Organização de Eventos III	Prática Profissional em Eventos IV	Protocolo e Cerimonial	Português e Literatura Brasileira IV	Informática Aplicada I	Química II	Física II	Artes	Matemática IV	Sociologia	Prática Integradora IV Profissão e Autonomia
Carga horária semanal	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2
Carga Horária da Disciplina	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33
Carga Horária Presencial	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Carga Horária EAD	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
Carga Horária Total a Ser Registrada	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Carga Horária total das disciplinas: 363 Carga Horária total semanal: 22 - - Carga Horária Total a Ser Registrada: 440											

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O quinto período apresenta uma carga horária de 364 horas, contendo 10 disciplinas. O quantitativo de horas das disciplinas de Formação Técnica é maior que o de Formação Geral.

Tabela 13 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 5º Período – 25% EAD

5º PERÍODO										
Carga Horária total: 364 - Presencial: 274 - Educação à Distância: 90										
Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral: 165h - Presencial 124h – Educação à Distância: 41h										
Carga Horária das Disciplinas de Formação Técnica:199h - Presencial:149h - Educação à Distância: 50h										
Disciplinas	Planejamento e Organização de Eventos IV	Prática Profissional em Eventos V	Gestão de Alimentos e Bebidas	Empreendedorismo	Português e Literatura Brasileira I	Inglês I	Química III	Física III	Matemática V	Prática Integradora V Profissão e Autonomia
Carga horária semanal	2	2	3	3	2	2	2	2	2	2
Carga Horária da Disciplina	33	33	50	50	33	33	33	33	33	33
Carga Horária Presencial	25	25	38	38	38	25	25	25	25	25
Carga Horária EAD	8	8	12	12	12	8	8	8	8	8
Carga Horária Total a Ser Registrada	40	40	60	60	60	40	40	40	40	40
Carga Horária total das disciplinas: 364 - Carga Horária total semanal: 22 Carga Horária Total a Ser Registrada: 440										

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O sexto período apresenta 10 disciplinas e um aumento na carga horária das disciplinas de Formação Geral. Embora sejam destinadas 364 horas para este período, ele totaliza 339 horas por não apresentar o conteúdo de Formação Profissional, ficando 25 horas em aberto.

Tabela 14 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 6º Período – 25% EAD

6º PERÍODO										
Carga Horária total: 364- Presencial: 274- Educação à Distância: 90										
Carga Horária das Disciplinas de Formação Geral:182 h - Presencial 137h – Educação à Distância: 45h										
Carga Horária das Disciplinas de Formação Técnica:157h Presencial:117h - Educação à Distância: 40h										
Disciplinas	Segurança em Eventos	Prática Profissional em Eventos VI	Inglês	Português e Literatura Brasileira IV	Biologia III	Física VI	Marketing em Eventos	Metodologia do Trabalho Científico	Matemática VI	Prática Integradora VI: Profissão e Autonomia
Carga horária semanal	2	2	2	2	2	2	3	3	3	2
Carga Horária da Disciplina	33	33	33	33	33	33	50	50	50	33
Carga Horária Presencial	25	25	25	25	25	25	38	38	38	25
Carga Horária EAD	8	8	8	8	8	8	12	12	12	8
Carga Horária Total a Ser Registrada	40	40	40	40	40	40	60	60	60	40
Carga Horária total das disciplinas: 339 - Carga Horária total semanal: 22 - Carga Horária Total a Ser Registrada: 440										

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O sétimo e último período apresenta uma carga horária de 290 horas distribuídas em três disciplinas: a que corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem uma carga horária de 120 horas bem como a disciplina Prática Integradora VII: Profissão e Autonomia. A disciplina Informática apresenta carga horária de 50 horas.

Tabela 15 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Eventos – 7º Período – 25% EAD

7º PERÍODO			
Carga Horária total: 290 - Presencial: 215h Educação à Distância: 72h			
Carga Horária das Disciplinas de Formação Técnica: Presencial:42 - Educação à Distância: 16			
Formação Profissional: 50h			
Disciplinas	Informática Aplicadas	Trabalho de Conclusão de Curso	Prática Integradora VII: Profissão e Autonomia
Carga horária semanal	3	6	6
Carga Horária da Disciplina	50	120	120
Carga Horária Presencial	38	90	90
Carga Horária EAD	12	30	30
Carga Horária Total a Ser Registrada	60	120	120
Carga Horária total das disciplinas: 290 h - Carga Horária total semanal: 22 - Carga Horária Total a Ser Registrada: 440			

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme disposto em seu PPC, o Curso de Eventos firma seu compromisso com a formação de profissionais críticos, criativos e transformadores, assim como com o processo afirmativo da identidade do estudante. Por essa razão, a estrutura curricular do curso apresenta uma necessidade de conhecimento e desenvoltura na aplicação das TDIC para a sua atuação profissional. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação constituem, portanto, artefatos importantes para que se possa mediar o processo de ensino e aprendizagem desses alunos. Se à primeira vista tais tecnologias possam constituir um obstáculo, poderão, futura e talvez até brevemente, virem a se tornar importante aliadas para formar cidadãos participantes e atuantes na sociedade, rompendo com o processo de exclusão social, econômica e digital. É necessário, sobretudo, nos apropriarmos, sempre que possível, das inovações, pois:

Ao longo do tempo surgem distintas metodologias, bem como correntes teóricas e também equipamentos diversos, sempre tendo como foco, [sic] propiciar melhorias significativas no processo de ensino e aprendizagem. Desde o pergaminho da antiguidade aos e-books de hoje, do quadro negro à lousa interativa, da prática conservadora à progressista, não há limites às inovações na esfera educacional. (SILVA; SCHIMIGUEL, 2014, p. 2).

As questões apontadas sinalizam para a necessidade de mudanças na organização decursos que se voltem ao PROEJA, de maneira que a educação formal para os que compõem essa modalidade de ensino não comprometa o processo de ensino e aprendizagem. Ao contrário disso, crie possibilidades que favoreçam o trabalho como princípio educativo, valorizando todos os aspectos que formam um cidadão para uma sociedade justa e igualitária. Face ao exposto, elegemos entre as disciplinas dispostas na matriz curricular do curso de Eventos a Geografia I, por corresponder especialmente ao interesse da área da pesquisadora. Vale dizer, no entanto, que qualquer uma das que integram o primeiro período poderia ser a eleita. O importante nessa escolha é a adoção de conteúdos ministrados no começo do curso, considerando que tal procedimento pode criar uma cultura de ensino via ferramentas oriundas do mundo digital, o que as torna atrativas e necessárias à atuação do profissional no mercado de trabalho.

Acrescentamos que é possível aliar um componente curricular da Formação Geral, a exemplo de Geografia, a uma do universo da Formação Técnica (Eventos) e a outra da Formação Profissional (Informática Básica).

De forma interdisciplinar, os conteúdos de Geografia ganhariam reforços mediante tecnologias envolvendo ferramentas e linguagens variadas: textos, imagens, vídeos, aspectos

que dinamizam o ensino e a aprendizagem, relacionando os aspectos teóricos a sua aplicação prática, de acordo com a propositura a seguir descrita.

4.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem: um projeto piloto para a adoção de EaD no curso Eventos na modalidade PROEJA

A EaD ocorre de forma virtual em uma plataforma na internet à qual tanto os estudantes quanto os docentes têm acesso. Denominado Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), esse espaço é sistematizado para realizar os processos de formação, onde os professores disponibilizam o material didático e atividades a partir de diversas ferramentas de comunicação, como fóruns, chats, mensagens individuais, mural de recados etc. (MOORE; KEARSLEY, 2013).

Para o desenvolvimento da proposta a ser experimentada no Curso Técnico em Eventos-Proeja/IFPB, escolhemos a plataforma Moodle do IFPB, para organizarmos o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) voltado ao perfil desse segmento estudantil. A escolha pelo Moodle se justifica pela exequibilidade da proposta, tendo em vista que o IFPB já desenvolve cursos exclusivamente por meio dessa plataforma, a exemplo do curso de Licenciatura em Letras do IFPB, ofertado pelo Campus João Pessoa desde o ano de 2012.

Para implementação da proposta no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), escolhemos o primeiro período do curso, em razão de em sua estrutura curricular constarem as disciplinas introdutórias. Como modelo, sistematizamos o projeto com o componente Geografia I, com conteúdos relativos à Geografia da Paraíba, para fins de ambientação e validação do PE.

O Produto Educacional consiste de uma simulação de uma sala no ambiente virtual de aprendizagem, intitulada **AMBIENTAÇÃO DOS PROCESSOS FORMATIVOS: PROEJA NA EAD**, criada para possibilitar aos docentes do Proeja se familiarizarem com o AVA para desenvolver os processos de ensino e aprendizagem, mediados pelas tecnologias digitais, recursos utilizados pela modalidade de educação a distância. Dessa forma, propicia-se aos formadores uma nova perspectiva de ensino, conforme pode ser verificado no discurso de validação do PE. Como o segmento de docentes é o responsável pela utilização do referido produto, foi adequado que a avaliação e sua validação fossem realizadas por esse grupo.

O percurso formativo da **AMBIENTAÇÃO DOS PROCESSOS FORMATIVOS: PROEJA NA EAD**, desenvolvido no Moodle Lab (ambiente de apoio aos cursos

presenciais), uma plataforma virtual que integra os sistemas do IFPB, está representado em um Manual com denominação homônima.

1º Passo: Inserção do docente no AVA: O docente deverá acessar o ambiente virtual com as mesmas credenciais do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), adotado pelo IFPB.

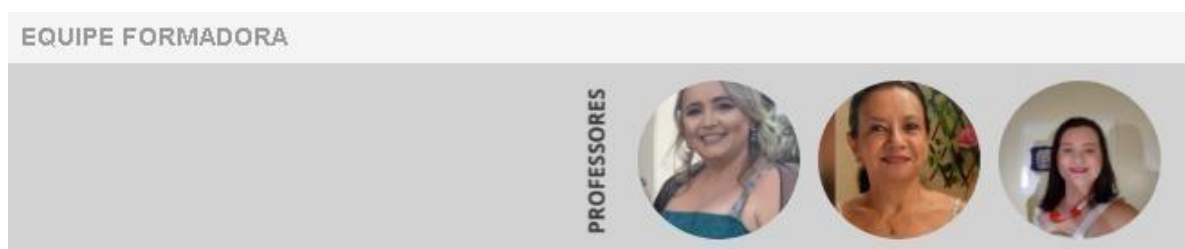
Figura 1 – Inserção no ambiente de apoio aos cursos presenciais



Fonte: Plataforma Moodle – cursos presenciais (IFPB, 2021)

2º Passo: Ingresso na sala de aula virtual, observando o design instrucional, formalizado pela Diretoria de EaD do IFPB, que compõe o AVA da instituição.

Figura 2 – Layout da página inicial – equipe formadora

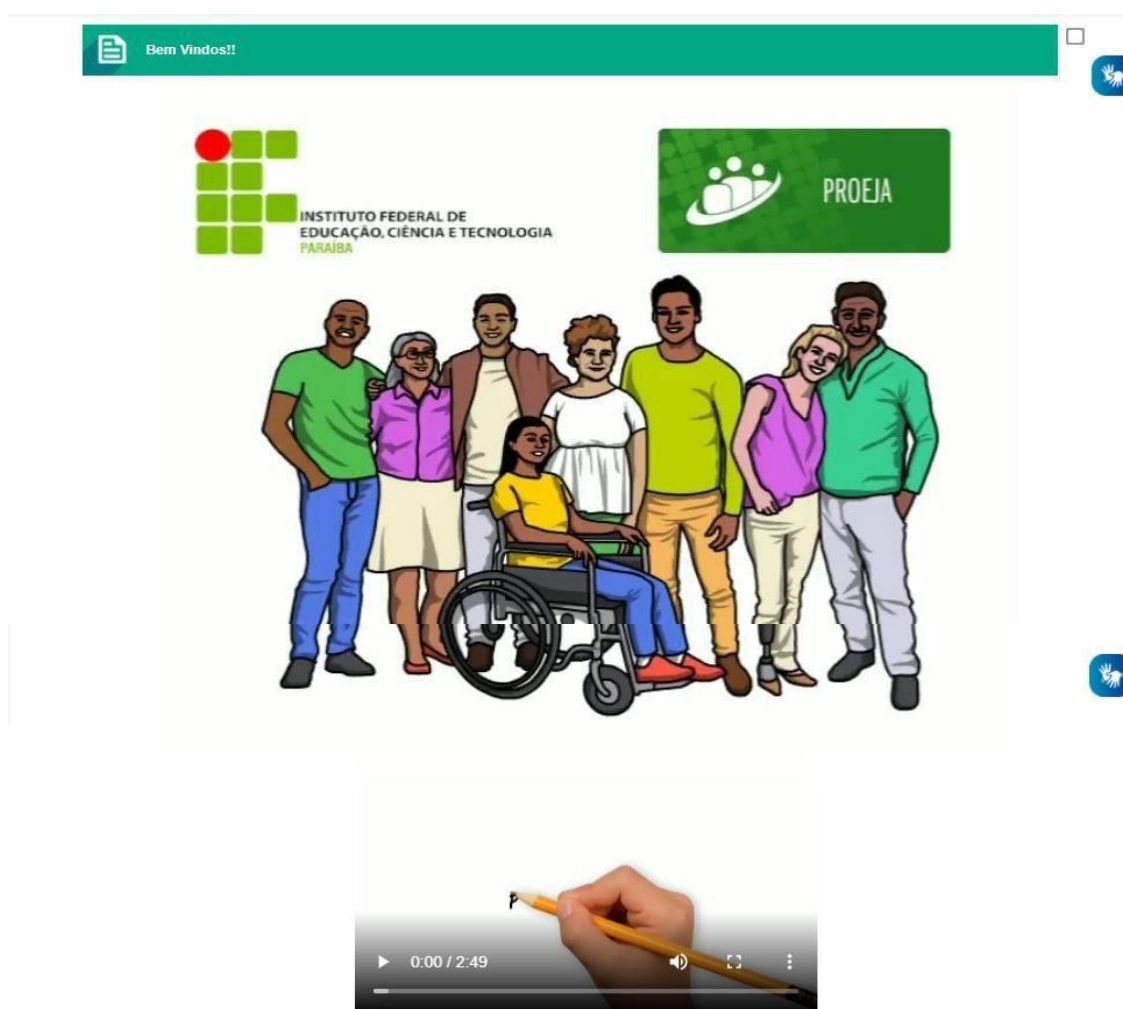


Fonte: Plataforma Moodle – Cursos Presenciais (IFPB, 2021).

Em seguida, aparece um ambiente de boas-vindas, onde se visualiza um painel que busca reproduzir a diversidade característica das turmas do Proeja. Ainda neste espaço de boas-vindas, é apresentado um vídeo informativo sobre o Curso Técnico Proeja. E nele já estão incluídas as aulas remotas e a Resolução CNE/CEB nº 3/2018.

A nossa proposta de PE se refere à aplicação de um percentual de 25% da carga horária na modalidade de educação a distância; no vídeo aparece o que preconiza a legislação supracitada que diz que as aulas na modalidade de educação de jovens e adultos poderá ter até 80% de sua carga horária desenvolvida na modalidade de educação a distância. Utilizamos como inspiração para o vídeo o livro de Arroyo (2107) “Passageiros da noite do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa”.

Figura 3 – Ambiente de boas-vindas e de identificação do curso



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os recursos presentes na primeira seção do AVA destinam-se à interação e comunicação entre os atores sociais do curso supracitado, ou seja, docentes e discentes, de modo que possam interagir no ambiente tanto em nível pessoal como formativo. Cada recurso possui funções próprias.

O item Apresentação em destaque, abaixo, se constitui em um espaço de apresentação do curso, e sua finalidade.

Figura 4 – Apresentação do Curso

Fonte: Plataforma Moodle – Cursos Presenciais (IFPB, 2021).

O recurso Chat constitui um espaço destinado à interação entre os docentes - discentes e entre discentes e discentes, podendo ser utilizado para organizar trabalhos em grupos quando não há possibilidade de interação presencial. É um espaço informal para conversas sobre uma infinidade de assuntos de interesse dos discentes.

Figura 5 – Chat

Fonte: Plataforma Moodle – Cursos Presenciais (IFPB, 2021).

O Fórum de Dúvidas constitui um espaço para interação entre os discentes e docentes para tirar dúvidas sobre os conteúdos ministrados e sobre as atividades, de modo que o processo de aprendizagem seja estimulante para os alunos, a fim de que eles comecem a buscar meios que lhes permitam ampliar o seu conhecimento formal de forma lúdica e prática. Este espaço também permite a troca de informações, visto que todos têm acesso as perguntas e respostas postadas pelo professor.

Figura 6 – Fórum para Dúvidas



Fonte: Plataforma Moodle – Cursos Presenciais (IFPB, 2021).

O recurso denominado Papo Reto se constitui em um espaço de diálogo privado, destinado à orientação privada entre o aluno e o professor. É um ambiente onde o professor pode conhecer e auxiliar o aluno que tenha dificuldades de se expressar no grupo, pois neste todas as interações ficam registradas.

Figura 7 – Papo Reto



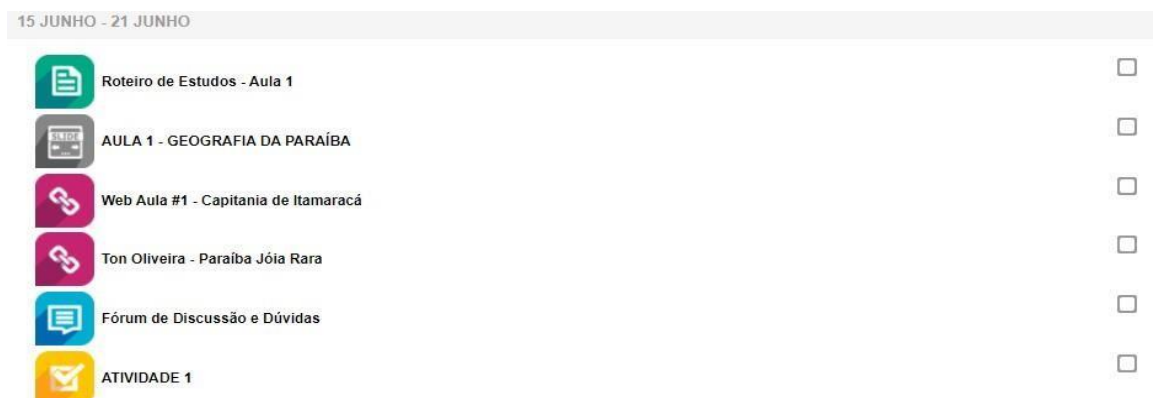
Fonte: Plataforma Moodle – Cursos Presenciais (IFPB, 2021).

O último recurso desta seção é a Biblioteca, onde os alunos encontram capítulos de livros, link de material selecionado na web. Nela o aluno poderá fazer leitura complementar do material ministrado na web aula.

A seção seguinte apresenta a estrutura na qual as aulas foram desenvolvidas; inicia-se como roteiro de atividades que visa orientar o aluno sobre a sequência adequada de estudos a que eles podem recorrer num primeiro momento. O roteiro é uma sugestão de disciplinamento de estudos. Com a continuidade da rotina e dos estudos a distância, os alunos desenvolverão

um processo próprio para organizar uma sistemática de estudo própria. As aulas podem ser disponibilizadas em formatos síncronos¹⁴ e assíncronos¹⁵.

Figura 8 – Disponibilização dos estudos da semana



Fonte: Plataforma Moodle – Cursos Presenciais (IFPB, 2021).

A estrutura na qual o AVA foi organizado procurou demonstrar ao docente os passos pré-estabelecidos pelo educador, de modo que ele possa aproveitar ao máximo a aula. A sequênciase inicia pelo roteiro de atividades e visualização dos slides, depois assiste-se à web aula. Depoisde uma pausa, o aluno pode assistir a um vídeo no Youtube, cujo link já está afixado como parte do conteúdo, este apresentado de uma maneira mais lúdica. Na biblioteca, estão disponibilizados para que possam fazer uma leitura acerca dos conteúdos ministrados que podem ser utilizados para auxiliar na atividade prevista.

Com a impossibilidade de aplicarmos o PE com os alunos, realizando as etapas de orientação ao repassar o Manual intitulado AMBIENTAÇÃO DOS PROCESSOS FORMATIVOS: PROEJA NA EAD e preparando-os para conhecer, optamos pela opção de aulas assíncronas. Nosso interesse era o de que essas aulas pudessem ser avaliadas pelos docentes em um ambiente espaço temporal adequado a sua necessidade.

O Manual é parte integrante do Produto Educacional *Minicurso: Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem* e tem por objetivo orientar os alunos sobre as funcionalidades do AVA, explicando-se cada item.

¹⁴ O princípio fundamental de aulas síncronas, conforme mencionado anteriormente, é o fator *tempo*. As aulas ocorrem em tempo real através de uma plataforma de videoconferência em comum e com interação entre aluno e professor.

¹⁵ Nas aulas assíncronas, temos justamente a diferença entre o tempo em que o conteúdo é postado e quando os alunos o recebem, tendo eles o poder de decidir quanto e quando é melhor estudarem. Disponível em: <http://blog.gruporabbit.com.br/2020/04/23/aulas-online-sincronas-o>. Acesso em Fev./2021

Aqui apresentamos o Manual virtual intitulada: AMBIENTAÇÃO DOS PROCESSOS FORMATIVOS: PROEJA NA EAD.



4.4 Análise do Ambiente Virtual – A EaD no curso de Eventos- Proeja

Os ambientes virtuais de aprendizagem na atualidade tornaram-se amplamente conhecidos. Em nossa instituição, os docentes neste período pandêmico puderam optar pela plataforma *Moodle* ou pelo “Google Sala de Aula, plataforma escolhida pelo campus João Pessoa”, conforme reitera um dos professores Proeja que responderam à Avaliação do Produto Educacional denominado AMBIENTAÇÃO DOS PROCESSOS FORMATIVOS: PROEJA NA EAD.

O acesso à plataforma foi disponibilizado pelo sistema escolhido, o qual foi configurado com as matrículas institucionais dos professores; seus e-mails nos foram disponibilizados pela

Coordenação do Curso, os quais foram repassados ao Coordenador do ProfEPT. Esse Coordenador solicitou à Pró-Reitoria de Ensino (ou à Diretoria de Educação a Distância) a inserção dos professores como alunos do citado minicurso, vigendo no período disponibilizado para a avaliação do dia 05 ao dia 09 de julho deste ano de 2021.

Dos 23 professores do Proeja inscritos no processo, 04 não obtiveram acesso, visto que os e-mails disponibilizados não apareceram no AVA, embora seu nome e matrícula pudessem ser verificados na Plataforma. Desta forma o número de participantes foi reduzido para 19, dos quais apenas 3 acessaram o AVA e responderam ao questionário.

O questionário de avaliação se constituiu de 5 perguntas objetivas, cujas respostas ofertadas foram: ótimo, bom, regular e outros, e de um espaço para sugestões ou críticas. O questionário apresentava inicialmente ao participante o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido); caso aceitasse participar da pesquisa, teria como responder ao questionário.

Figura 9 – Aceite/Não aceite à participação na pesquisa

Você aceita as condições impostas acima?

4 respostas



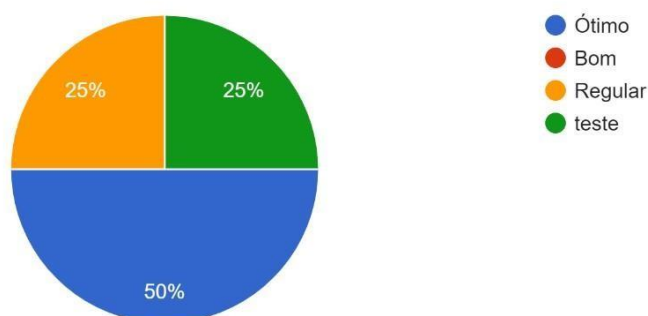
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na segunda parte, têm início as questões: a primeira indaga sobre layout e organização do AVA.

Figura 10 –Layout e organização visual do AVA

Sobre o layout e a organização visual do AVA(ambiente virtual de aprendizagem) como vocês avaliam?

4 respostas



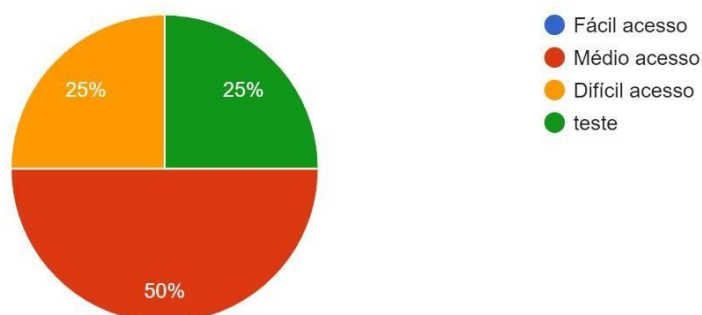
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As respostas referentes ao layout e à organização foram: 66,7% o consideram ótimo e 33,3% regular. A segunda questão versa sobre os recursos destinados à comunicação e interação entre docentes e discentes.

Figura 11 – Recursos de comunicação e interação entre docentes - discentes

Sobre os recursos destinados a comunicação e interação entre docentes-discentes e discentes e discentes vocês os consideram como de:

4 respostas



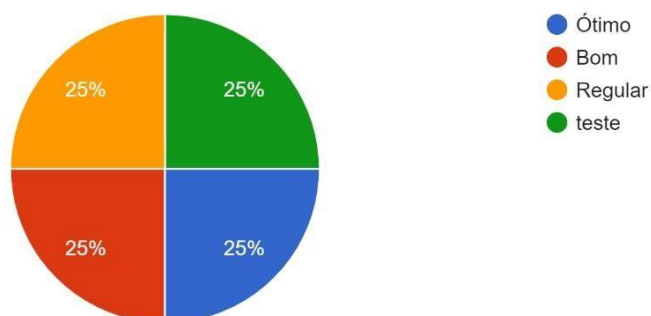
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Neste quesito sobre os espaços interativos, 66,7% dos professores participantes os consideram de médio acesso e 33,3% de difícil acesso.

Figura 12 – Espaços para web aulas

Sobre os espaço destinados as web aulas e sua organização como vocês o consideram?

4 respostas



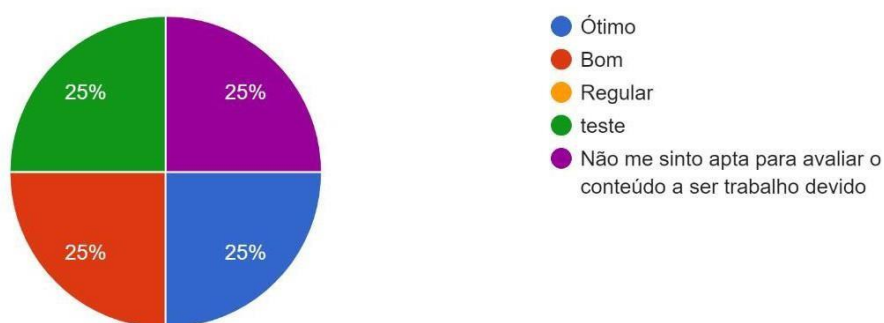
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Sobre os espaços destinados às webs aulas e sua organização, os professores participantes responderam, respectivamente, 33,3% com ótimo, bom e regular.

Figura 13 – Apresentação dos conteúdos

Com relação a apresentação dos conteúdos vocês o consideram

4 respostas



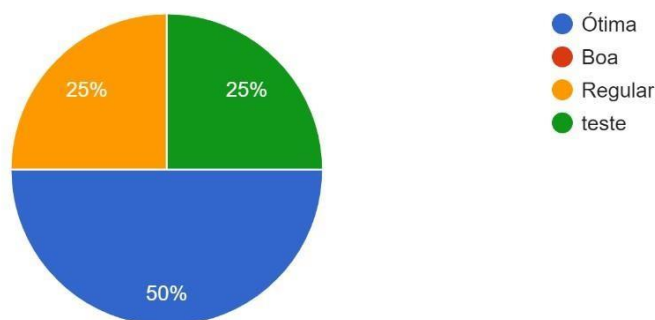
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação à apresentação dos conteúdos, obtivemos 33% dos professores participantes considerando, respectivamente, os conceitos ótimos, bom; no item “outros”: “Não me sinto apto para avaliar o conteúdo a ser trabalhado devido”.

Figura 14 – Pertinência da proposta

Em relação a pertinência da proposta para o processo de construção do conhecimento e aprimoramento no processo de ensino aprendizagem vocês a consideram como

4 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação à pertinência da proposta, as respostas dos professores participantes foi: 66,7% a consideram ótima e 33,3% regular.

O último item do questionário foi concebido para que o professor participante pudesse opinar, sugerir e ou criticar livremente o que achasse pertinente em nossa proposta.

Este espaço destina-se a sugestões e críticas que possam contribuir para o aprimoramento do nosso estudo e desta forma possamos contribuir no processo de ensino aprendizagem dos alunos do Curso Técnico em Eventos -PROEJA/IFPB.

Neste espaço obtivemos as seguintes contribuições:

- *Acho que os vídeos estão muito longos, tenho lido que as aulas não deveriam passar de 15 minutos. Achei algumas questões interessantes, mas outras com muito decoreba numérico.*

- *Primeiramente parablenizo pela iniciativa da pesquisa voltada para os alunos da EJA. No entanto, acredito que algumas considerações precisam ser feitas, sendo uma delas o fato dos alunos terem muita dificuldade de acesso e domínio a tais plataformas. O AVA é uma plataforma que requer bastante conhecimento para ser utilizada corretamente e pensando na realidade dos alunos do PROEJA do curso técnico em eventos, penso que seria necessário antes de tudo uma ação de inclusão digital e além disso buscar formas de garantir que o aluno tenha acesso ao equipamento necessário para realizar seus estudos (me refiro a um computador e não celular) e acesso à internet de qualidade. Além disso, existem outras questões que precisam ser consideradas como, por exemplo, o ambiente de estudo do aluno em*

sua residência, pois sabemos que a grande maioria não dispõe de uns recursos mínimos como mesa e cadeira, ambiente silencioso, iluminação adequada, etc.

● *A proposta é ótima. Insere os discentes do PROEJA no mundo da EAD. É necessário que haja um curso de imersão com os alunos para que eles se familiarizem com a plataforma. Como contribuição, sugiro que o curso seja ministrado com as turmas do primeiro período, de maneira experimental, para que seja possível a utilização da plataforma ao longo do curso. Vale salientar que as aulas remotas já estão sendo realizadas pelo Google Sala de Aula, "plataforma" escolhida pelo campus João Pessoa.*

Embora esperássemos uma maior participação, já que o universo docente é formado por 23 professores, obtivemos na primeira parte de nossa pesquisa com o questionário “Curso Técnico em Eventos – Proeja/IFPB” uma participação de 39,1%, cujas respostas nos ajudaram a construir o Produto Educacional a ser avaliado nesta etapa da pesquisa. A participação neste estágio foi de apenas 13,04% dos que participaram inicialmente.

A escolha por uma apresentação dos dados de forma quantitativa e em gráficos buscou tão somente permitir uma melhor visualização dos dados analisados, haja vista que a nossa pesquisateve um enfoque qualitativo.

O Instituto Federal da Paraíba já tem previsto, em seu Plano de Desenvolvimento institucional (PDI, 2014-2019, p. 80), a decisão política e estratégica de adotar a EaD, “visando à formação daqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional por questões de localização ou por indisponibilidade de tempo para frequentar cursos presenciais”. Para a decisão, dois fatores foram determinantes:

em primeiro lugar, a percepção e constatação de que as organizações educacionais no mundo, e no Brasil em particular, tendem cada vez mais a ampliar a oferta de cursos na modalidade a distância; e em segundo lugar, o conhecimento dos altos índices de exclusão econômica e educacional no Estado da Paraíba (onde a taxa de pobreza relativa é da ordem de 71,4%, o percentual da população na faixa etária de 15 a 17 anos matriculada no ensino médio é 17,4%, e da população de 18 a 24 anos de ensino superior é de 4,9%) (PDI- 2015-2019, p. 80 e 81).

O Instituto Federal da Paraíba considera como um elemento primordial de seu compromisso social o desenvolvimento e preparo plenos dos educandos no tocante ao exercício da cidadania e qualificação para o trabalho dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica, de modo a tornarem-se agentes de sua transformação social.

Em estudos sobre a institucionalização da EaD pelos Instituto Federais, Cavalcanti (2016, p. 27) defende:

A cultura organizacional do IFPB tem uma forte tradição em cursos profissionais e técnicos, podendo a inserção da EaD como estratégia de expansão acarretar mudanças, ou novos desafios, especificamente no trabalho docente, que passa a incorporar outras competências para a realização do seu trabalho.

Para Cavalcanti (2016), as experiências do Programa Nacional de Administração Pública (PNAP) e do Curso de Licenciatura em Letras do IFPB serviram para aprimorar as práticas administrativas, pedagógicas e do trabalho docente em outros cursos ofertados pelo IFPB, como é o caso do Curso de Eventos, objeto deste estudo. Segundo a pesquisadora, as experiências com a EaD na instituição serviram ainda de “incremento às práticas pedagógicas aos cursos presenciais de modo a aprimorar ou inovar as práticas docentes nos cursos presenciais, o que também atende às orientações dos organismos internacionais” (CAVALCANTI, 2016, p. 316).

Em se tratando da implementação da modalidade EaD, ainda que o foco de abordagem tenha sido o ensino superior, a estudiosa acredita que a experiência adquirida no IFPB por parte dos docentes contribui, sobremaneira, para propostas de ensino a distância nas estruturas pedagógicas da instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação vem ao longo do tempo passando por mudanças metodológicas, pedagógicas, legais, operacionais, entre outras. Observando-se a comunidade escolar, vemos mudanças significativas – nem todas positivas ou negativas – em cada modalidade educacional, mas o fator primordial a ser observado deve ser a necessidade dos discentes e sua adaptação ao processo de ensino aprendizagem no qual estão inseridos.

Os alunos não são mais os mesmos”, ouvimos repetidamente de seus mestres. Porque[sic] nos incomoda tanto que não sejam mais os mesmos? Sempre que os educandos – crianças, adolescentes, jovens-adultos – mudaram, a pedagogia e a docência foram tencionadas. Naquela época nos perguntávamos: Quando as imagens dos educandos se quebrarem, o que acontecerá com nossas imagens docentes? Os significados de nosso ofício mudam. Somos obrigados a reinventar nossas identidades profissionais de docentes da educação de crianças, dos adolescentes e dos jovens e dos adultos, que são outros (ARROYO, 2017, p.16).

Não temos a pretensão de responder às indagações formuladas por Arroyo, mas é possível fazermos algumas colocações ante o que observamos em nosso universo de pesquisa. Os alunos mudaram, os meios de interação social e laboral também. E a escola, mudou? Aparentemente sim, estão mais confortáveis e espaçosas, ofertando uma variedade de opções formativas. Pedagogicamente também – novos métodos e materiais didáticos modernos; utilizamos recursos tecnológicos sofisticados, por meio do qual os processos de ensino aprendizagem atendem a novas necessidades dos sujeitos aprendentes.

E os docentes, mudaram? A resposta também seria sim. Evoluímos. Estamos em um novo momento educacional, quando as TDICs mediam o nosso fazer pedagógico cotidiano; buscamos nos adaptar à sociedade digital. Os espaços formativos passaram a ser didaticamente mais organizados e estimulantes; os professores buscam novos métodos que favoreçam o processo de aprendizagem, tornando as aulas didaticamente mais dinâmicas e menos monótonas. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TIDC) se constituem uma realidade no IFPB. A certeza das mudanças ocorridas na educação por meio das TDICs foi inquestionavelmente posta à prova no ano de 2020. Com a emergência sanitária da Covid-19, o mundo parou, literalmente. A maior parte dos serviços foi suspensa, funcionando apenas as atividades essenciais. A comunidade escolar parou. Parafraseando a música de Raul Seixas *Odia em que a terra parou* [...], *o aluno não foi para a escola, pois sabia que o professor não estava lá.*

“A Peste”, criada na ficção por Albert Camus em 1947, tomou proporções reais no século XXI, causando entorpecimento do mundo, incluindo as atividades educacionais. Pouco

a pouco, as atividades foram sendo retomadas remotamente em um processo chamado de “novo normal”. A comunidade escolar demorou a reagir. Só a partir da Medida Provisória nº 934/2020 tem início o processo de planejamento de aulas remotas, que é totalmente diferente da modalidade de educação a distância, ofertada pela instituição IFPB em cursos superiores. As plataformas virtuais de apoio aos cursos presenciais, como Moodle e Google Sala de aula, foram disponibilizadas para os professores e alunos, após a realização dos ajustes, conforme Resolução 28/2020 -Consuper/Daaoc/Reitoria/IFPB, de 29 de junho de 2020.

Ao buscar conhecer o perfil do docente do Curso Técnico- Proeja, realizamos uma pesquisa por meio de um questionário disponibilizado na plataforma *google forms* para um universo de 23 docentes; obtivemos a participação de apenas 9 deles. Fizemos diversas chamadas com um prazo superior a 10 dias, para ter sua atenção. Embora com um número reduzido de participantes, tivemos uma multiplicidade de respostas. que foram de um momento de aprendizado a um ambiente “adoecedor”.

Outra dificuldade apontada é a questão do acesso dos alunos e suas dificuldades de utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Boa parte dos alunos do IFPB só obteve acesso à rede e aos artefatos tecnológicos, para pudesse aulas, por meio do Auxílio Inclusão Digital, publicizado pelo Edital nº 01/2021, abrindo um processo seletivo, de natureza socioeconômica, a fim de beneficiar os contemplados pelo referido edital com conectividade e aquisição de equipamentos. Embora tenha sido uma atitude salutar, ainda há algumas lacunas visto que o Edital não conseguiu contemplar todos os alunos carentes dessa assistência. Chamamos a atenção para o aluno do Proeja, visto que, se observarmos a renda familiar da turma 2019.2, ou seja, os que formam a turma atual, todos se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A experiência adquirida nessa emergência sanitária da Covid-19 demonstrou que a necessidade de se disponibilizarem auxílios para inclusão digital é premente. É urgente a ampliação do espaço virtual no cotidiano laboral, social e agora formativo, pois se constitui uma realidade. Não é de hoje que os discentes vêm demonstrando a carência de uma atualização pedagógica e novos espaços interativos de aprendizagem.

As mudanças no âmbito educacional já se faziam presentes e agora se intensificam. Os atores que integram comunidades escolares mudaram, suas relações cotidianas foram transformadas pela interação virtual; para os mais jovens, não há separação entre os mundos “real” e “virtual”, eles integram e constituem seus espaços de convivência.

[...] nos encontramos con la paradójica situación de que los instructores que son mayoritariamente inmigrantes digitales, que hablan un idioma en vías de extinción cual es el de la era predigital, están tratando de enseñarle a una población que habla un lenguaje totalmente distinto e incomprensible para los docentes inmigrantes. Aunque rara vez el problema se lee de este modo, gran parte de la resistencia infanto-juvenil a la enseñanza hoy hegemónica en las escuelas proviene del rechazo de los nativos a quienes quieren enseñarles su propio lenguaje, siendo que hablan el idioma de marras como resultado de haberlo aprendido como segunda lengua. Un absurdo destinado al fracaso desde el vamos¹⁶ (PISCITELLI, 2009, p. 47).

Além da exclusão social e econômica, o aluno da Educação de Jovens e Adultos vive um processo de exclusão digital, para a qual devemos buscar alternativas de inclusão efetiva, que vão além das aulas voltadas para as disciplinas de Informática Básica e Aplicada previstas no currículo do Curso Técnico em Eventos. É preciso prepará-los para operacionalizar esses artefatos de forma eficiente e como instrumento de aprendizagem. Não devemos utilizar as vulnerabilidades desse seguimento educacional, para negar-lhes o direito de uma formação interativa independente da localização espaço-temporal como propõe a modalidade de educação a distância; é preciso prepará-los para que possam utilizar todos os mecanismos que lhes proporcionem autonomia no seu processo de aprendizagem. A partir desse ponto de vista, entendemos que os Ambientes Virtuais de Aprendizagem fornecem condições de ampliar o leque de opções educacionais quanto às formas de acesso ou reingresso nos processos formativos escolares.

O laboratório de informática destinado aos cursos de educação a distância tem sido utilizado pelos alunos do Proeja para as aulas de informática básica e aplicada, mas poderiam ser utilizadas também em outros horários, acompanhados de tutores de informática que os orientariam no processo de conhecimento e domínio desses dispositivos atualmente imprescindíveis à vida cotidiana. Os tutores poderiam ser alunos selecionados dos próprios cursos de tecnologia do IFPB, que estariam disponíveis em horários pré-agendados.

Nestas considerações destacamos a necessidade de um processo efetivo para os docentes que, em sua maioria, foram formados para uma sala de aula em um mundo analógico e migraram para o mundo digital. Apesar de esforços válidos, muitos desses profissionais ainda não dominam as ferramentas tecnológicas como os nativos digitais.

¹⁶ [...] nos encontramos diante de una paradójica situación: Os profesores, que são preponderantemente imigrantes digitais, e que não falam uma língua, em vias de extinção, da era pré-digital, estão tentando ensinar a uma população que fala uma linguagem totalmente diferente e que é incompreensível para esses professores imigrantes. Embora o problema quase não seja lido desse modo, grande parte da resistência infanto-juvenil ao ensino hoje hegemônico nas universidades é produto da rejeição dos nativos aqueles que pretendem lhes ensinar a própria linguagem, sendo que eles, os nativos, já falam essa língua arcaica, pois aprenderam como segunda língua. Um absurdo fadado ao fracasso de antemão. (PISCITELLI, 2009, p. 47).

No seguimento educacional do Proeja, docentes e discentes sofrem, cada um com seus modos as consequências desse descompasso de gerações ou de propostas pedagógicas. As precárias condições de acesso à rede (ou a falta total desse acesso) também dificultam a desenvoltura de qualquer usuário de ambiente de aprendizagem virtual. Muitos desses usuários são estudantes e, em maior número do que o esperado, nativos digitais, estudantes que se lhes forem oportunizadas condições de aprendizado eficaz, certamente desenvolverão essa habilidade, mesmo que ainda apresentem antigas dificuldades escolares de outra ordem.

A comunidade escolar deve estar preparada para o cotidiano, na perspectiva de um novo momento educacional que venha legal, pedagógica e operacionalmente engatinhando, consequência da ainda presente realidade pandêmica que enfrentamos.

Isto posto, os resultados encontrados nesta pesquisa apontam caminhos para a problemática destacada, considerando tanto o que estabelecem as normativas legais quanto as condições estruturais apresentadas pelo IFPB - *Campus* João Pessoa. A flexibilização para a implantação de educação a distância no Proeja atendem a aspectos fundamentais para institucionalizar a modalidade nesse nível de ensino, tais como: fundamentação legal por meio da Resolução nº 03/2018 que estabelece a oferta de até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo; infraestrutura compatível aos suportes tecnológicos digitais, visto que a instituição já dispõe de ambientes virtuais de aprendizagem propícios ao funcionamento da EaD. Tais condições, aliadas à formação continuada dos docentes e ao reforço quanto ao acesso aos aparatos tecnológicos por parte dos estudantes, sinalizam caminhos para adoção da modalidade de educação de jovens e adultos no curso de Eventos do IFPB – *Campus* João Pessoa.

Assim sendo, na propositura de lograr êxito neste estudo, que trata de apresentar carga horária a distância do curso em questão, recomendam-se ações de planejamento junto à Diretoria de Educação a Distância do IFPB, para integrar essa modalidade de ensino nos processos educacionais. Tal esforço justifica-se pela importância de as tecnologias já estarem presentes e influentes nas esferas da vida social e profissional dos envolvidos na Educação Profissional e Tecnológica. Nessa perspectiva, cabe à escola, neste caso especialmente a pública que desenvolve EPT, atuar nos processos formativos com vistas a mediar processos formativos na educação profissional de jovens e adultos à luz dos pressupostos da educação a distância.

Assim, indicamos que novas pesquisas sobre esse tema podem ser realizadas de modo a contemplar a visão dos discentes no processo de aquisição do conhecimento e uso das Tecnologias digitais em cursos técnicos desenvolvidos nas modalidades de educação de Jovens e Adultos e a distância.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação Remota: entre a ilusão e a realidade. **Revista Educação**, [S. l.], v. 8, n. 3, p.348–365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251>. Acesso em: 8 jul. 2021.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: Do trabalho para EJA – itinerários para uma vida justa Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BASTOS, Manoel de Jesus. A Importância da EAD na Formação do Sujeito. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14, janeiro de 2017. ISSN: 2448-0959

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 7ª ed. Campinas. Autores Associados.2019.

BRASIL. **Capex. Documento de Área – Ensino**. 2013. Disponível em:https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Educao_Fsica_doc_area_e_comisso_att08deoutubro.pdf. Acesso em 03 fev. 2021.

BRASIL. **PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Educação Profissional Técnica e Nível Médio / Ensino Médio. Documento Base, Brasília, agosto de 2007. Disponível em:[://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf). Acesso em 12 out. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF:Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

BRASIL. DECRETO Nº 5.840 de 13 de julho 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências**. Brasília: 2006. Disponível em:[://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm) acesso em out/2018.

BRASIL. IFPB. **Plano de Desenvolvimento institucional - PDI 2015-2019**. 2014 - João Pessoa - PB.<https://www.ifpb.edu.br/praf/assuntos/documentos-praf/area6/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2015-2019.pdf> acesso julho/2019.

BRASIL. IFPB. **Plano Pedagógico do Curso**; Curso Técnico em Eventos Integrado PROEJA Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – João Pessoa Abril – 2015.

BRASIL. IFPB. **Resolução AR 28/2020 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB**, de 29 de junho de 2020. <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2020/aprovadas-ad-referendum/resolucao-no-28> acesso em maio/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** – Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/493812 acesso em agosto/2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação** – 2018. – Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. LEI Nº 10.880, 09 de junho de 2004. **Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos.** Brasília .2004 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.880.htm. Acesso em 15 set. 2019.

BRASIL. LEI Nº 13.054, 225 de julho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília: 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm acesso em set/2018.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm acesso em set/2018.

BRASIL. Resolução MEC/CNE/CEB nº 1 de Julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.** Brasília: 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf> acesso fev/2019.

BRASIL. Resolução MEC/CNE/CEB nº 3 de 21 de novembro de 2018. **Atualiza as Diretrizes e Curriculares Nacionais para o ensino Médio.** Brasília: 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file> acesso abril/2019.

CAVALCANTI, Maria da Conceição Monteiro. **A expansão da educação superior no IFPB: um estudo da implantação do Curso de administração pública no âmbito do Programa Nacional de Administração Pública PNAP.** Natal-RN, 2016. 346p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Educação-PPE.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a Redefinição da Identidade e das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Educação e Sociedade.** vol. 26 n. 92 p. 1115 - 113. Campinas: São Paulo: 2005.

FARIAS, Marcella Sarah. Filgueira de; MENDONÇA, André Pereira. **Concepção de Produtos Educacionais para um Mestrado Profissional.** Manaus: [S.n.], 2019.

FERRARINI, Rosilei; SAHEB, Daniele; TORRES, Patrícia Lupion. Metodologias ativas e tecnologias digitais: aproximações e distinções. **Revista Educação em Questão.** Natal, v.57 n.52, p. 1-30, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/15762/11342>. Acesso em: 13 dez.2020.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do trabalho científico.** 1. ed., rev. - Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 43ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 66ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GERVAERD, Esterzinha A. P. **Proeja: O Aluno / Esterzinha A. P. Gevaerd, Sidnei Dias De Oliveira.** – Florianópolis: Publicação do IFSC, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

JARDELINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio Adultos. **Educação de Jovens e: Sujeitos, Saberes e Práticas.** Coleção docência em Formação: Educação de jovens e adultos. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JOYE, Cassandra Ribeiro; Moreira, Marília Maia. ROCHA, Sinara Socorro Duarte. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de Covid-19. **Research, Society and Development**, vol 9, n. 7, p. 1-29, e521974299. 2020. https://www.researchgate.net/publication/341828716_Educacao_a_Distancia_ou_Atividade_Educacional_Remota_Emergencial_em_busca_do_elos_perdido_da_educacao_escolar_em_tempos_de_COVID-19. acesso em fev./2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura; tradução de Carlos Irineu da Costa.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

MACHADO, Dinamara Pereira. **Educação em tempos de Covid-19 [livro eletrônico]: Reflexões e narrativas de pais e professores.** 1 ed. – Curitiba. Editora Dialética e Realidade. 2020.

MACHADO, Margarida Maria (Organizadora) **Educação de Jovens e Adultos no Brasil pós- Lei 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública.** Em aberto. vol. 22, 2009, p. 17- 23. MEC – INEP. Disponível em: [//rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/216](http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/216). Acesso em: 10 dez. 2019.

MOORE, M; KEARSLEY, G. **Educação a distância: Sistemas de aprendizagem on-line.** 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

OLIVEIRA, V. A. de; MOREIRA, H. As tecnologias da informação e da comunicação como mediação pedagógica no curso de pedagogia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 2, p. 371–389, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i2.7785. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7785>. Acesso em: agosto de 2019.

PALFREY, Jonh; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital: Entendendo a primeira geração de nativos digitais.** Porto alegre: Artmed, 2011.

PEREIRA, Diego Rodrigo; LIMA, Francisca das Chagas Silva Lima. **Educação de Jovens, Adultos e Idosos a Distância: Uma Proposta De Inclusão Educacional.** XXII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VIII Encontro de Iniciação à Docência - Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <https://Revistas.Ufpr.Br/Acaomidiatica/Article/View/48547/30020%3e>. Acesso em: 18 Ago.de 2019.

RAMOS, Elenita Eliete de Lima. **Legislação educacional** / Elenita Eliete de Lima Ramos, MariaAlice Sens Brezinski. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte: Mossoró. 2007. Disponível em: [//forumeja.org.br/go/sites/forum_eja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forum_eja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf) acesso em nov/2018.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: Como facilitar o processo de preparação desuas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, jan. 2007.

SCHNEIDER, Magalis Béssem Dorneles. **Aulas Remotas em tempo de Pandemia do Coronavírus (Covid-19) no Distrito Federal**. CIET-ENPED 2020. <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1339/1007> acesso em julho/2021.

SILVAC. B; SOUZA, C. H. M. e CARMO, G. T. **Educação de Jovens e Adultos e Novas Tecnologias Da Informação**: Uma Abordagem Educacional. HOLOS, Ano 32, Vol. 2. p. 312 - 325. Fev./2016 Disponível em: www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2018/anais/arquivos/0026_0004_01.pdf. Acesso 12

SOUZA, Joyce et al. **Educação a distância para educação de jovens e adultos**: Uma proposta de inserção social. Disponível em: undaj.gov.br/images/stories/epepe/V_EPEPE/EIXO_10/JoyceBezerradeSouza-CO10.pdf. Acesso em: 08 out. 2018.